



**YVES SAMMY LOPES SANTANA**

**OS REFLEXOS DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO  
CIVIL BRASILEIRO: EM ESTUDO O DIREITO DO  
CONSUMIDOR E OS LIMITES AO RESSARCIMENTO  
DOS DANOS MORAIS NA ATUAL LEGISLAÇÃO**

Dissertação com vista à obtenção do grau de  
Mestre em Direito e Gestão.

**Orientador:**

**Doutor Jorge Morais Carvalho, Professor da Faculdade de Direito da  
Universidade Nova de Lisboa**

**LISBOA**

**2017**

**YVES SAMMY LOPES SANTANA**

**OS REFLEXOS DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO  
CIVIL BRASILEIRO: EM ESTUDO O DIREITO DO  
CONSUMIDOR E OS LIMITES AO RESSARCIMENTO  
DOS DANOS MORAIS NA ATUAL LEGISLAÇÃO**

Dissertação com vista à obtenção do grau de  
Mestre em Direito e Gestão.

**Orientador:**

**Doutor Jorge Morais Carvalho, Professor da Faculdade de Direito da  
Universidade Nova de Lisboa**

**LISBOA**

**2017**

## **DECLARAÇÃO ANTIPLÁGIO**

Em conformidade com o art. 20.ºA, do Regulamento do Segundo Ciclo de Estudos Conducente ao Grau de Mestre em Direito, declaro por minha honra que o trabalho que apresento é original e que todas as minhas citações estão corretamente identificadas. Tenho consciência de que a utilização de elementos alheios não identificados constitui uma grave falta ética e disciplinar, desta forma subscrevo.

## **DECLARAÇÃO DO NÚMERO DE CARACTERES**

Declaro ainda que a presente dissertação tem 191.662 caracteres incluindo notas de rodapé e espaços.

Lisboa, 2017.

## **AGRADECIMENTOS**

Hoje me pego tomado por um completo manifesto de sensações e sentimentos. O retrospecto caminha ao lado daqueles que fizeram essa história acontecer. A alegria é compartilhada com os que foram escudeiros de uma batalha que ao final pode-se chamar de nossa. A todos, o meu mais profundo agradecimento.

Em especial, a minha família por me ensinarem a ter perseverança, resiliência e sabedoria para continuar em busca dos meus caminhos e dos meus sonhos, além de oferecer todo o suporte, carinho, amor e atenção, mesmo com toda a distância superando obstáculos, se fazendo sempre presente.

Ao meu Professor Orientador Doutor Jorge Morais Carvalho, por ter um papel fundamental na construção dessa dissertação, por agir de maneira hábil, com diligência e sempre com presteza ao meu guiar na construção do meu trabalho.

A Universidade Nova de Lisboa, em particular a todos os funcionários e Professores do meu Mestrado, por me abrirem as portas e serem brilhantes ao exercer o magistério, fazendo com que os ensinamentos de ordem profissional e pessoal sejam carregados por toda a minha vida.

Aos amigos que acompanharam distantes, mas sempre perto, e aqueles com quem pude compartilhar a rotina de estudos, de lazer e de conhecimento por me acolherem longe de casa.

Por fim, a Deus, a Nossa Senhora de Fátima e meu querido Avô Joel que, de onde estiver, saberá que por onde passei nessa jornada a sua presença foi sentida e me manteve com fé para realizar essa conquista.

A todos vocês, Muito Obrigado.

## MODO DE CITAR

Na presente dissertação as obras serão citadas em nota de rodapé, por ordem do nome do autor, título da obra, ano de edição e página consultada. Ou ainda, se se tratar de obra com edições ou volumes diversos indicar-se-á o examinado.

Os documentos e artigos obtidos de maneira *online* estarão uniformizados nas notas de rodapé e estarão de acordo com o autor, título da obra e o local onde poderão ser acessados.

As obras citadas e presentes no corpo da nota de rodapé estarão com todos os seus elementos bibliográficos referenciados na bibliografia final e lá poderão ser consultadas por completo.

Na bibliografia final as obras estarão listadas obedecendo à ordem alfabética, considerando o último nome do autor. Obras em que há mais de um autor, a ordem apresentada se dará conforme consta no próprio livro.

As decisões judiciais serão citadas de acordo com a espécie, o tribunal julgador e data do acórdão. Para maior conhecimento relativo a outras informações ou fontes de pesquisa dever-se-á exercer a consulta da jurisprudência final que, por sua vez, estará organizada pelo Órgão Julgador e em ordem alfabética.

## LISTA DE ABREVIATURAS

<b>Ac.</b>	Acórdão
<b>Art.</b>	Artigo
<b>Arts.</b>	Artigos
<b>CDC</b>	Código de Defesa do Consumidor
<b>CPC</b>	Código de Processo Civil
<b>Ed.</b>	Edição
<b>IRDR</b>	Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas
<b>NCPC</b>	Novo Código de Processo Civil
<b>P.</b>	Página
<b>RE.</b>	Recurso Extraordinário
<b>REsp.</b>	Recurso Especial
<b>STF</b>	Supremo Tribunal Federal
<b>STJ</b>	Superior Tribunal de Justiça
<b>TRC</b>	Tribunal da Relação de Coimbra
<b>TRL</b>	Tribunal da Relação de Lisboa
<b>TRP</b>	Tribunal da Relação do Porto
<b>Vol.</b>	Volume

## RESUMO

O Novo Código de Processo Civil trouxe alterações ao ordenamento jurídico brasileiro. Tratando-se de um tema amplo, buscamos centrar o estudo nos reflexos do Novo Código em relação ao Direito do Consumidor e, em especial, nos limites ao ressarcimento dos danos morais. Dessa forma, começamos o capítulo inaugural tratando da perspectiva do Dano Moral no direito brasileiro e a seguir solidificamos sua ideia com as semelhanças e ponderações aquando comparado com o Direito Português. Não obstante, no desenvolvimento do tema fizemos breves considerações acerca do Novo Código de Processo Civil e mostramos seu espírito que busca a celeridade e eficiência do processo ao implementar meios processuais para alcançar esse objetivo. Feita esta consideração, desenvolvemos a repercussão do Novo Código no âmbito geral em matéria do Direito do Consumo, parte especial do nosso estudo. Em sequência, vimos que uma das alterações diz respeito aos limites dos danos morais no nosso ordenamento e, em seguida, analisamos se os efeitos dessa alteração viriam a ser uma mais valia ao consumidor ou iriam gerar mitigação dos seus direitos, assim, desenvolvemos o assunto para se chegar à conclusão deste presente estudo e que pode ser vista em partes ao longo do seu desenvolvimento e, em especial, na sua conclusão final. Dessa forma, convidamos os leitores ao estudo desse tema que tem significativo interesse social.

**Palavras-Chave:** Novo Código de Processo Civil – Dano Moral – Direito do Consumidor – Reflexos – Limites ao ressarcimento do Dano Moral

## **ABSTRACT**

The New Code of Civil Procedure brought changes into the Brazilian legal system. Being a broad theme, we seek to focus the study on the reflexes of the New Code regarding the Consumer Law and, in particular, on its limits to the compensation of moral damages. We began the inaugural chapter dealing with the perspective of moral damage in Brazilian law and consolidated its idea with similarities and considerations when compared to Portuguese law. During the development of the subject, we made brief considerations about the New Code of Civil Procedure and we showed its spirit that seeks the speed and efficiency of the process when implementing procedural means to achieve this goal. Made this consideration, we approached the impact of the New Code in the general framework in the field of Consumer Law, a special part of our study. In sequence, we've seen that one of the amendments concerns the limits of moral damages in our law and then we've analyzed whether the effect of these changes would be an added value to the consumer or generate mitigation of their rights. Thus, we have developed the subject to come to the conclusion of this present study, that can be seen in parts throughout its development and, in particular, in its final conclusion. In this way, we invite readers to study this topic that has a significant social interest.

**Keywords:** New Code of Civil Procedure - Moral Damage - Consumer Law - Reflections - Limits on reimbursement of moral damages



## Sumário

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>2. O DANO MORAL NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO E SUAS CARACTERÍSTICAS .....</b>	<b>13</b>
2.1. Dano Moral Individual ou Coletivo à luz do Direito Brasileiro .....	17
2.2. Dano Moral Direto ou Indireto .....	19
2.3. A Prova do Dano e Critérios de Quantificação do Dano Moral .....	20
2.4. Natureza Jurídica da Reparação ao Dano Moral: Tema Controvertido..	21
2.5. Últimas características: considerações a Súmula 37 e 227 do Superior Tribunal de Justiça .....	25
<b>3. O DIREITO PORTUGUÊS E O DANO NÃO PATRIMONIAL: DIFERENÇAS E SEMELHANÇAS COM O PANORAMA BRASILEIRO .....</b>	<b>26</b>
3.1. O Dano Não Patrimonial: Paralelo entre o Ordenamento Jurídico Português e o Direito Brasileiro .....	26
3.1.1. Terminologia e Amplitude do Dano Não Patrimonial Português em relação ao Dano Moral brasileiro .....	26
3.1.2. Critérios de Quantificação do Dano não patrimonial.....	28
3.1.3. Natureza do Dano Não patrimonial.....	29
3.1.4. Dano não Patrimonial da Pessoa <i>Colectiva</i> .....	30
3.1.5. Prova no dano não patrimonial .....	30
3.1.6. Gravidade do Dano e Mero Aborrecimento .....	31
<b>4. OS REFLEXOS DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL BRASILEIRO E O PARADIGMA ATUAL DO DIREITO DO CONSUMO .....</b>	<b>32</b>
4.1. Breve Introdução ao Novo Código de Processo Civil.....	33
4.2. O Direito do Consumo na Atualidade e os Reflexos das mudanças do NCPC.....	37
4.2.1. Repercussão do Novo Código de Processo Civil no Direito do Consumo .....	40
<b>5. OS LIMITES AO RESSARCIMENTO DOS DANOS MORAIS NO NOVO CÓDIGO À LUZ DO DIREITO DO CONSUMO .....</b>	<b>48</b>
5.1. O Novo CPC e os Limites ao ressarcimento dos Danos Morais: .....	51
5.2. Necessidade de Imposição dos Limites ao Ressarcimento do Dano Moral por via de Excesso de Ações.....	64
5.3. Benefícios e Outras Questões: O Direito do Consumo em face dos Limites ao Ressarcimento do Dano Moral.....	65

<b>6. CONCLUSÃO .....</b>	<b>69</b>
<b>REFERÊNCIA .....</b>	<b>76</b>
<b>JURISPRUDENCIA .....</b>	<b>83</b>
<b>LEGISLAÇÃO .....</b>	<b>85</b>

## INTRODUÇÃO

A presente dissertação é fruto de um longo trabalho de pesquisa na Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Direito e Gestão, e motivada pelo grande interesse deste acadêmico em relacionar temas de cunho social que possam ser desenvolvidos diretamente e em conjunto com o Direito.

Assim, surge o tema “Os Reflexos do Novo Código de Processo Civil Brasileiro: Em Estudo o Direito do Consumidor e os Limites ao Ressarcimento dos Danos Morais na atual Legislação”.

Do título acima nota-se em princípio que uma nova estrutura jurídica surge com a vigência do Novo Código de Processo Civil, consolidado no ano de 2015 e que entrou em vigor em 2016, onde seu texto reflete à adaptação da lei processual civil brasileira à realidade e tem dentre outros objetivos promover a celeridade e eficiência do processo civil brasileiro.

No entanto, como vasta são as mudanças e os seus efeitos, e por entender ser necessário trabalhar uma visão do direito interligada com a sociedade buscando temas que fazem parte do cotidiano do cidadão, é que fica decidido delimitar a nossa análise sobre os reflexos das alterações à luz do Direito do Consumidor e, em especial, dos Limites ao ressarcimento dos Danos Morais.

Portanto, justifica-se o presente estudo, pois à luz do Código de Processo Civil Brasileiro anterior (CPC, 1973)<sup>1</sup> e a prática habitual no Direito Brasileiro, relativamente aos Danos Morais, observamos com o passar dos anos a falta de limitações que pudessem vir a conter a utilização desse Instituto.

Com efeito, os cidadãos e advogados percebendo-se deste fato e com o acesso à justiça cada vez mais facilitado<sup>2</sup>, somado ainda ao aumento

---

<sup>1</sup> BRASIL, “Código de Processo Civil, Lei n° 5.869, de 11 de Janeiro de 1973, revogada pela Lei n° 13.015 de 2015”, disponível em ([http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L5869.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5869.htm)).

<sup>2</sup> No Brasil, a Lei n. 7.244/84, deu a partida para facilitar o acesso à justiça por dispor sobre a criação e funcionamento do Juizado Especial de Pequenas Causas. Seguindo um caminho natural, a Constituição Federal de 1988 também legitimou para os entes da Federação (União, Estados e o Distrito Federal) a criação, funcionamento e o processo dos juizados de pequenas causas no seu art. 24, inciso X. Nesse contexto, a promulgação posterior da Lei n° 9.099 de 1995, que dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais, completou um rol de legislações favoráveis ao ingresso à justiça por cidadãos comuns e com causas de menor complexidade.

exponencial nas relações do consumo que, por consequência, aumentou o número de demandas, criaram uma porta de entrada para buscar auferir proveitos econômicos através do judiciário, o que ficou conhecido como “Indústria do Dano Moral”<sup>3</sup> e ocasionou sobrecarga ao Poder Judiciário asfixiado no alto volume de processos.

Isso se explica pelo fato de que o CPC anterior (1973), como dito, não ter qualquer limitação ao pedido de ressarcimento dos Danos Morais. Em face dessa perspectiva, o Novo Código de Processo Civil brasileiro trouxe regras procedimentais que passaram a vigorar no ano de 2016 para uma série de questões, dentre estas as relativas aos Danos Morais.

Tais mudanças puderam ser observadas na prática e, com isto, há uma necessidade crescente de se analisar os efeitos dessa nova limitação para entender sua amplitude, principalmente, no que diz respeito ao Consumidor, até então um dos principais utentes do judiciário brasileiro<sup>4</sup> e um dos responsáveis pela ampla utilização do instituto Dano Moral.

Dito isto, o desenvolvimento que aqui se propõe será norteado principalmente com o debate da seguinte questão de ordem: Os Reflexos do Novo Código de Processo Civil Brasileiro, no que diz respeito os limites ao ressarcimento ao Dano Moral, será uma mais valia para as relações de consumo ou será um retrocesso?

Aplicaremos a este processo o método científico de pesquisa, partindo de considerações gerais até o âmbito específico ao tema pretendido, por meio do estudo de obras bibliográficas, documentos jurídicos, códigos, relatórios e notícias que possibilitem sua revisão e a recolha de dados e informações que proporcionem formar a construção do estudo *in casu*, uma vez que trata-se de um trabalho acadêmico-teórico.

Por fim, a presente dissertação obedece a uma linha didática criada para facilitar o entendimento sobre os diversos pontos que cercam a leitura e são

---

<sup>3</sup> Por “Indústria do Dano Moral” caracterizamos como sendo a forma como as partes buscam através do Judiciário auferir ganhos com pedidos de Dano Moral com uma tênue fundamentação e de frágil procedência o que sobrecarrega o judiciário brasileiro.

<sup>4</sup> Os números de Pesquisa do Relatório Justiça em Números referentes à sua edição de 2016, ano base 2015, demonstram que as ações envolvendo o direito do consumo são as mais frequentes no Juizado Especial, uma das três mais recorrentes no âmbito da Justiça Estadual Comum e o mais presente em sede de Recurso, sendo a matéria envolvendo o Dano Moral em conjunto com o Direito do Consumo a mais citada pelo Relatório. Esses números serão vistos e firmados ao decorrer desta Tese.

postas em capítulos que seguem o enredo tratado. Nesse tocante, após a presente introdução trataremos de analisar o Dano Moral no Ordenamento Jurídico Brasileiro, objetivando elucidar as suas características e aspectos relevantes no ordenamento jurídico do Brasil.

Na sequência, em razão da gênese do direito brasileiro remontar o direito português, desenvolveremos um breve estudo acerca do Dano Não Patrimonial, equivalente em linhas gerais ao Dano Moral brasileiro, para construir o diálogo sobre o tema proposto.

Em seguimento, tratar-se-á sobre o Novo Código de Processo Civil, cabendo considerações iniciais que proporcionem conhecer os aspectos gerais do Novo Código e suas alterações mais relevantes ao presente estudo. Nesta ocasião, trataremos também das modificações que dizem respeito ao Direito do Consumo, elencando dessa forma a repercussão do Código atual em relação ao Direito do Consumidor.

Neste contexto, iremos analisar os limites ao ressarcimento dos danos morais ao aprofundarmos o tema nas alterações trazidas com o Novo Código de Processo Civil e a necessidade de imposição de limites decorrente do alto quantitativo de ações. Passando a analisar os benefícios e desvantagens que podem ser levantadas com o tema.

Por fim, far-se-á a conclusão do presente estudo com o objetivo claro e conciso de buscar a resposta para a pergunta trazida outrora: Os Reflexos do Novo Código de Processo Civil Brasileiro, no que diz respeito aos limites impostos ao Dano Moral, será uma mais valia para as relações de consumo ou será um retrocesso?

## **2. O DANO MORAL NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO E SUAS CARACTERÍSTICAS**

Derivada do latim *Damnum*, a palavra Dano para a língua portuguesa, tem seu significado trazido à luz do dicionário como estrago ou prejuízo, sofrido ou causado por alguém<sup>5</sup>.

---

<sup>5</sup> PRIBERAM, “*Dicionário Priberam da Língua Portuguesa: Dano*”, disponível em (<https://www.priberam.pt/dlpo/dano>)

No ordenamento jurídico, Cavalieri Filho<sup>6</sup> afirma que o dano é a redução ou mitigação de um bem jurídico e sintetiza ao dizer que “*em suma, dano é lesão de um bem jurídico, tanto patrimonial como moral, vindo daí a conhecida divisão do dano em patrimonial e moral*”<sup>7</sup>.

No entanto, no âmbito desta Tese focaremos exclusivamente no aspecto moral do Dano por ser objeto do presente estudo os limites ao ressarcimento do Dano Moral.

Pablo Stolze Gagliano e Pamplona Filho defendem que “*o dano moral consiste na lesão de direito cujo conteúdo não é pecuniário, nem comercialmente redutível a dinheiro*”<sup>8</sup>. De igual forma, Carlos Roberto Gonçalves ensina que o dano moral é aquele que “*atinge o ofendido como pessoa, não lesando seu patrimônio*”<sup>9</sup>. E afirma que a lesão afeta os direitos de personalidade o que “*acarreta ao lesado dor, sofrimento, tristeza, vexame e humilhação*”<sup>10</sup>.

Explica Maria Celina Bodin de Moraes que o dano moral tem fundamento na “*injusta violação*”<sup>11</sup> da tutela da dignidade da pessoa humana, neste sentido afirma:

O dano moral tem como causa a *injusta violação* a uma situação jurídica subjetiva extrapatrimonial, protegida pelo ordenamento jurídico através da cláusula geral de tutela da personalidade que foi instituída e tem sua fonte na Constituição Federal, em particular e diretamente decorrente do princípio (fundante) da dignidade da pessoa humana (também identificado com o princípio geral de respeito à dignidade humana)<sup>12</sup>.

Analisando, o texto traz à luz do Direito Constitucional a fonte primária que origina o dever de reparação dos Danos Morais. Segundo Cavalieri Filho o dano moral “*nada mais é do que a violação do direito à dignidade*”<sup>13</sup> de acordo com a constituição, e defende:

<sup>6</sup> SÉRGIO CAVALIERI FILHO, “*Programa de responsabilidade civil*”, 2008, p. 71.

<sup>7</sup> SÉRGIO CAVALIERI FILHO, “*Programa de responsabilidade civil*”, 2008, p. 71.

<sup>8</sup> PABLO STOLZE GAGLIANO; RODRIGO PAMPLONA FILHO, “*Novo Curso de Direito Civil*”, 2ª ed., Vol. 3, 2004, p. 62-63.

<sup>9</sup> CARLOS ROBERTO GONÇALVES, “*Direito Civil Brasileiro: Responsabilidade Civil*”, 5ª ed., 2010, p. 377.

<sup>10</sup> CARLOS ROBERTO GONÇALVES, “*Direito Civil Brasileiro: Responsabilidade Civil*”, 5ª ed., 2010, p. 377.

<sup>11</sup> MARIA CELINA BODIN DE MORAES, “*Danos à pessoa humana: uma leitura civil-constitucional dos danos morais*”, 2009, p. 132-133.

<sup>12</sup> MARIA CELINA BODIN DE MORAES, “*Danos à pessoa humana: uma leitura civil-constitucional dos danos morais*”, 2009, p. 132-133.

<sup>13</sup> SÉRGIO CAVALIERI FILHO, “*Programa de responsabilidade civil*”, 8ª ed., 2009, p. 80.

Foi justamente por considerar a inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem corolário do direito à dignidade que a Constituição inseriu em seu art. 5º, V e X, a plena reparação do dano moral. Este é, pois, o novo enfoque constitucional pelo qual deve ser examinado o dano moral, que já começou a ser assimilado pelo Judiciário<sup>14</sup>.

Dessa forma, a Constituição Federal brasileira de 1988, como fonte superior a todo o ordenamento jurídico, é fonte primária que respalda o direito a reparação ao Dano Moral e tem no art. 5º, inciso V e X, a redação que nos propicia este entendimento.

O mencionado inciso diz que: *“Art. 5º (...) V - é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem”*<sup>15</sup>. Já o inciso X, fundamenta a posição de que o Dano Moral tem fonte constitucional ao afirmar que: *“Art. 5º (...) X - são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação”*<sup>16</sup>.

Celso Ribeiro Bastos e Ives Gandra Martins já nos ensinava que a Constituição é o *“marco a partir do qual erige-se a ordem jurídica”*<sup>17</sup>, sendo assim, é da Constituição Federal que emanam os demais direitos e a ordem jurídica que deve ser seguida.

Com efeito, o Código Civil no seu art. 186 diz que *“aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito”*<sup>18</sup>. Assim, o dever de reparar surge com a comprovação do Dano e aduz o instituto da Responsabilidade Civil<sup>19</sup>. Ou seja, ao agressor recai na obrigação de reparar a vítima do dano moral (ou patrimonial) até se obter o *status quo ante* a situação lesada.

<sup>14</sup> SÉRGIO CAVALIERI FILHO, *“Programa de responsabilidade civil”*, 8ª ed., 2009, p. 80.

<sup>15</sup> BRASIL, *“Constituição da República Federativa do Brasil de 1988”*, disponível em ([https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)).

<sup>16</sup> BRASIL, *“Constituição da República Federativa do Brasil de 1988”*, disponível em ([https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)).

<sup>17</sup> CELSO RIBEIRO BASTOS; IVES GANDRA MARTINS, *“Comentários à Constituição do Brasil”*, vol. 1, 1988, p. 349-350.

<sup>18</sup> BRASIL, *“Código Civil, Lei 10.406 de 10 de Janeiro de 2002”*, disponível em ([https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/L10406.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm)).

<sup>19</sup> MARIA HELENA DINI, DINIZ, *“Curso de Direito Civil Brasileiro: Responsabilidade Civil”*, vol. 7, 1999, p. 55.

O Código de Defesa do Consumidor (CDC) não se furtou ao tema e adotou em seu art. 6º, inciso VI e VII<sup>20</sup>, como direito básico ao consumidor, a reparação dos danos patrimoniais e morais, individuais, coletivos e difusos e o acesso aos órgãos judiciários ou administrativos para que assegurem a proteção ao consumidor em se tratando dessas matérias.

Carlos Alberto Bittar reforça esse entendimento ao observa que:

O Código de Defesa do Consumidor, nas suas relações de consumo submetidas à sua égide, instituiu regime protetivo tal que, de sua simples enunciação, se pode notar que inúmeras novas situações de violação a direitos personalíssimos podem ocorrer, gerando-se, em consequência, a necessidade de reparação de ordem moral<sup>21</sup>.

Assim, quando ocorre um ato ilícito que gera uma lesão a um bem juridicamente tutelado e que fere a esfera íntima do indivíduo, tanto a doutrina quanto o posicionamento legislado oferecem respaldo para o ingresso da ação de reparação de cunho moral.

Entretanto, nem sempre foi dessa forma no ordenamento jurídico brasileiro. Pois houve por algum tempo certa resistência em se admitir um direito pautado unicamente na esfera íntima do indivíduo e sem valor pecuniário determinado.

Isso porque ao buscarmos ações passadas é possível encontrarmos inúmeras decisões emanadas pela jurisprudência que tratam sobre o assunto, negando seus efeitos e que inadmitiam a reparação dos Danos Morais<sup>22</sup>.

Em face desta polêmica doutrinas foram surgindo acerca da possibilidade de reparação do prejuízo extrapatrimonial, sobressaindo opiniões divergentes quanto à indenização o que resultaram em posições dicotômicas, principalmente, entre a doutrina e a jurisprudência. Do mesmo modo, no âmbito político, Projetos de Lei foram criados na esperança de pacificar o tema, no entanto se mostraram infrutíferos<sup>23</sup>.

<sup>20</sup> BRASIL, “Código de Defesa do Consumidor, Lei nº 8.078 de 11 de setembro de 1990”, disponível em ([http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8078.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8078.htm)).

<sup>21</sup> CARLOS ALBERTO BITTAR, “Reparação Civil por danos morais”, 3ª ed., 1998, p. 265.

<sup>22</sup> Neste sentido, RE 12.039, STF, de 06/08/1948 e RE 11.786, STF, de 07/11/1950.

<sup>23</sup> Neste sentido, o Projeto de Lei nº 3.829 de 10 de Agosto de 1966 (BRASIL, “Projeto de Lei nº 3.829 de 10 de Agosto de 1966: Dispõe sobre o Dano Moral, de efeitos não patrimoniais, praticado através de meios de divulgação”, Apresentado por Armando Falcão (ARENA), disponível em



Na sequência dos anos o Dano Moral se consolidou e passou a ser aceito de forma mais acentuada. Nas lições de Agostinho Alvim, o doutrinador já dizia que eram poucos os que sustentavam a irreparabilidade dos danos morais ao dizer que *“a obrigação de reparar tais danos vai se impondo as legislações, mais ousadamente aqui, mais timidamente ali, já admitindo-se a reparação, como regra, já, somente, nos casos expressamente previstos”*<sup>24</sup>.

Com a entrada em vigor da Constituição Federal de 1988, especificamente no art. 5º, inciso V e X, já aqui estudados, a efetivação do Dano Moral no ordenamento jurídico chega ao ápice, não restando objeção quanto à possibilidade de reparação do Dano Extrapatrimonial.

Atualmente é pacífico para a doutrina e para a jurisprudência a viabilidade de reparação em matéria de Dano Moral, decorrente de um prejuízo economicamente auferível ou não, com respaldo na Carta Magna de 1988 e nas Legislações *infraconstitucionais*, tal qual o Código Civil e o Código de Direito do Consumidor.

Passamos a analisar a seguir as características sobre o Dano Moral.

## 2.1. Dano Moral Individual ou Coletivo à luz do Direito Brasileiro

O dano moral é o resultado da lesão que atinge elementos subjetivos e psíquicos da personalidade e que afeta a dignidade da pessoa humana, a honra, a imagem, a integridade psíquica do indivíduo etc. Nesse aspecto, estaríamos nos confrontando com um dano moral individual. No entanto questiona Carlos Alberto Bittar da seguinte maneira: *“ora, se o indivíduo pode ser vítima de dano moral, por que a coletividade não poderia sê-lo?”*<sup>25</sup>.

---

(<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=216320>); o Projeto de Lei nº 1.900 de 26 de novembro de 1968 (BRASIL, “*Projeto de Lei nº 1.900 de 26 de novembro de 1968: Regulamenta a reparação do Dano Moral, em ação cível, e da outras providências*”, Apresentado por Feu Rosa (ARENA), disponível em (<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=197467>); E o Projeto de Lei nº 4.486 de 12 de maio de 1981 ) BRASIL, “*Projeto de Lei nº 4.486 de 12 de maio de 1981: Dispõe sobre a reparação do Dano Moral*”, Apresentado por Valter Garcia (PMDB), disponível em ([camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=221922](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=221922)).

<sup>24</sup> AGOSTINHO ALVIM, “*Da inexecução das obrigações e suas consequências*”, 1980, p. 220-221.

<sup>25</sup> CARLOS ALBERTO BITTAR, “*Pode a Coletividade sofrer dano moral?*”. Disponível em (<http://www.buscalegis.ufsc.br/revistas/files/anexos/6922-6921-1-PB.html>).

É que com a evolução histórica do Dano Moral faz surgir ao tema o entendimento de que poderá ser pertencente a uma coletividade o direito de reparação ao abalo Moral.

Novamente, recorremo-nos a Bittar que define o tema:

O dano moral coletivo é a injusta lesão da esfera moral de uma dada comunidade, ou seja, é a violação antijurídica de um determinado círculo de valores coletivos. Quando se fala em dano moral coletivo, está-se fazendo menção ao fato de que o patrimônio valorativo de uma certa comunidade (maior ou menor), idealmente considerado, foi agredido de maneira absolutamente injustificável do ponto de vista jurídico: quer isso dizer, em última instância, que se feriu a própria cultura, em seu aspecto imaterial<sup>26</sup>.

Para André de Carvalho Ramos o dano moral à coletividade *“não necessita ser a dor subjetiva ou estado anímico negativo”*<sup>27</sup> que é característica do dano moral na esfera individual. Pois na esfera coletiva, segundo o autor, o que existe é um *“sentimento de desapeço que afeta negativamente toda a coletividade”*<sup>28</sup>.

A par desta lição, o tema encontra grande foco em matérias que envolvem o Direito do Consumo. Isso porque o Código de Defesa do Consumidor, em seu art. 6º, inciso VI, já estudado e que trata dos direitos básicos do consumidor, traz que é devida a *“efetiva prevenção e reparação de danos patrimoniais e morais, individuais, coletivos e difusos”*<sup>29</sup>.

Concomitante a disposição citada, o art. 81º do Código de Defesa do Consumidor traz que *“a defesa dos interesses e direitos dos consumidores e das vítimas poderá ser exercida em juízo individualmente, ou a título coletivo”*<sup>30</sup>. E destaca a defesa dos direitos difusos, coletivos e direitos individuais homogêneos<sup>31</sup>.

<sup>26</sup> CARLOS ALBERTO BITTAR, *“Pode a Coletividade sofrer dano moral?”*. Disponível em (<http://www.buscalegis.ufsc.br/revistas/files/anexos/6922-6921-1-PB.html>).

<sup>27</sup> ANDRÉ DE CARVALHO RAMOS, *“A ação civil pública e o dano moral coletivo”*, São Paulo: Revista dos Tribunais, nº 25, 1998, p.82.

<sup>28</sup> ANDRÉ DE CARVALHO RAMOS, *“A ação civil pública e o dano moral coletivo”*, São Paulo: Revista dos Tribunais, nº 25, 1998, p.82.

<sup>29</sup> BRASIL, *“Código de Defesa do Consumidor. Lei nº 8.078 de 11 de setembro de 1990”*. Disponível em ([http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8078.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8078.htm)).

<sup>30</sup> BRASIL, *“Código de Defesa do Consumidor. Lei nº 8.078 de 11 de setembro de 1990”*. Disponível em ([http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8078.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8078.htm)).

<sup>31</sup> Sobre este assunto, o tema é complexo e demandaria uma análise que escaparia ao âmbito desta tese, no entanto deixamos como sugestão a leitura do texto de Suzana Gastaldi, *“Direitos*

Neste sentido, o Recurso Especial 1.221.756, do STJ<sup>32</sup>, serve de exemplo face aos danos morais coletivos. No caso em apreço, o magistrado condenou o banco Itaú Unibanco ao ressarcimento dos danos morais coletivos em favor dos seus clientes por manter caixa de atendimento preferencial no segundo andar, o que fazia com que idosos, pessoas com deficiências, dentre outras que possuíam limitações, tivessem dificuldades de acesso ao mencionado caixa por ter que subir diversos degraus.

Sendo assim, resta-se claro que o dano moral poderá ser individual porquanto atinge o âmago de um indivíduo na sua esfera personalíssima, mas também poderá ser defendido com base na doutrina e na jurisprudência no caso em que se configure uma lesão a esfera moral de uma comunidade, onde a ofensa atinge os valores coletivos pertencentes a comunidade.

## **2.2. Dano Moral Direto ou Indireto**

Maria Helena Diniz<sup>33</sup> entende que estaremos diante de um dano moral direto quando nos afrontarmos com a violação ao bem extrapatrimonial juridicamente tutelado que reflete diretamente nos atributos da pessoa ou nos direito de personalidade que ela é detentora (direito a honra, a imagem, ao nome etc).

Exemplo habitual e corriqueiro na jurisprudência brasileira são ações de indenização por dano moral que visam à reparação por negativação indevida. Ou seja, quando o titular de certo crédito coloca o mau pagador em um cadastro de inadimplentes de forma incorreta gerando assim a violação ao nome, à honra e a imagem do ofendido.

Quanto à forma indireta, Pablo Stolze Gagliano e Rodolfo Pamplona Filho<sup>34</sup> ensina que o dano moral indireto ocorrerá quando existir uma lesão de cunho patrimonial que atinge de modo reflexo o bem da ordem extrapatrimonial.

---

*difusos, coletivos em sentido estrito e individuais homogêneos: conceito e diferenciação*" disponível em ([http://www.ambitojuridico.com.br/site/?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=14164](http://www.ambitojuridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=14164)) e que estará em nossas referências.

<sup>32</sup> REsp. 1.221.756, STJ, de 02/02/2012.

<sup>33</sup> MARIA HELENA DINIZ, "Curso de Direito Civil Brasileiro: Responsabilidade Civil", vol. 7, 2006, p. 94-95.

<sup>34</sup> PABLO STOLZE GAGLIANO, RODRIGO PAMPLONA FILHO, "Novo Curso de Direito Civil", 2ª ed., vol. 3, 2004, p. 87.

Como exemplo, uma pessoa que compra um imóvel e há atraso na entrega do bem sofre prejuízos da ordem econômica e possivelmente de ordem moral, de acordo com o ordenamento jurídico brasileiro.

### 2.3. A Prova do Dano e Critérios de Quantificação do Dano Moral

Na doutrina há quem entenda que o Dano Moral não carece de prova<sup>35</sup>. Essa constatação implicaria em dizer que o Dano Moral é presumido, ou seja, na modalidade *in re ipsa* sem a necessidade da apresentação de provas para a sua caracterização.

Entretanto, esse caráter absoluto já não se constata mais na atualidade. Neste sentido, o Superior Tribunal de Justiça, através do Ministro Castro Filho, em julgado de sua relatoria ensinou disse que *“faz-se necessário que o dano moral seja comprovado, mediante demonstração cabal (...)”*<sup>36</sup>. Igualmente são jurisprudências do Egrégio Tribunal que refletem esse entendimento<sup>37</sup>.

Porém, em que pese se tenha mostrado a necessidade de prova do dano moral, a jurisprudência excetua alguns casos em que o dano é presumido e, portanto, independem de comprovação. Assim, por exemplo, cabe indenização quando ocorrer inscrição indevida do nome em cadastro de inadimplentes, atrasos de voo, quando o diploma de graduação não for reconhecido, com a inclusão indevida de nome de profissional de saúde em lista de planos médicos etc<sup>38</sup>.

Quanto aos critérios de quantificação do Dano Moral, não existindo uma regra objetiva para a valoração, Louzada Bernardo diz que *“a solução genérica de nosso ordenamento jurídico é confiar ao prudente arbítrio do juiz a quantificação do dano moral, sem qualquer tabela ou limite preestabelecido”*<sup>39</sup>.

Nessa esteira, Humberto Theodoro Júnior<sup>40</sup> nos ensina que o juiz deve estar atento às peculiaridades que em cada caso possa surgir, devendo ter

<sup>35</sup> Neste sentido defende Rui Stoco, *“Tratado de responsabilidade civil: doutrina e jurisprudência”*, 7ª ed., 2007, p. 1714.

<sup>36</sup> REsp. 49.4867, STJ, de 26/06/2003.

<sup>37</sup> Seguindo este posicionamento o REsp. 969.097, STJ, de 20/11/2008.

<sup>38</sup> MIGALHAS. *“STJ define em quais situações o dano moral pode ser presumido”*, disponível em (<http://www.migalhas.com.br/Quentes/17,MI158699,31047-STJ+define+em+quais+situacoes+o+dano+moral+pode+ser+presumido>).

<sup>39</sup> WESLEY DE OLIVEIRA LOUZADA BERNARDO, *“Dano Moral: critérios de fixação de valor”*, 2005, p. 162.

<sup>40</sup> HUMBERTO THEODORO JÚNIOR, *“Dano Moral”*, 7ª ed., 2010, p. 39.

prudência para fixação do valor da reparação. Assim, não transformando em enriquecimento ilícito para o ofendido e da mesma forma que não seja irrisória a indenização a ser paga pelo agressor.

A posição adotada pelo Superior Tribunal de Justiça, no julgado de relatoria do ministro Sidnei Beneti, diz que em relação ao dano moral deverão ser consideradas “*as circunstâncias do fato, as condições do ofensor e do ofendido, a forma e o tipo de ofensa, bem como suas repercussões no mundo interior e exterior da vítima*”<sup>41</sup>.

Igualmente, Carlos Roberto Gonçalves<sup>42</sup> defende que devemos estar atentos as circunstâncias do caso, ou seja, observar a gravidade que o dano gerou na vítima, o grau de culpa do ofensor e a sua situação no cometimento do dano, a extensão do dano na vítima e no meio social, a força que o dano causou no âmago da vítima e a ideia de punição ao ofensor para que não volte a cometer novos atos ilícitos que ocasionem o dano da ordem moral.

Sobre o caráter punitivo da reparação, passemos a estudar adiante sobre a natureza jurídica dos danos morais por existir controvérsias doutrinárias.

#### **2.4. Natureza Jurídica da Reparação ao Dano Moral: Tema Controvertido**

Quanto à natureza jurídica do Dano Moral temos na doutrina e na jurisprudência controvérsia acerca do caráter que deve ser adotado sobre a reparação do dano extrapatrimonial. Assim, temos aqueles que defendem o Dano Moral com natureza jurídica meramente Compensatória (Reparatória ou Satisfatória), os que defendem também a natureza jurídica Punitiva (Sancionatória) e os que acrescem as outras a natureza jurídica Pedagógica na aplicação do Dano Moral.

Nesse sentido, o Dano Moral, segundo Pereira da Silva, terá caráter compensatório quando a vítima receber uma soma que lhe proporcione “*prazeres como contrapartida do mal sofrido*”<sup>43</sup>. E para Sílvia Rodrigues a indenização pecuniária provoca um “*desafogo e é uma maneira de compensar a dor provocada pelo ilícito*”<sup>44</sup>.

<sup>41</sup> Agravo Regimental 301.765, STJ, de 16/04/2013.

<sup>42</sup> CARLOS ROBERTO GONÇALVES, “*Direito civil brasileiro*”, vol. 4, 2011, p. 397-406.

<sup>43</sup> CAIO MÁRIO DA SILVA, “*Responsabilidade civil*”, 9ª ed., 2002, p. 55.

<sup>44</sup> SÍLVIA RODRIGUES, “*Direito Civil: Responsabilidade civil*”, 14ª ed., 1995, p. 191.

Na lição de Maria Celina Bodin de Moraes, temos que:

Aquele que sofre um dano deve ter direito a uma satisfação de cunho compensatório. Diz-se compensação, pois o dano moral não é propriamente indenizável; 'indenizar' é palavra que provém do latim, 'in dene', que significa devolver (o patrimônio) ao estado anterior, ou seja, eliminar o prejuízo e suas consequências – o que, evidentemente, não é possível no caso de uma lesão de ordem extrapatrimonial<sup>45</sup>.

Dessa forma, a natureza jurídica compensatória deve ser aplicada pelo magistrado em relação ao dano para oferecer à vítima um *quantum* indenizatório capaz de ressarcir subjetivamente a dor, angústia e o sofrimento sofrido. Neste caso, quantificar o dano extrapatrimonial causado será um fim subsidiário à pretensão de que com a reparação se alcance a satisfação do ofendido em relação à ofensa sofrida.

Não obstante, na doutrina há quem defenda o acréscimo à natureza jurídica compensatória a natureza jurídica punitiva<sup>46</sup>, criando desta forma teoria mista que prevê satisfação para a vítima e sanção ao causador do ato lesivo, sendo esse tema controvertido na doutrina, vejamos.

Pereira da Silva defendendo esta ideia nos ensina que o caráter de ressarcimento à vítima deverá vir acompanhado de uma punição ao autor do dano ao que chama de Caráter Punitivo na aplicação do Dano Moral. Neste sentido, destaca que o causador do dano, *“pelo fato da condenação, seja castigado pela ofensa que praticou”*<sup>47</sup>.

Cavaliere Filho, na mesma linha, diz que *“não se pode ignorar a necessidade de se impor uma pena ao causador do dano moral”*<sup>48</sup>. O autor reflete que o agente que causa o dano não pode ter a sensação de impunidade consigo, pois resultaria no cometimento de novas lesões. Assim, ao não aplicarmos um caráter sancionatório-punitivo ao autor da lesão poderia haver um estímulo, ainda que indireto, no cometimento de futuros atos ilícitos.

<sup>45</sup> MARIA CELINA BODIN DE MORAES, *“Danos à pessoa humana: uma leitura civil-constitucional dos danos morais”*, 2007, p. 145.

<sup>46</sup> Neste sentido, por exemplo, CARLOS ALBERTO BITTAR, *“Reparação civil por danos morais”*, 3ª ed., 1999, p. 233-235.

<sup>47</sup> CAIO MÁRIO DA SILVA, *“Responsabilidade civil”*, 9ª ed., 2002, p. 55.

<sup>48</sup> SÉRGIO CAVALIERE FILHO, *“Programa de Responsabilidade Civil”*, 6ª ed., 2005, p. 103.

Domingos de Melo defende a aplicação do caráter punitivo e diz que a indenização deve recair no bolso do agressor por se tratar da resposta mais adequada para garantir que não ocorra novamente a lesão<sup>49</sup>.

Sobre o assunto João Casillo<sup>50</sup> pondera ao dizer que a função punitiva deve ter um caráter secundário, sendo a primeira resposta a satisfação da vítima. No entanto, tendo o caráter secundário objetivo de intimidar ou evitar o dano, ou ainda que o dano já tenha sido causado o agente tenha uma pena pelo cometimento do ato ilícito.

Para Corrêa Andrade a finalidade da indenização pelo dano moral não se limita a compensar ou apenas punir o ofensor, mas os objetivos devem se conjugados relativamente a cada caso. Por sua vez, o tema sendo complexo, adota a teoria mista que prevê um duplo caráter à reparação do dano moral<sup>51</sup>.

Nota-se nesta teoria forte influência da *Punitive Damages*, do Direito *Common Law*, e que em síntese é a punição e o desestímulo de futuros atos lesivos e condutas<sup>52</sup>, onde prevê através da punição a intimidação do agressor no cometimento de novos atos ilícitos.

No Brasil a teoria americana adaptou-se e ficou conhecida como Teoria do Desestímulo<sup>53</sup> que, defendida pelo próprio Bittar, representa “*advertência ao lesante e à sociedade de que não se aceita o comportamento assumido, ou evento lesivo advindo*”<sup>54</sup>.

Ulhôa Coelho explica que “*o objetivo originário do instituto é impor ao sujeito passivo a majoração do valor da indenização, com o sentido de sancionar condutas específicas reprováveis*”<sup>55</sup>.

Sobre a teoria, Carlos Roberto Gonçalves faz uma crítica e pondera sobre a questão de aplicarmos uma pena sobremaneira ao agente causador do dano, uma vez que poderíamos em contrapartida criar um enriquecimento ilícito para

<sup>49</sup> NEHEMIAS DOMINGOS DE MELO, “*Dano moral nas relações de consumo*”, 2ª ed., 2012, p. 365.

<sup>50</sup> JOÃO CASILLO, “*Dano à pessoa e sua indenização*”, 2ª ed., 1994, p. 83.

<sup>51</sup> ANDRADE, André Gustavo Corrêa, “*Dano moral e indenização punitiva*”, 1ª ed., Rio de Janeiro: Forense, 2006. p. 171.

<sup>52</sup> Neste sentido, esclarece GLOWER JONES, “*Punitive Damages as an arbitration remedy*”, vol. 4, 1987, p. 38.

<sup>53</sup> Assim, CARLOS ALBERTO BITTAR, “*Reparação civil por danos morais*”, 3ª ed., 1999, p. 233-235 e outros.

<sup>54</sup> CARLOS ALBERTO BITTAR, “*Reparação civil por danos morais*”, 3ª ed., 1999, p. 233-235 e outros.

<sup>55</sup> FÁBIO ULHÔA COELHO, “*Curso de Direito Civil*”, 2ª ed., 2005. p. 432.

a vítima. Explica ainda que, nesse caso, a condenação e a consequente indenização seriam revertidas em favor do lesado, gerando o enriquecimento ilícito que não se compatibiliza com o ordenamento jurídico<sup>56</sup>.

Seguindo na contramão ao posicionamento que defende o acréscimo do caráter punitivo ao dano, temos como respaldo aqueles que defendem afronta ao princípio da legalidade. Nesse viés, Marcela Alcazas Bassan ao defender sua tese diz que ao aplicarmos “*um valor indenizatório, no intuito de punir o causador do dano, não é dado a este conhecer os limites desta punição*”<sup>57</sup> o que mitigaria sua garantia à defesa.

Bodin de Moraes por seu turno traz outra crítica à natureza punitiva da reparação. Entende a doutrinadora que estaríamos punindo o agressor duplamente, praticando assim uma violação ao princípio do “*ne bis in idem*”, explicando que “*as sanções pecuniárias têm potencial para exceder, em muito, as correspondentes do juízo criminal*”<sup>58</sup>, mostrando que o ofensor estaria sendo condenado em duas esferas distintas do direito.

A posição do Superior Tribunal de Justiça, embora já tenha negado no passado o caráter punitivo, é hoje favorável à aplicação da teoria do desestímulo. De acordo com o ministro do STJ, Raul Araújo Filho, o tribunal caminha no sentido de reconhecer no ordenamento jurídico, ainda que de forma adaptada, a *Punitive Damages*, ou a Teoria do Desestímulo, em que sejam apreciados casos com condutas dolosas ou culpa grave e quando o comportamento do agressor seja reprovável<sup>59</sup>.

Por fim, há quem discorra e acaba por dividir a natureza jurídica da reparação ao Dano em uma tríplice função. Assim, Fernando Noronha explica ao dizer que se a finalidade precípua da condenação é compensatória e visa reparar o dano, “*a responsabilidade civil desempenha outras importantes*

<sup>56</sup> CARLOS ROBERTO GONÇALVES, “*Responsabilidade Civil*”, Vol. 4, 2011, p. 678.

<sup>57</sup> MARCELA ALCAZANS BASSAN, “*As funções da indenização por danos morais e a prevenção de danos futuros*”, 2009, p. 72.

<sup>58</sup>, MARIA CELINA BODIN DE MORAES, “*Danos à pessoa humana: uma leitura civil-constitucional dos danos morais*”, 2009, p. 260.

<sup>59</sup> De acordo com RAÚL ARAÚJO FILHO, “*Punitive damages e sua aplicabilidade no Brasil*”, 2014, p. 327-345, devemos reconhecer a Teoria do Desestímulo com o objetivo de sancionar condutas específicas reprováveis, no entanto, adaptando-a ao ordenamento jurídico brasileiro. Isso porque, em outras palavras, o magistrado explica que devemos observância aos princípios e regras constitucionais e legais que se aplicam sobre nosso ordenamento, além de devermos ter especial atenção a vedação do enriquecimento sem causa.



*funções, uma sancionatória (ou punitiva) e outra preventiva (ou dissuasora)”*<sup>60</sup>, nos revelando uma terceira função para a reparação do dano, a qual podemos chamar de Pedagógica ou Dissuasora.

Para a doutrina<sup>61</sup> o caráter pedagógico do Dano é paralelo ao caráter sancionatório da punição sofrida pelo agente agressor.

Dessa forma, o agente que ofendeu o bem juridicamente tutelado desembolsará uma quantia financeira que certamente desencorajará a praticar nova infração que abale o bem estar de outrem, não reincidindo na prática. Por outro lado, essa lição será de conhecimento da sociedade que, dessa forma, se sentirá inibida em praticar o mesmo ato.

## **2.5. Últimas características: considerações a Súmula 37 e 227 do Superior Tribunal de Justiça**

No tocante a súmula 37 do STJ brasileiro<sup>62</sup>, essa prevê a possibilidade de cumulação do pedido de Dano Material e Dano Moral quando derivadas do mesmo fato. Isso quer dizer que, ocorrendo um ato lesivo, o direito de reparação está garantido para ambos os gêneros: moral e material, cabendo à cumulação do pedido de reparação no tocante a diminuição do aspecto patrimonial e também no que se refere ao abalo moral sofrido pela vítima. Nesse sentido, a doutrina acorda com o STJ e diz ser “*possível à cumulação da responsabilidade pelo dano material e pelo dano moral*”<sup>63</sup>.

Relativamente a Súmula 227 do STJ<sup>64</sup> temos que a pessoa jurídica pode sofrer Dano Moral. Maria Helena Diniz<sup>65</sup> já destacava este entendimento ao dizer que o dano moral é “*a lesão de interesses não patrimoniais de pessoa física ou*

<sup>60</sup> FERNANDO NORONHA, “*Direito das Obrigações: Fundamento do direito das obrigações*”. vol. 1, 2003, p. 437.

<sup>61</sup> Neste sentido, FERNANDO NORONHA, “*Direito das Obrigações: Fundamento do direito das obrigações*”. vol. 1, 2003, p. 437; ANTÔNIO JEOVÁ DOS SANTOS, “*Dano Moral Indenizável*”, 4ª ed., 2003, p. 44; e CARLOS ALBERTO BITTAR, “*Reparação civil por danos morais*”, 3ª ed., 1999, p. 233-235.

<sup>62</sup> BRASIL, “*Súmula 37 do STJ*”, Disponível em ([http://www.stj.jus.br/docs\\_internet/VerbetesSTJ\\_asc.txt](http://www.stj.jus.br/docs_internet/VerbetesSTJ_asc.txt)).

<sup>63</sup> ARNOLDO WALD, “*Curso de Direito Civil Brasileiro*”, 1989, p. 407.

<sup>64</sup> BRASIL, “*Súmula 227 do STJ*”, Disponível em ([http://www.stj.jus.br/docs\\_internet/VerbetesSTJ\\_asc.txt](http://www.stj.jus.br/docs_internet/VerbetesSTJ_asc.txt)).

<sup>65</sup> MARIA HELENA DINIZ, “*Curso de Direito Civil Brasileiro: Responsabilidade Civil*”, vol. 7, 2006, p. 96.

*jurídica, provocada pelo ato lesivo*”. Assim parece-nos óbvio que a doutrina e a jurisprudência encontram-se no mesmo caminho.

### **3. O DIREITO PORTUGUÊS E O DANO NÃO PATRIMONIAL: DIFERENÇAS E SEMELHANÇAS COM O PANORAMA BRASILEIRO**

A evolução histórica do Brasil, bem como do seu direito, tem em sua gênese raízes portuguesas que se estabeleceram na tradição do ordenamento jurídico brasileiro e no pensamento jurídico-filosófico<sup>66</sup>. Em outras palavras, segundo Giordano Roberto, “*o Direito brasileiro é filho do Direito Português*”<sup>67</sup> e por ser dessa forma, é que decidimos traçar esse paralelo. Aqui, no entanto, não alargaremos a discussão ao entrar em controvérsias dogmáticas, mas tão somente revelar similitudes e diferenças com fito de formar uma doutrina robusta acerca do assunto.

#### **3.1. O Dano Não Patrimonial: Paralelo entre o Ordenamento Jurídico Português e o Direito Brasileiro**

Veremos a seguir em tópicos temas que se mostram relevante à luz da comparação que aqui se propõe, assim seguimos.

##### **3.1.1. Terminologia e Amplitude do Dano Não Patrimonial Português em relação ao Dano Moral brasileiro**

O Dano Moral, até então tratado por essa denominação pelo direito brasileiro, ganha a terminologia Dano Não Patrimonial no direito Português.

Pinto Monteiro<sup>68</sup>, por exemplo, entende que tratarmos pelo vocábulo “dano moral” seria uma forma de reduzir aquilo que a bem verdade significa o Dano Não Patrimonial. Em síntese, diz que utilizar a expressão “dano moral”

---

<sup>66</sup> Embora não utilizado nesta dissertação, para entender mais sobre as influências do Direito Português no Direito Brasileiro deixo como sugestão o texto de Francisco Amaral, Professor de Direito Civil e Romano da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro que tem o tema: “Influência do Direito Português no Direito Brasileiro: Brasil 500 anos” e que está disponível em <http://www.ablj.org.br/revistas/revista17/revista17%20%20FRANCISCO%20AMARAL%20-%20Brasil,%20500%20Anos.%20Influ%C3%Aancia%20do%20Direito%20Portugu%C3%AAs%20no%20Direito%20Brasileiro.pdf>.

<sup>67</sup> GIORDANO BRUNO SOARES ROBERTO, “*Introdução à história do Direito Privado e da codificação: uma análise do novo Código Civil*”, 2003, p. 5.

<sup>68</sup> Com esse pensamento, PINTO MONTEIRO, “*Sobre a reparação dos danos morais*”, 1992, p. 19.

refletiria unicamente na extensão moral que o dano não patrimonial alcança, seria essa denominação, portanto, cabível aos danos que tratam sobre à honra, ao nome, à reputação, aos vexames, às humilhações etc.

Nessa linha, Almeida Costa, traz que o ordenamento jurídico português optou por modificar a terminologia “dano moral” por uma mais abrangente e explica:

O Código Civil rejeitou a designação de dano moral, que se generalizara entre nós por influência francesa. Preferiu-se a expressão dano não patrimonial, corrente na Alemanha e Itália, sem dúvida mais rigorosa, pois inclui tanto os danos morais propriamente ditos (os que resultam da ofensa de bens ou valores de ordem moral), como os danos estéticos, sofrimentos físicos, etc<sup>69</sup>.

Neste sentido, o próprio Código Civil Português atual difere do Código Civil Brasileiro, como apresentamos. Em Portugal, o art. 496, com clareza, traz em seu título a terminologia utilizada na doutrina portuguesa e que acompanha o assunto a ser tratado.

Igualmente entre o direito português e o brasileiro é o entendimento de que o dano não patrimonial pode ser um dano à alma, sendo o sofrimento, a angústia, a humilhação e tudo aquilo que atinge o ser humano enquanto pessoa.

Vaz Serra soa similar a doutrina brasileira quando diz que “*dano não patrimonial é o que tem por objeto um interesse não patrimonial, isto é, um interesse não avaliável em dinheiro*”<sup>70</sup>.

No entanto, como mencionado, o Direito Português abraça a tese de que os danos não patrimoniais podem atingir também a integridade física do indivíduo não se restringindo somente aos danos que ofendem a *psique*.

Por isso, Inocêncio Telles Galvão ensina-nos que ocorre o dano não patrimonial quando “*há a ofensa de bens de caráter imaterial*”<sup>71</sup> e exemplifica os bens que são atingidos: “*a integridade física, a saúde, a correção estética, a liberdade, a reputação (...)*”<sup>72</sup>.

Da mesma forma, Antunes Varela concorda que o bem não é passível de avaliação pecuniária, segundo ele, “*porque atingem bens (como a saúde, o bem*

<sup>69</sup> MÁRIO JÚLIO DE ALMEIDA COSTA, “Direito das Obrigações”, 7ª ed., 1998, p. 521.

<sup>70</sup> ADRIANO VAZ SERRA, “Reparação do dano não patrimonial”, 1959, p. 69.

<sup>71</sup> INOCÊNCIO GALVÃO TELLES, “Direito das Obrigações”, 6ª ed., 2010, p. 375.

<sup>72</sup> INOCÊNCIO GALVÃO TELLES, “Direito das Obrigações”, 6ª ed., 2010, p. 375.

*estar, a liberdade, a beleza, a perfeição física, a honra ou o bom nome) que não integram ao património do lesado, apenas podem ser compensados com a obrigação de pecuniária”<sup>73</sup>.*

Ora, desta redação acima encontramos um ponto de divergência do instituto comparado ao Direito Brasileiro. No que falamos sobre o dano moral no Brasil, temos exclusivamente ofensas que abalam a estrutura psíquica do indivíduo. Por outro lado, na doutrina portuguesa o dano não patrimonial poderia ser considerado mais amplo se comparado ao dano moral brasileiro, pois alcança os danos estéticos e os relativos à integridade física do indivíduo.

Em atenção, o STJ brasileiro ao proferir a súmula 387 (*in verbis “é lícita a cumulação das indenizações de dano estético e dano moral”*)<sup>74</sup> consolidou o entendimento que o Dano estético ou aquele que atinja a integridade física do indivíduo poderá ser cumulado ao pedido de Dano Moral. Sendo assim, o posicionamento para a Egrégia Corte é de que trata-se de espécies de danos distintos.

Não se qualifica, portanto, os danos estéticos como uma espécie do gênero Dano moral, vez que o quantum indenizatório auferido na prova de cada um dos danos é distinto contrariando, por exemplo, Yussef Cahali que afirma que: *“todo dano estético, na sua amplitude conceitual, representa um dano moral, devendo como tal ser indenizado”*<sup>75</sup>.

No entanto, vemos que o Direito Brasileiro, ressalvada alguma doutrina contrária, não coaduna com o direito português que defende a imersão da integridade física e dos danos estéticos no dano não patrimonial que seria o instituto similar ao dano moral brasileiro.

### **3.1.2. Critérios de Quantificação do Dano não patrimonial**

Seguindo em frente, tema que demonstra sintonia com o direito brasileiro é relativo à aplicação dos critérios para quantificação do dano.

<sup>73</sup> JOÃO DE MATOS ANTUNES VARELA, *“Das obrigações em geral”*, 6ª ed. (reimp. da 10ª edição), vol. I, 2000, p. 571.

<sup>74</sup> BRASIL, *“Súmula 387 do STJ”*, disponível em (<http://www.stj.jus.br/SCON/sumulas/doc.jsp?livre=@num=%27387%27>).

<sup>75</sup> YUSSEF SAID CAHALI, *“Dano moral”*, 3ª ed., 2005, p. 256.

O dano, sendo insuscetível de avaliação pecuniária lança ao juízo a responsabilidade de arbitrar os valores que atendam a natureza adotada do dano não patrimonial.

Assim, é que Pires da Rocha, seguindo a jurisprudência, consolida que devemos adotar critérios que reflitam a ponderação, prudência e a circunstâncias do fato em causa para chegarmos a um juízo de equidade que traduzam o *quantum* indenizatório devido ao dano<sup>76</sup>. No mesmo caminho, o próprio Código Civil Português resolveu expressamente em seu art. 496, n° 4, “*o montante da indenização é fixado equitativamente pelo tribunal*”<sup>77</sup>.

Isso quer dizer que, assim como no direito brasileiro, o julgador português deverá considerar as circunstâncias do fato, as condições do ofensor e do ofendido, o grau de ofensa, a culpabilidade e repercussão do fato para que se possa chegar a uma indenização equilibrada e que atenda a natureza da indenização relativa ao dano não patrimonial.

### 3.1.3. Natureza do Dano Não patrimonial

Sobre a natureza do dano não patrimonial, podemos destacar a doutrina<sup>78</sup> no direito português que aponta para uma natureza mista em que o agressor recairá na obrigação de compensar a vítima pelo dano sofrido e também será sancionado pela conduta imprópria.

Adepto desta teoria Antunes Varela leciona sobre a natureza mista no seguinte:

Por um lado, visa compensar de algum modo, mais do que *indemnizar*, os danos sofridos pela pessoa lesada; por outro lado, não lhe é estranha a ideia de reprovar ou castigar, no plano civilístico e com os meios próprios do direito privado, a conduta do agente<sup>79</sup>.

<sup>76</sup> Neste sentido, JOÃO PIRES DA ROSA, “*Dano não patrimonial: quantificação*”, 2013, p. 25-40, discorre sobre o tema e toma por base a jurisprudência do Supremo Tribunal de Justiça através do Ac. do STJ, de 05/11/2009, proc. n° 381-2002.S1.

<sup>77</sup> PORTUGAL, *Código Civil, Atualizado de acordo com a lei nº 150/2015 de 10/09*, disponível em ([http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei\\_mostra\\_articulado.php?nid=775&tabela=leis](http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=775&tabela=leis)).

<sup>78</sup> Posicionam-se dessa forma JOÃO DE MATOS ANTUNES VARELA, “*Das obrigações em geral*”, 6ª ed. (reimp. da 10ª edição), vol. I, 2000, p. 488; JORGE LEITE AREAIS RIBEIRO DE FARIA, “*Direito das Obrigações*”, V. 1, 2003, p. 486; e JOÃO PIRES DA ROSA, “*Dano não patrimonial: quantificação*”, 2013, p. 25-40.

<sup>79</sup> JOÃO DE MATOS ANTUNES VARELA, “*Das obrigações em geral*”, 6ª ed. (reimp. da 10ª edição), vol. I, 2000, p. 488.

Segue esse mesmo pensamento Ribeiro de Faria ao dizer que “*o intuito da indemnização não é apenas compensar o lesado pelos danos sofridos; é também, uma forma de aplicar uma sanção, uma reprovação a quem praticou o facto lesante*”<sup>80</sup>.

Assim, parece-nos claro que, diferente de algum posicionamento brasileiro que afasta o carácter sancionatório, a natureza dos danos não patrimoniais em Portugal tem fundamento na doutrina que se coloca favorável à aplicação da teoria mista, essa também presente no direito brasileiro.

### 3.1.4. Dano não Patrimonial da Pessoa Colectiva

Mostramos que igualmente a posição doutrinária<sup>81</sup> a Súmula 227<sup>82</sup> do STJ estabelece que a pessoa jurídica (*colectiva* no direito português) é suscetível de reparação quando a lesão for de cunho moral.

Em Portugal, segundo Vaz Serra é possível afirmar que “*as pessoas colectivas podem sofrer danos não patrimoniais*”<sup>83</sup>, e destaca, a título de exemplo, que as pessoas coletivas poderiam ser atingidas na sua reputação.

Na jurisprudência, no entanto, vemos ainda alguns posicionamentos que são contrários a essa possibilidade. Entretanto, na sua maioria, as cortes portuguesas posicionam-se a favor da reparação à pessoa coletiva no tocante ao dano não patrimonial<sup>84</sup>.

Menezes Cordeiro<sup>85</sup>, bem afirma em consonância a esse entendimento que a jurisprudência vem permitindo a reparação das pessoas coletivas e o seu direito a serem ressarcidas caso ocorra o dano não patrimonial.

### 3.1.5. Prova no dano não patrimonial

<sup>80</sup> JORGE LEITE AREAIS RIBEIRO DE FARIA, “*Direito das Obrigações*”, V. 1, 2003, p. 486.

<sup>81</sup> Neste sentido, MARIA HELENA DINIZ, “*Curso de Direito Civil Brasileiro: Responsabilidade Civil*”, v. 7, 2006, p. 94-96, é expoente ao afirmar a possibilidade da pessoa jurídica ser suscetível à reparação por dano moral.

<sup>82</sup> BRASIL, “*Súmula 227 do STJ*”, disponível em ([http://www.stj.jus.br/docs\\_internet/VerbetesSTJ\\_asc.txt](http://www.stj.jus.br/docs_internet/VerbetesSTJ_asc.txt)).

<sup>83</sup> ADRIANO VAZ SERRA, “*Reparação do dano não patrimonial*”, 1959, p. 70.

<sup>84</sup> Como exemplo, o *Ac. do TRP, de 10/03/2005* e o *Ac. do TRL, de 22/11/2012* dentre outras inúmeras jurisprudências que revelam a tendência de abraçar os danos às pessoas colectivas.

<sup>85</sup> ANTÓNIO MENEZES CORDEIRO, “*Tratado de Direito Civil Português - Parte Geral*”, tomo I, ed. 3ª, 2005, p. 389.

Em relação à prova do dano não patrimonial, no direito brasileiro vimos que por algum tempo perdurou o entendimento de que o dano moral ocorria na modalidade *in re ipsa*, ou seja, sem a necessidade de prova<sup>86</sup>.

Já no direito português em princípio é ao lesado quem incumbe o ônus da prova do dano. Esse pensamento se faz mediante a utilização do art. 342º do Código Civil Português e que trata do ônus da prova.

De acordo com o artigo supracitado, “*àquele que invocar um direito cabe fazer a prova dos factos constitutivos do direito alegado*”<sup>87</sup>, nesse sentido, o direito português acompanha o direito brasileiro ao que ambos indicam a necessidade de se demonstrar através de prova a comprovação do fato causador do dano.

Cabe esclarecer ainda que, embora a Lei Portuguesa estabeleça o critério de equidade para fixação dos danos não patrimoniais, não podemos dispensar a verificação dos demais pressupostos da responsabilidade civil<sup>88</sup>, assim, segundo Antunes Varela, é que se mostra necessário demonstrar que o dano surge da vontade do agente por um fato dominável ou controlável a sua vontade, que este fato seja um ilícito à luz do ordenamento jurídico, que exista um nexo de imputação do fato ao lesante (ou seja, que a violação ilícita tenha sido praticada com dolo ou mera culpa) e que por esta violação sobrevenha um dano à vítima, devendo existir um nexo de causalidade entre o ato praticado pelo agente e o dano sofrido pelo ofendido<sup>89</sup>.

Portanto, entende-se que a compensação do dano não ocorre *ipso facto*, ou seja, não ocorre pelo próprio fato o surgimento da dor, sofrimento ou angústia. Cabe àquele quem a lei atribui o direito fazer a prova do dano para tê-lo compensado<sup>90</sup> e verificar os demais pressupostos da responsabilidade civil.

### 3.1.6. Gravidade do Dano e Mero Aborrecimento

<sup>86</sup> Neste sentido, p. ex., RUI STOCO, “*Tratado de responsabilidade civil: doutrina e jurisprudência*”, 7ª ed., 2007, p. 1714.

<sup>87</sup> PORTUGAL, “*Código Civil, atualizado de acordo com a lei nº 150/2015 de 10/09*”, disponível em ([http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei\\_mostra\\_articulado.php?nid=775&tabela=leis](http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=775&tabela=leis)).

<sup>88</sup> Neste sentido, o *Acórdão do STJ*, de 24/06/2010.

<sup>89</sup> JOÃO DE MATOS ANTUNES VARELA, “*Das obrigações em geral*”, 6ª ed. (reimp. da 10ª edição), vol. I, 2000, p. 525-526.

<sup>90</sup> *Ac. do STJ*, de 24/06/2010.

O Código Civil Português elegeu no seu art. 496, n° 1, que o dano não patrimonial terá como condição para o seu ressarcimento a gravidade do dano causado. Segundo Antunes Varela<sup>91</sup>, trata-se, portanto, de um critério objetivo para nos afastarmos de fatores subjetivos que enviesar-nos-iam na sensibilidade de cada caso e que poderiam resultar falso juízo sobre a gravidade do dano.

Nesse sentido, a jurisprudência portuguesa<sup>92</sup> ao afirmar que: *“a gravidade do dano deve medir-se por um padrão objectivo, e não de acordo com factores subjectivos, ligados a uma sensibilidade particularmente aguçada ou especialmente fria e embotada do lesado”*<sup>93</sup>.

Logo, para o dano não patrimonial ser reparado o legislador português definiu que o dano deveria ser tal qual sua gravidade merecesse a tutela jurisdicional. Isso porque a exigência da gravidade do dano tem por fim afastar pretensões que sejam consideradas simples incômodos ou pequenas contrariedades do cotidiano<sup>94</sup>.

Ponto próximo é visto no ordenamento brasileiro que institui que o dano moral não é cabível para casos que se revelem verdadeiros aborrecimentos diários, contratempos ou dissabores normais do convívio em sociedade. Nesse sentido, diversos julgados<sup>95</sup> demonstram a impossibilidade de reparação do dano moral quando na ausência de gravidade tornem o dano inverificável. Mostrando-se assim que em ambos os ordenamentos a matéria é tratada com certo grau de equivalência.

Superada as questões escolhidas a título de comparação sobre o direito português e sobre o direito brasileiro, é que passamos agora discutir os reflexos do Novo Código de Processo Civil.

#### **4. OS REFLEXOS DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL BRASILEIRO E O PARADIGMA ATUAL DO DIREITO DO CONSUMO**

<sup>91</sup> JOÃO DE MATOS ANTUNES VARELA, *“Das obrigações em geral”*, 6ª ed. (reimp. da 10ª edição), vol. I, 2000, p. 617.

<sup>92</sup> Tomamos como referência o *Ac. do TRL*, de 01/12/2015; *Ac. do TRC*, de 11/05/2004; e o *Ac. do TRC*, de 18/12/2013.

<sup>93</sup> Este é o entendimento encontrado no *Ac. do TRL*, de 01/12/2015.

<sup>94</sup> Neste sentido, o *Ac. do STJ*, de 26/06/1991 que cita outras referências na jurisprudência do Egrégio tribunal português para chegarmos a esta conclusão.

<sup>95</sup> Por força deste pensamento, o *REsp. 1.296.944*, do *STJ*, de 07/05/2013; e o *Agravo Interno no REsp. 863.644*, do *STJ*, de 17/11/2016.



Neste capítulo propomos uma análise sucinta sobre o Novo Código de Processo Civil, didaticamente dividindo o estudo em duas partes. Assim, de início, faremos uma breve introdução em respeito ao Novo Código com objetivo de demonstrar seu espírito e a necessidade de renovação. Posteriormente delimitaremos as mudanças e reflexos que dizem respeito ao Direito do Consumo, buscando sempre relacioná-las com o Dano Moral. E em seguida, no capítulo próprio, como um dos resultados dos esforços que no presente capítulo iremos apresentar, desenvolver-se-á o estudo particular dos chamados “limites ao ressarcimento dos danos morais”.

#### 4.1. Breve Introdução ao Novo Código de Processo Civil

O Novo Código de Processo Civil surge com a necessidade de renovação e aprimoramento da ordem processual em vigor no Brasil, pois as normas processuais constantes no código anterior ao atual já não se compatibilizavam com as transformações sociais que o país havia passado.

O Anteprojeto do Novo Código elaborado pelo Senado Federal já nos traduzia essa ideia ao afirmar que *“as normas de direito material se transformam em pura ilusão, sem a garantia de sua correlata realização, no mundo empírico, por meio do processo”*<sup>96</sup>.

De fato, o interesse em potencializar um processo mais célere, mais justo por ir de acordo com as necessidades sociais da população, além de facilitar o ingresso à Justiça, buscando pôr fim ao longo tempo de duração do processo, o seu alto custo e a demasiada formalidade, é que motivaram o legislador brasileiro a edificar em um Novo Código tais mudanças<sup>97</sup>.

Assim, o Novo Código após a *vacatio legis*, uma vez que foi consolidado no ano de 2015, no entanto, sua vigência somente ocorrendo em março de 2016, resume em sua ideia principal a necessidade de se buscar um judiciário que se propõe obter resultados concretos para se efetivar o processo<sup>98</sup>, o que resultou na revogação do Código de Processo Civil de 1973.

---

<sup>96</sup> BRASIL, “Anteprojeto do Novo Código de Processo Civil”, disponível em (<https://www.senado.gov.br/senado/novocpc/pdf/Anteprojeto.pdf>).

<sup>97</sup> Esse pensamento é encontrado em BRASIL, “Anteprojeto do Novo Código de Processo Civil”, disponível em (<https://www.senado.gov.br/senado/novocpc/pdf/Anteprojeto.pdf>).

<sup>98</sup> Posicionam-se desta forma MARCOS PAULO PASSONI; FÁBIO GUEDES GARCIA DA SILVEIRA, “Breve Abordagem sobre alguns princípios constantes no Projeto do novo Código de Processo Civil”, 2012, p. 239.

O *Novel Códex*, portanto, traz mudanças significativas na sua estrutura e que apontam para um processo simplificado e marcado pelo constitucionalismo processual. Isso porque se comparado ao Código anterior que apenas possuía princípios constitucionais esparsos, o Novo CPC ao ser redigido pelo legislador brasileiro adotou o que podemos chamar de “*modelo constitucional do direito processual civil*”<sup>99</sup>, onde as orientações e normas estabelecidas na Constituição Federal passaram a ser o mandamento nuclear<sup>100</sup> do novo sistema, observando-se no corpo do texto, em capítulo próprio do Novo Código<sup>101</sup>, as garantias e princípios constitucionais aplicados às regras e normas de interpretação do Processo Civil.

Sendo assim, segundo Luiz Guilherme Marinoni e Daniel Mitidiero, o Novo CPC é resultado dos “*direitos fundamentais processuais*”<sup>102</sup> estabelecidos na Constituição e, ao elencar e garantir logo de início os valores e direitos estabelecidos na Constituição Federal, adota um modelo que serve para resguardar e garantir os direitos do cidadão, aumentando-se a eficiência e proteção dos direitos abraçados pelo sistema jurídico brasileiro.

Nesse sentido, outro passo importante do Novo Código diz respeito à sistematização dos prazos e recursos que, de acordo com o texto do Anteprojeto do Código Processual, garantiram que “*as alterações do sistema recursal a que se está aqui, aludindo, proporcionassem simplificação e levaram a efeito (...) maior rendimento possível de cada processo*”<sup>103</sup>.

Assim, o Novo Código estabelece a unificação dos prazos recursais<sup>104</sup> na inteligência do art. 1.003, § 5º, do Novo CPC, ao trazer *in verbis*: “*excetuados os*

<sup>99</sup> Assim se referem CASSIO SCARPINELLA BUENO, “*Manual de direito processual civil: Baseado no Novo Código de Processo Civil*”, 2016, p. 304 e ARTUR TORRES “*Novo Código de Processo Civil Anotado: Anotações ao artigo 1º ao 12º*”, 2015, p. 22-30.

<sup>100</sup> Essa expressão é utilizada por CELSO ANTÔNIO BANDEIRA DE MELLO, “*Curso de Direito Administrativo*”, 27ª ed., 2010, p. 958-959, para dizer que os princípios são o mandamento nuclear de um sistema.

<sup>101</sup> Já no Primeiro Capítulo do Novo Código de Processo Civil temos as normas fundamentais do Processo Civil que elenca em seu art. 1º ao art. 12º diversos princípios e normas Constitucionais, como o direito fundamental a jurisdição, o princípio da duração razoável do processo, o princípio da dignidade da pessoa humana dentre outros, que podem ser maiores aprofundados em ARTUR TORRES “*Novo Código de Processo Civil Anotado: Anotações ao artigo 1º ao 12º*”, 2015, p. 22-33.

<sup>102</sup> LUIZ GUILHERME MARINONI; DANIEL MITIDIERO, “*O Projeto do CPC – Críticas e propostas*”, 2010, p. 15.

<sup>103</sup> BRASIL, “*Anteprojeto do Novo Código de Processo Civil*”, disponível em (<https://www.senado.gov.br/senado/novocpc/pdf/Anteprojeto.pdf>).

<sup>104</sup> A ressalva à unificação dos prazos recursais se encontra nos Embargos de Declaração, que servem para esclarecer obscuridade ou eliminar contradição, suprimir omissão do magistrado ou

*embargos de declaração, o prazo para interpor os recursos e para responder-lhes é de 15 (quinze) dias*<sup>105</sup> o que, segundo Rafael Corte Mello, “*atende ao princípio constitucional de igualdade e facilita a tarefa dos representantes dos jurisdicionados*”<sup>106</sup>.

No Novo Código Processual nota-se também a exclusão de dois tipos de recursos: agravo retido contra decisões interlocutórias<sup>107</sup> e a extinção dos embargos infringentes<sup>108</sup>, substituído por uma técnica de julgamento que leva a apreciação de um colegiado mais amplo a decisão não unânime<sup>109</sup>. Neste sentido, a exclusão visa inibir o uso desses recursos com fito de procrastinar o processo e cria uma sistemática atual que corresponde com as necessidades processuais das partes.

A nova sistematização do Código Processual vai além e no art. 994 do Novo CPC encontramos o rol *exemplificativo*<sup>110</sup> de recursos cabíveis que, se comparado ao art. 496 do Código de Processo Civil de 1973, mostra-se mais completo<sup>111</sup>.

Contudo, o legislador de acordo com essa mudança buscou fornecer um meio para se evitar recursos procrastinatórios. Explica-se, pois, anteriormente, para impugnar as decisões proferidas com o intuito de procrastinar as decisões

---

corrigir erro material, e que continuarão obedecendo ao prazo para interposição de 5 (cinco) dias, conforme art. 1023, do Novo Código Processual.

<sup>105</sup> BRASIL, “*Novo Código de Processo Civil, Lei nº 13.105 de 16 de março de 2015*”, disponível em ([http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm)).

<sup>106</sup> RAFAEL CORTE MELLO, “*Novo Código de Processo Civil Anotado: Anotações aos artigos 806 a 810*”, 2015, p. 557.

<sup>107</sup> Segundo GORETTE BRANDÃO, “*Recursos são extintos e multas sobem para quem recorrer apenas para adiar decisões*” Disponível em (<http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2014/12/17/recursos-sao-extintos-e-multas-sobem-para-quem-recorrer-apenas-para-adiar-decisoes>) o agravo retido contra decisões interlocutórias são decisões adotadas pelo magistrado no curso do processo que tratam de questões incidentais, como a admissão de prova ou suspensão de prazo, por exemplo.

<sup>108</sup> Segundo GORETTE BRANDÃO, “*Recursos são extintos e multas sobem para quem recorrer apenas para adiar decisões*” Disponível em (<http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2014/12/17/recursos-sao-extintos-e-multas-sobem-para-quem-recorrer-apenas-para-adiar-decisoes>) esse é o recurso existente no direito brasileiro, que visa combater decisão não unânime que modifique e reforme a sentença, através de apelação, ou que julga favorável ação rescisória, junto ao tribunal de segunda instância

<sup>109</sup> EDUARDO MARIOTTI, “*Novo Código de Processo Civil Anotado: Anotações aos art. 994 a art. 1008*”, 2015, p. 766-767.

<sup>110</sup> Segundo EDUARDO MARIOTTI, “*Novo Código de Processo Civil Anotado: Anotações aos art. 994 a art. 1008*”, 2015, p. 764, o rol é exemplificativo, porque existem outros tipos recursais que não estão listados no art. 994 do NCPC e que podem ser encontrados na legislação federal extravagante.

<sup>111</sup> EDUARDO MARIOTTI, “*Novo Código de Processo Civil Anotado: Anotações aos art. 994 a art. 1008*”, 2015, p. 764.

finais do processo, podíamos interpor diversos tipos de agravo o que na nova sistemática do Código vigente restringe-se à apenas duas modalidades: Agravo Interno (art. 994, inciso III, NCPC) e o Agravo em Recurso Especial e em Recurso Extraordinário (art. 994, inciso VIII, NCPC)<sup>112</sup>.

Outra alteração constante no Novo Código de Processo Civil ocorreu em razão de o legislador ter observado um judiciário sufocado pela quantidade de demandas que chegavam para a apreciação dos magistrados, algumas descomedidas como veremos mais a frente, provocando a morosidade para que se concluíssem os processos em trâmite.

Assim, atento a esta questão, o Novo Código trouxe aos juízes maiores poderes com o objetivo de desenvolver um processo mais célere e, por vez, acabar com o problema de lentidão que hoje encontramos ao ingressar nos tribunais<sup>113</sup>.

Neste sentido, Ives Gandra Martins e Costa Machado, em que pesem discordarem dos poderes conferidos aos magistrados no Novo Código de Processo Civil brasileiro<sup>114</sup>, elencam algumas mudanças que podem ser vistas no Novo Código, e assim as enumeram:

---

<sup>112</sup> Esse mesmo pensamento é encontrado de início no texto de STEPHANE LIMA, “*Agravo Interno e Agravo em Recurso Especial e Extraordinário: Meios de Impugnações das decisões proferidas pelos relatores no Novo CPC/15*”, disponível em (<http://direitodiarario.com.br>).

<sup>113</sup> IVES GANDRA MARTINS; ANTÔNIO CLÁUDIO DA COSTA MACHADO, “*Novo CPC retira direitos de advogados e partes*”, disponível em (<http://www.conjur.com.br/2012-set-13/cpc-poder-juizes-retira-direitos-advogados>) discordam dessa posição e dizem que essa solução não resolverá o problema de lentidão da Justiça, em virtude de não termos um defeito da lei processual, no entanto, termos defeitos na política orçamentária nacional, quadro de servidores sem capacitação, falta de vontade política e por fim falta de gestão no tocante a administração do Poder Judiciário como motivos reais para a morosidade do Poder Judiciário.

<sup>114</sup> Para IVES GANDRA MARTINS; ANTÔNIO CLÁUDIO DA COSTA MACHADO, “*Novo CPC retira direitos de advogados e partes*”, disponível em (<http://www.conjur.com.br/2012-set-13/cpc-poder-juizes-retira-direitos-advogados>), além das razões citadas na nota de rodapé anterior, a oposição aos novos poderes do juiz no Novo CPC se faz em razão de que estes novos poderes podem embaraçar o direito das partes em ter um justo processo legal, além de inibir o direito à ampla defesa ou ainda referindo-se ao fato de que no meio desse processo ávido por resolução possa haver a perda de direitos conquistados pelos cidadãos, em contramão a este posicionamento TRÍCIA NAVARRO XAVIER CABRAL, “*Poderes do juiz no novo CPC*”, 2012, p. 288-289, explica que os atos do magistrado continuarão vinculados aos preceitos normativos, não cabendo mera discricionariedade na hora de atuar. Argumenta que a mudança proposta visa favorecer o cidadão e não beneficiar o juiz. E continua a sustentar ao dizer que ao alargar os poderes conferidos aos juízes a responsabilidade que recairá sobre este e suas decisões serão maiores, cabendo, caso necessário, o controle de abusividade por qualquer ato. Por fim, explica que ainda que exista *rigidez processual* em relação aos poderes do magistrado no processo, não temos garantia de que o juiz não irá encontrar formas de contorná-la. Ademais, a própria rigidez processual pode representar prejuízo às partes quanto à finalidade do processo, uma vez que o excesso de formalismo que limitam o poder do magistrado pode prejudicar uma melhor resolução da demanda.

- 1) Os juízes poderão decidir tudo em matéria probatória sem que caiba qualquer recurso - se o juiz não admitir uma perícia, um documento ou uma testemunha que a parte reputa importante para provar o seu direito, nada poderá ser feito para mudar a decisão de imediato;
- 2) Os juízes poderão conceder medidas antecipatórias (verdadeiras sentenças no início do processo) com grande facilidade, apenas à vista de um bom documento apresentado pelo autor;
- 3) Os juízes poderão determinar a constrição de bens, móveis ou imóveis, inclusive contas bancárias e aplicações do réu, sem critérios estabelecidos precisamente pela lei (medidas como arresto, sequestro, busca e apreensão, arrolamento serão concedidas e executadas com enorme agilidade, segundo a vontade do magistrado) [...] <sup>115</sup>.

Nota-se que das mudanças citadas, sem adentrar no mérito particular de cada doutrina, possibilitam maior dinamismo e autonomia às decisões dos magistrados para que se concretize a proposta do Novo Código de tornar o processo mais célere. O efeito pretendido pelo legislador, portanto, é de proporcionar uma maior amplitude a certos poderes do magistrado ao passo que reduz (e até mesmo elimina) alguns formalismos processuais, possibilitando assim o andamento do processo em um intervalo de tempo admissível.

#### **4.2. O Direito do Consumo na Atualidade e os Reflexos das mudanças do NCPC**

É preciso entender que ao tratarmos do Código de Processo Civil nos itens anteriores deste capítulo estamos falando do *Códex* processual que rege o *macrossistema* <sup>116</sup> que se estende ao ordenamento jurídico brasileiro. Explica-se. O Código Civil é a lei material que estabelece o conjunto de normas (regras e princípios) que disciplinam as relações entre as partes <sup>117</sup>, por sua vez, o código de processo civil visa estabelecer normas processuais a serem seguidas, assim

<sup>115</sup> IVES GANDRA MARTINS; ANTÔNIO CLÁUDIO DA COSTA MACHADO, “*Novo CPC retira direitos de advogados e partes*”, disponível em (<http://www.conjur.com.br/2012-set-13/cpc-poder-juizes-retira-direitos-advogados>).

<sup>116</sup> As designações “macrossistema” e “microssistema” são adotadas por ANTÔNIA ESPÍNDOLA LONGONI KLÉE, “A unificação do direito privado e as relações entre o código de defesa do consumidor e o código civil”, disponível em (<http://www.cjf.gov.br/revista/numero39/artigo08.pdf>), para dizer que o Código Civil é a lei material de âmbito geral que disciplina as relações dos particulares (macrossistema) e, sendo assim, o Direito do Consumidor é a lei especial que regula especificamente o Direito do Consumo, mas que tem suas bases nas normas e princípios estabelecidos no Direito Civil.

<sup>117</sup> LUCY FIGUEIREDO, “*Curso de Direito*”, 2012, p. 01.

será pertinente aos outros ramos do direito, não cabendo, por exclusão, a sua utilização em uma ou outra seara em razão da especialidade (p. ex., direito penal que tem seu próprio código processual).

Não obstante, com fulcro em analisar o Direito do Consumidor, se faz necessário o entendimento inicial passado a respeito do Código de Processo que instrumentaliza as normas do Direito Civil. Isso porque o código civil é o “tronco”<sup>118</sup> que sustenta o nascimento do *microssistema*<sup>119</sup> do Código de Defesa do Consumidor (CDC), responsável por proteger o Direito do Consumo, fazendo-se necessário pavimentar o caminho anterior para adentrarmos no atual.

Resume Antônia Espíndola Longoni Klee que “*por meio da coordenação do macrossistema do Código Civil com o microssistema do Código de Defesa do Consumidor, este tende a ganhar maior efetividade, pois seus princípios básicos são quase os mesmos*”<sup>120</sup>. Nessa linha de pensamento, Gustavo Tepedino, também considera o Código Civil complementar ao Código de Defesa do Consumidor<sup>121</sup>.

Com isso em mente, dizemos que a análise do Código que instrumentaliza o direito processual civil traz reflexos que cabem também ao Direito do Consumo, pois este tem à sua raiz ligada ao Direito Civil que se institui num código próprio.

Superado este assunto, buscamos na história do Direito do Consumidor suas origens. Aqui, a bem da didática, não se remontará ao passado do Direito, mas vale salientarmos o seu surgimento.

Para Jorge Morais Carvalho, em sua obra<sup>122</sup>, o discurso do então presidente norte-americano J. F. Kennedy, proferido no Congresso em 1962 é considerado o *marco histórico* acerca da problemática da proteção aos consumidores.

---

<sup>118</sup> MARCIA MALLMANN LIPPERT, “*A empresa no Código Civil: elemento de unificação do direito privado*”, 2003, p. 154.

<sup>119</sup> ANTÔNIA ESPÍNDOLA LONGONI KLEE, “A unificação do direito privado e as relações entre o código de defesa do consumidor e o código civil”, disponível em (<http://www.cjf.gov.br/revista/numero39/artigo08.pdf>)

<sup>120</sup> ANTÔNIA ESPÍNDOLA LONGONI KLEE, “A unificação do direito privado e as relações entre o código de defesa do consumidor e o código civil”, disponível em (<http://www.cjf.gov.br/revista/numero39/artigo08.pdf>)

<sup>121</sup> GUSTAVO TEPEDINO, “*Código de Defesa do Consumidor, Código Civil e complexidade do ordenamento*”, vol. 14, 2005, p. 9-11.

<sup>122</sup> JORGE MORAIS CARVALHO, “*Manual de Direito do Consumo*”, 3ª ed., 2016, p. 13-14.

Não obstante, diz o autor à referência de Menezes Cordeiro<sup>123</sup> que “os primeiros sinais da percepção de que existe um desequilíbrio na base da relação de consumo são, no entanto, anteriores”<sup>124</sup>. Anotando a *Bíblia*<sup>125</sup> ou o *Corão*<sup>126</sup>, como exemplos.

No Brasil, por sua vez, a problemática relativa ao Direito do Consumo nasce na necessidade de se colocar o consumidor em condição de igualdade com o fornecedor. Isso porque a proteção era exercida através das regras do Direito das Obrigações e do Direito Comercial que, por sua vez, produzia uma desigualdade de forças entre as partes<sup>127</sup>.

Ousamos dizer que foi somente com o advento da Constituição Federal de 1988 e, mais precisamente, com a promulgação da Lei 8.078 de 11 de setembro de 1990, por instituir o Código de Defesa do Consumidor, que temos o *marco histórico* brasileiro para com a defesa do Direito do Consumo.

Na atualidade, o CDC e seus institutos já estão consolidados no ordenamento jurídico brasileiro. José Geraldo Brito Filomeno<sup>128</sup> atribui ao conhecimento significativo de parcela dos cidadãos essa posição, o que pode explicar as relações consumeristas como o tipo de matéria de direito mais frequente em ações no âmbito do judiciário<sup>129</sup>.

Entretanto, a questão que aqui se remonta diz respeito aos Reflexos do Novo CPC por, como já explicamos, determinar regras procedimentais gerais que recaem sobre o direito do consumo. Vejamos a seguir como as mudanças no Novo Código, além daquelas já citadas e com o mesmo espírito, podem ser vistas sobre este prisma.

<sup>123</sup> JORGE MORAIS CARVALHO, “Manual de Direito do Consumo”, 3ª ed., 2016, p. 13, faz referência a Antônio Menezes Cordeiro (“Da Natureza Civil do Direito do Consumo”, ano 136, IV, 2004, p. 608).

<sup>124</sup> JORGE MORAIS CARVALHO, “Manual de Direito do Consumo”, 3ª ed., 2016, p. 13-14.

<sup>125</sup> JORGE MORAIS CARVALHO, “Manual de Direito do Consumo”, 3ª ed., 2016, p. 13, faz referência a Victor Malpartida Castillo (“Apuntes en Torno al Derecho del Consumidor em Revista de Derecho y Ciencia Política”, vol. 59, nº 1, 2002, p. 91).

<sup>126</sup> JORGE MORAIS CARVALHO, “Manual de Direito do Consumo”, 3ª ed., 2016, p. 13, faz referência a Muhammad Akbar Khan (“The Role of Islamic State in Consumer Protection em Pakistan Journal of Islamic Research”, vol. 8, 2011, p. 35).

<sup>127</sup> FERNANDO NORONHA, “Direito das obrigações: fundamentos do direito das obrigações: introdução à responsabilidade civil”, 2ª ed., vol. 1, 2007, p. 119.

<sup>128</sup> JOSÉ GERALDO BRITO FILOMENO, “Atualidade do direito do consumidor no brasil: 20 anos do código de defesa do consumidor, conquistas e novos desafios”, disponível em (<http://www.cognitiojuris.com/artigos/01/01.html>).

<sup>129</sup> Como dissemos na nota de rodapé nº 4 e veremos no Capítulo 5 desta Tese, podemos afirmar que o Direito do Consumo, em conjunto com o Dano Moral, é um dos temas mais frequentes no judiciário brasileiro.

#### 4.2.1. Repercussão do Novo Código de Processo Civil no Direito do Consumo

Já nos dizia outrora o professor Bruno Miragem<sup>130</sup>, que as características que se materializaram no Código de Processo atual repercutirão nas decisões que envolvem as relações de consumo.

Neste sentido, Fábio Torres colabora ao tratar sobre os reflexos do Novo Código de Processo no âmbito do direito do consumidor. Assim, nos ensina que:

Na seara do direito do consumidor, o NCPC conduz a um fortalecimento das normas consumeristas; desperta esperança de agilidade na prestação jurisdicional; garante formas não litigiosas de solução de conflito; melhora a efetividade do cumprimento das decisões.

(...) Por isso, a alteração do direito processual civil interessa muito ao direito do consumidor, por desenvolver e ampliar mecanismos de amparo, ampliando o nível de proteção e o dever do Estado em promover essa defesa<sup>131</sup>.

Veja, o texto nos explica os reflexos que o Código de Processo Civil tem sobre o direito do consumidor e a importância de tratar do tema. De início, ainda de acordo com Fábio Torres, temos que o Novo Código traz formas alternativas para a resolução do conflito<sup>132</sup>, isso porque, embora o Código de Processo de 1973 tivesse a designada “audiência preliminar” que tinha como principal objetivo a tentativa de conciliação<sup>133</sup> e, posteriormente, com o advento da Lei 8.952 de dezembro de 1994<sup>134</sup> que atualizava o Código de Processo Civil em vigência à época para a designação de “audiência de conciliação”, somente com a introdução do Novo Código de Processo Civil as formas alternativas de resolução do conflito ganharam espaço e destaque especial na legislação.

Neste sentido, aponta Ricardo Zanzolin<sup>135</sup> que grande novidade do Novo Código é a introdução de uma fase inicial ao processo. Isso porque, no CPC

<sup>130</sup> BRUNO MIRAGEM, “*Reflexos do novo Código de processo civil no direito do consumidor*”, disponível em ([www.conjur.com.br/2016-mar-16/garantias-consumo-reflexos-codigo-processo-civil-direito-consumidor](http://www.conjur.com.br/2016-mar-16/garantias-consumo-reflexos-codigo-processo-civil-direito-consumidor)).

<sup>131</sup> FÁBIO TORRES, “*O Novo CPC e a proteção do consumidor*”, disponível em ([www.atualizaocdc.com/2016/03/o-novo-cpc-e-protecao-do-consumidor.html](http://www.atualizaocdc.com/2016/03/o-novo-cpc-e-protecao-do-consumidor.html)).

<sup>132</sup> FÁBIO TORRES, “*O Novo CPC e a proteção do consumidor*”, disponível em ([www.atualizaocdc.com/2016/03/o-novo-cpc-e-protecao-do-consumidor.html](http://www.atualizaocdc.com/2016/03/o-novo-cpc-e-protecao-do-consumidor.html)).

<sup>133</sup> LUIZ GUILHERME E ARENHART MARINONI; SÉRGIO CRUZ, “*Curso de Processo Civil: Processo de Conhecimento*”, vol. 2, 2007 p. 243.

<sup>134</sup> BRASIL, “Lei 8.952 de dezembro de 1994”, disponível em ([http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8952.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8952.htm)).

<sup>135</sup> RICARDO RANZOLIN, “*Novo Código de Processo Civil Anotado: Anotações aos artigos 165 a 175*”, p. 166-167.



atual o art. 319, inciso VII e o art. 334, em seus parágrafos, determina a designação de audiência para conciliação ou mediação que deverá ocorrer em todos os casos, salvo se o autor demonstrar não ter interesse em relação à conciliação e mediação quando propuser a ação, podendo assim ser dispensada diante da expressa renúncia de ambas as partes (autor e réu).

O Novo Código de Processo Civil, portanto, elege a conciliação, a mediação (ambas no art. 3º, § 3º) e outros métodos alternativos de solução do conflito (p. ex., a arbitragem, art. 3º, § 1º), como ferramentas que devem ser estimuladas pelos operadores do direito<sup>136</sup> e buscam ir à contramão da *lentidão do poder judiciário, do formalismo procedimental, da burocratização*<sup>137</sup>, impondo como regra aos tribunais a criação de Centros Judiciários de solução consensual de conflitos<sup>138</sup> destacando o instituto da conciliação, no art. 165, § 2º, onde o papel do mediador é sugerir soluções para o litígio para que as partes conciliem, e da mediação, na forma do § 3º do mesmo art. 165, como o auxílio aos interessados por um mediador que fará as partes compreenderem as questões relativas ao conflito para desse modo reestabelecer a comunicação entre essas para que, entre si, promovam a solução consensual da lide.

Dessa maneira, entende-se que o Novo CPC abraçou a ideia de que a satisfação efetiva das partes acontece com maior intensidade se a solução é equacionada por estas, diferente do que aconteceria se fosse determinada pelo magistrado e, assim, fortalece o Código de Defesa do Consumidor, Lei nº 8.078 de 1990, que dispõe no art. 4º, inciso V, sobre o desenvolvimento dos mecanismos de resolução alternativa de conflitos de consumo como uma Política de âmbito nacional, mas que nunca tratou sobre o assunto diretamente no corpo do seu texto.

Entretanto, devemos ter atenção em relação às formas alternativas de resolução do conflito, em especial a arbitragem. Isso porque o CDC, em seu art. 51, inciso VII, aduz que serão consideradas abusivas as cláusulas contratuais

---

<sup>136</sup> Essa é a inteligência do Art. 3º, § 3º, do Novo Código de Processo Civil.

<sup>137</sup> Esses são exemplos dos problemas que levam a criação de métodos alternativos para a resolução do conflito e são citados por ADA PELLEGRINI GRINOVER, “*Os métodos consensuais de solução de conflitos no Novo Código de Processo Civil*”, disponível em (<http://estadodedireito.com.br/conflitosnonovo>).

<sup>138</sup> Neste sentido, a inteligência do art. 165 do NCPD em BRASIL, “*Novo Código de Processo Civil, Lei nº 13.105 de 16 de março de 2015*”, disponível em ([http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm)).

que determinem a utilização compulsória de arbitragem, ou seja, cláusulas que obriguem uma das partes a se submeter ao procedimento da arbitragem e que são consideradas nulas de pleno direito.

Ada Pellegrini Grinover, co-redatora do anteprojeto do CDC nos explica que “as cláusulas abusivas são nulas de pleno direito porque contrariam a ordem pública de proteção ao consumidor”<sup>139</sup>. A atenção que o legislador operou neste sentido se caracteriza em decorrência da Constituição Federal, no seu art. 5º, inciso XXXII, dizer *in verbis* que “o Estado promoverá, na forma da lei, a defesa do consumidor”<sup>140</sup>. Assim a arbitragem sendo feita por uma entidade privada poderia se entender que há discordância com o dispositivo constitucional.

Contudo, segundo Elizabeth de Almeida Abreu “não há obstáculos principiológicos para que as lides de consumo sejam solucionadas pela via arbitral”<sup>141</sup>, assim podemos dizer que a arbitragem de consumo deve se mostrar possível por ser uma solução eficaz às resoluções das lides<sup>142</sup> cabendo somente aferir se trata-se de uma cláusula compromissória ou de um compromisso arbitral para que a disposição de arbitragem não seja considerada abusiva à luz do CDC.

Sendo uma cláusula compromissória, no primeiro momento, entendemos que se uma das partes estiver obrigada ao procedimento da arbitragem, estaremos diante da vedação imposta pelo art. 51, VII, do CDC. No entanto, caso a cláusula compromissória seja firmada de acordo com a vontade das partes, ocorrendo seu livre interesse, ou seja, sem haver coação ou imposição de vontade exclusiva de uma única parte, a instituição da arbitragem poderá ser defendida uma vez que a *mens legis* do CDC é a proteção do consumidor parte hipossuficiente nas relações de consumo, assim não haveria incompatibilidade do art. 51, inciso VII em relação ao art. 4º da Lei 9.037/96 (lei da arbitragem), incluindo-se aqui também os contratos de adesão, quando por *livre iniciativa* do

---

<sup>139</sup> ADA PELLEGRINI GRINOVER, “Código Brasileiro de Defesa do Consumidor comentado pelos autores do anteprojeto”, 8ª ed., 2004, p. 521.

<sup>140</sup> BRASIL, “Constituição da República Federativa do Brasil de 1988”, disponível em ([https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)).

<sup>141</sup> ELIZABETH DE ALMEIDA ABREU, “A arbitragem de consumo no direito brasileiro”. 2014, p. 90.

<sup>142</sup> Pondera ELIZABETH DE ALMEIDA ABREU, “A arbitragem de consumo no direito brasileiro”, 2014, p. 92, ao dizer que cabe o cuidado por parte do legislador em relação aos custos excessivos que podem vir a sobrecarregar as partes, a desconfiança acerca do instituto e a ausência do Estado na participação e controle sobre as decisões.

consumidor houver a instituição da arbitragem através das cláusulas compromissórias<sup>143</sup>.

Já quando a arbitragem se instituir através do compromisso arbitral (art. 9º, da Lei 9.037/96)<sup>144</sup>, este ocorrerá por convenção das partes onde submeterão a lide à apreciação de um (ou mais) árbitros. Trata-se, portanto, de um compromisso estipulado na ocorrência do evento litigioso e que é permitido pelo CDC.

Por fim, sobre as formas alternativas de solução do conflito, Marcelo Malizia Cabral e Lis Weingärtner<sup>145</sup> ponderam ao dizer que a sociedade brasileira não se encontra familiarizada e tão pouco utiliza com assiduidade os meios alternativos de resolução, assim para o sucesso desse novo standard processual dependeremos da aceitação da população onde as partes devem se beneficiar de um serviço de qualidade, econômico, ágil e que diminua o tempo gasto se comparado ao judiciário<sup>146</sup>.

Outro reflexo fundamental das alterações do Novo Código de Processo Civil em relação ao Direito do Consumo diz respeito aos *Incidentes de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR)*. Pois tão logo existem inúmeras causas em massa que envolve o direito do consumidor, O Novo CPC buscando atender aos princípios da economia processual, isonomia entre os jurisdicionados, segurança

---

<sup>143</sup> O *Resp.* 1.189.050, *STJ*, de 01/03/2016, nos ajuda a entender que quando houver a livre iniciativa do consumidor para que haja a instituição da arbitragem através das cláusulas compromissórias teríamos assim conseguido superar o obstáculo para a validade dessas cláusulas.

<sup>144</sup> Art. 9º da Lei da Arbitragem nº 9.307 de 1996, *in verbis*: “o compromisso arbitral é a convenção através da qual as partes submetem um litígio à arbitragem de uma ou mais pessoas, podendo ser judicial ou extrajudicial”.

<sup>145</sup> Embora tenhamos uma lei de 1995 (lei dos juizados especiais) que já fazia referência a conciliação, pode-se dizer que, nos dias de hoje, o modelo de resolução de conflitos ainda continua sendo uma realidade nova à cultura local. Neste sentido, Marcelo Malizia Cabral, “*Os meios alternativos de resolução de conflitos: instrumentos de ampliação do acesso à justiça*”, 2013, p. 58, e Lis Weingärtner, “*Mediação é escolha alternativa para resolução de conflitos*”, 2009, p. 13, já nos ensinavam a respeito dessa visão de que os meios alternativos de resolução do conflito são incipientes à realidade brasileira ao afirmarem que a população tem certo conservadorismo ao conferir ao Poder Judiciário credibilidade maior por ser uma instituição de longa história se comparado aos métodos alternativos de resolução de conflitos, algo relativamente novo. Além disso, argumentam que a população acredita que as causas que são resolvidas no judiciário terão uma resposta mais firme e não restarão dúvidas quanto àquela decisão.

<sup>146</sup> O Prof. CASSIO SCARPINELLA BUENO, “*Manual de direito processual civil: Baseado no Novo Código de Processo Civil*”, 2016, p. 304, entende desta forma.

jurídica e previsibilidade<sup>147</sup> traz a ferramenta do Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR) no seu art. 976.

Com esse entendimento, essa ferramenta poderá ajudar especialmente o consumidor, pois, em linhas gerais, existindo processos que tratem sobre uma mesma matéria de direito, o Tribunal do Estado será instado a decidir sobre aquela matéria para evitar ofensa à isonomia face às decisões contraditórias, garantindo-se a uniformização sobre causas controvertidas e proporcionando estabilidade e eficiência na solução das lides de massa<sup>148</sup>.

Para tal, basta preencher um dos critérios estabelecidos no art. 976, e incisos, ou seja, que a matéria controvertida seja unicamente de direito (art. 976, inciso I, do Novo CPC) e que haja risco de ofensa à isonomia e à segurança jurídica (art. 976, inciso II, do Novo CPC).

Segundo Fábio Torres<sup>149</sup> o NCPC traz ao seu conjunto legislativo a visão da realidade brasileira, em que demandas, principalmente de consumo, são propostas de maneira individualizada, sobrecarregando assim o judiciário brasileiro como tratamos, oferecendo alternativas para que não se recaiam mais ações do mesmo cunho.

Neste sentido, a admissão do incidente de demandas repetitivas causará a suspensão dos processos (art. 982, inciso I, do Novo CPC)<sup>150</sup> que estejam em andamento e versem sobre a mesma matéria de direito. Assim, após o transcurso do processo que definirá a tese, as orientações estabelecidas neste servirá para os demais casos, possibilitando a uniformização da matéria.

Isso, por exemplo, ajudaria as lides que envolvem os pedidos de ressarcimento sobre os danos morais em matérias que fossem unicamente de direito, beneficiando assim um grande conjunto de consumidores e possibilitando o desafogar do Poder Judiciário.

---

<sup>147</sup> EDUARDO TALAMINI, “Incidente de Resolução de demandas repetitivas (IRDR): Pressupostos”, disponível em ([www.migalhas.com.br/dePeso/16,MI236580,31047-Incidente+de+resolucao+de+demandas+repetitivas+IRDR+pressupostos](http://www.migalhas.com.br/dePeso/16,MI236580,31047-Incidente+de+resolucao+de+demandas+repetitivas+IRDR+pressupostos)).

<sup>148</sup> BRUNO MIRAGEM, “Reflexos do novo Código de processo civil no direito do consumidor (2ª parte)”, disponível em ([www.conjur.com.br/2016-abr-13/garantias-consumo-reflexos-cpc-direito-consumidor-parte](http://www.conjur.com.br/2016-abr-13/garantias-consumo-reflexos-cpc-direito-consumidor-parte)).

<sup>149</sup> FÁBIO TORRES, “O Novo CPC e a proteção do consumidor”, disponível em ([www.atualizacaocdc.com/2016/03/o-novo-cpc-e-protecao-do-consumidor.html](http://www.atualizacaocdc.com/2016/03/o-novo-cpc-e-protecao-do-consumidor.html)).

<sup>150</sup> BRASIL, “Novo Código de Processo Civil, Lei nº 13.105 de 16 de março de 2015”, disponível em ([http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm)).

Ainda sobre o IRDR, Daniele Viafore<sup>151</sup> diz que o ordenamento jurídico brasileiro teve como inspiração o modelo alemão *Musterverfahren* que foi adaptado à realidade local em suas condições. Para o autor, a função do Incidente é de trazer uniformização à jurisprudência que agora não mais precisará julgar múltiplas apelações de sentenças que não se encontrem singular. Assim, através desse modelo processual adotado, a tese de direito entendida pelo Tribunal do Estado será vinculada aos demais órgãos que decidirá em conformidade com a inteligência do Tribunal hierarquicamente superior<sup>152</sup>.

Paralela a esta ferramenta, o Novo CPC disponibiliza ao magistrado, ao perceber diversas demandas individuais repetitivas, a oportunidade de oficiar o Ministério Público, a Defensoria e outros órgãos para, se cabível, propor ação coletiva em face ao direito repetido (art. 139, inciso X, do Novo Código)<sup>153</sup>.

Assim, o Novo CPC inova ao adotar esses mecanismos, acelera o processo de decisão e uniformiza a solução de demandas de massa e beneficia especialmente o consumidor de acordo com a doutrina<sup>154</sup>.

Outra modificação do *Novel Códex* diz respeito à criação da Tutela de Evidência que consta no diploma processual e, segundo Paulo Júnior Santos, serve para tutelar “os direitos de quem pede o provimento somente pela sua provável existência”<sup>155</sup>.

Explica-se, pois o Código no âmbito das tutelas cria um instituto que se aproxima do *fumus boni iuris*<sup>156</sup> ao determinar no art. 311 que “a tutela da evidência será concedida, independentemente da demonstração de perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo(...)”<sup>157</sup>.

---

<sup>151</sup> DANIELE VIAFORE, “Novo Código de Processo Civil Anotado: Anotações aos artigos 976 a 987”, 2015, p. 738.

<sup>152</sup> DANIELE VIAFORE, “Novo Código de Processo Civil Anotado: Anotações aos artigos 976 a 987”, 2015, p. 738.

<sup>153</sup> BRASIL, “Novo Código de Processo Civil, Lei nº 13.105 de 16 de março de 2015”, disponível em ([http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm)).

<sup>154</sup> Posiciona-se desta maneira FÁBIO TORRES, “O Novo CPC e a proteção do consumidor”, disponível em ([www.atualizaocdc.com/2016/03/o-novo-cpc-e-protecao-do-consumidor.html](http://www.atualizaocdc.com/2016/03/o-novo-cpc-e-protecao-do-consumidor.html)).

<sup>155</sup> PAULO JÚNIOR TRINDADE DOS SANTOS, “Novo Código de Processo Civil Anotado: Anotações ao artigo 311”, 2015, p. 251.

<sup>156</sup> PAULO JÚNIOR TRINDADE DOS SANTOS, “Novo Código de Processo Civil Anotado: Anotações ao artigo 311”, 2015, p. 251.

<sup>157</sup> BRASIL, “Novo Código de Processo Civil, Lei nº 13.105 de 16 de março de 2015”, disponível em ([http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm)).

Segundo Lobo Costa, o Código Processual cria azo no processo para que o direito seja declarado antes que o magistrado faça a análise de mérito relativa à questão e independente do *periculum in mora* ou do dano se tornar irreparável. Isso, *per si*, fornece ao meio jurídico contencioso a possibilidade de se efetivar o direito com a simples comprovação e evidência do fato<sup>158</sup>, detonando-se a agilidade e eficiência do Código neste ponto<sup>159</sup>.

Lobo Costa<sup>160</sup> ainda entende que as lides de direito de consumo poderão ser beneficiadas diretamente com a inovação do Novo CPC, em especial ações que buscam o ressarcimento do dano moral.

Explica a autora que caso o dano seja evidente poderá ser requerido ao magistrado através de tutela e deverá ser garantido o direito de reparação desde o início pelo juízo. Podendo a parte provar o dano moral através de provas documentais irrefutáveis em matéria do dano alegado, quando a matéria for exclusivamente de direito ou já estabelecidas em julgados anteriores com a mesma matéria de direito<sup>161</sup> (aqui remontamos aos IRDR que estudamos e que pode formar a base para a fundamentação jurídica do deferimento da tutela de evidência por parte do magistrado).

Cabe, no entanto, esclarecer que a Tutela de Evidência não se confunde com o julgamento antecipado da lide<sup>162</sup>, sendo assim, devemos ter em consideração que o efeito da tutela de evidência não faz coisa julgada<sup>163</sup>, ou seja, poderá ser modificada ao final do processo mediante o surgimento de provas que faça o magistrado reconsiderar o deferimento anterior da medida.

---

<sup>158</sup> Cabe esclarecer que o art. 311 do NCPC impede de entendermos que a Tutela de Evidência caracterizaria uma afronta ao princípio do contraditório e da ampla defesa, isso porque a tutela de evidência só poderá ser concedida liminarmente, ou seja, sem apresentação de defesa, quando for fundada em prova documental ou através de tese firmada em casos repetitivos ou em atenção a súmulas vinculantes (art. 311, inciso II, do CPC atual e art. 311, inciso III, do Novo CPC). Nestes casos, como dissemos, o juiz poderá decidir com base nas provas apresentadas e que, sobretudo, devem ser irrefutáveis.

<sup>159</sup> LARA LOBO COSTA, “Os efeitos do novo cpc no código de defesa do consumidor”, disponível em ([jota.info/artigos/os-efeitos-do-novo-cpc-no-codigo-de-defesa-do-consumidor-24032016](http://jota.info/artigos/os-efeitos-do-novo-cpc-no-codigo-de-defesa-do-consumidor-24032016)).

<sup>160</sup> LARA LOBO COSTA, “Os efeitos do novo cpc no código de defesa do consumidor”, disponível em ([jota.info/artigos/os-efeitos-do-novo-cpc-no-codigo-de-defesa-do-consumidor-24032016](http://jota.info/artigos/os-efeitos-do-novo-cpc-no-codigo-de-defesa-do-consumidor-24032016)).

<sup>161</sup> LARA LOBO COSTA, “Os efeitos do novo cpc no código de defesa do consumidor”, disponível em ([jota.info/artigos/os-efeitos-do-novo-cpc-no-codigo-de-defesa-do-consumidor-24032016](http://jota.info/artigos/os-efeitos-do-novo-cpc-no-codigo-de-defesa-do-consumidor-24032016)).

<sup>162</sup> HUMBERTO THEODORO JUNIOR, “*Novo Código de Processo Civil Anotado*”, 20ª ed., 2016, p. 379.

<sup>163</sup> PAULO JÚNIOR TRINDADE DOS SANTOS, “*Novo Código de Processo Civil Anotado: Anotações ao artigo 311*”, 2015, p. 252.

Quanto à inversão do ônus da prova mostramos no âmbito dessa tese os chamados “superpoderes” conferido aos magistrados com as inovações do Novo CPC.

Dentre esses poderes que tocam o Direito do Consumidor, principalmente, podemos destacar essa questão por tratar-se de “*um dos instrumentos mais importantes para a efetividade do direito dos consumidores, e mais do que isso, para a própria solução adequada do processo*”<sup>164</sup>.

Assim, o CDC em seu art. 6º, inciso VIII<sup>165</sup>, garante como um dos direitos básicos do consumidor a inversão do ônus da prova para facilitação da defesa dos direitos daqueles que alegam.

A inversão, no entanto, deve ser requerida através da verossimilhança das alegações, ou seja, o que se alega tem uma probabilidade muito grande de ser verdade<sup>166</sup> ou quando a parte for hipossuficiente em relação à parte contrária, que aduz a disparidade técnica ou informacional do consumidor em conseguir praticar um ato, ou mesmo fazer prova do seu direito em razão da outra parte possuir a prova do que se pede<sup>167</sup>.

Luís Antônio Longo diz que o parágrafo 1º do art. 373, do NCPC, “*introduz o sistema da carga dinâmica da prova*”<sup>168</sup>. O autor reflete e colaciona a doutrina de José Maria Rosa Tesheiner que, por sua vez, diz que por este sistema o ônus da prova ocorre da análise casuística que fica a critério do magistrado. Afastando-se, portanto, as regras gerais que determinam desde início a fixação do encargo sobre o ônus da prova<sup>169</sup>.

Para Bruno Miragem o resultado disso é a flexibilização da regra que impõe o ônus da prova na lei, garantindo a prerrogativa de inversão do ônus

---

<sup>164</sup> BRUNO MIRAGEM, “*Reflexos do novo Código de processo civil no direito do consumidor*”, disponível em ([www.conjur.com.br/2016-mar-16/garantias-consumo-reflexos-codigo-processo-civil-direito-consumidor](http://www.conjur.com.br/2016-mar-16/garantias-consumo-reflexos-codigo-processo-civil-direito-consumidor)).

<sup>165</sup> BRASIL, “*Código de Defesa do Consumidor, Lei nº 8.078 de 11 de setembro de 1990*”, disponível em ([http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8078.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8078.htm)).

<sup>166</sup> JOSÉ EDUARDO CARREIRA ALVIM, “*Código de Processo Civil Reformado*” Belo 1995, p. 145.

<sup>167</sup> FLÁVIO TARTUCE; DANIEL AMORIM ASSUMPÇÃO NEVES, “*Manual de direito do consumidor: direito material e processual*”, 2ª ed. 2013, p. 34.

<sup>168</sup> LUÍS ANTÔNIO LONGO, “*Novo Código de Processo Civil Anotado: Anotações aos artigos 369 a 380*”, 2015, p. 309.

<sup>169</sup> JOSÉ MARIA ROSA TESHEINER, “*Sobre o Ônus da Prova: Estudos de direito processual civil*”, 2005, p. 3650.

*probandi “conforme a impossibilidade de sua produção por uma delas ou maior facilidade pela outra”<sup>170</sup>.*

Assim, ao nos basearmos no relatório Justiça em Números para dizermos que as ações que envolvem o direito do Consumo, especialmente quando o assunto é a reparação do dano moral, são as mais frequentes no Poder Judiciário<sup>171</sup>, temos no Novo Código Processual uma importante ferramenta para que o magistrado inverta o ônus da prova e possa beneficiar diretamente o consumidor que, em geral, é parte hipossuficiente nas relações de consumo e que, por muitas vezes, tem dificuldades na produção de provas o que acaba por afetar o seu direito.

Por isso, com esta nova regra, o NCPC flexibiliza a opção do magistrado e possibilita a análise casuística do processo para que se oportunize a parte a ampla defesa do seu direito e a efetiva garantia.

Assim, neste capítulo vimo os Reflexos do Novo Código de Processo Civil no direito brasileiro, em que tenhamos tratado a parte geral por influenciar todo o ordenamento jurídico brasileiro, posteriormente, escolhemos as mudanças e inovações que o Novo Código trouxe à luz do Direito do Consumo por ser parte especial nesta Tese. Assim, pudemos colacionar as mudanças que beneficiariam o Direito do Consumidor, em especial, aquelas relacionadas ao ressarcimento do Dano Moral no ordenamento jurídico brasileiro.

Por isso, no próximo capítulo escolhemos um tema de ordem fundamental no seio social brasileiro: Os limites ao ressarcimento dos danos morais. Portanto, cabe-nos agora tratar sobre a nossa escolha à luz do direito do consumidor e elencar situações que nos ajudará a reconhecer a necessidade de imposição dos limites, os efeitos e alterações advindas com a vigência do Novo Código e também os benefícios e outras questões acerca do tema. Assim, continuo.

## **5. OS LIMITES AO RESSARCIMENTO DOS DANOS MORAIS NO NOVO CÓDIGO À LUZ DO DIREITO DO CONSUMO**

---

<sup>170</sup> BRUNO MIRAGEM, “Reflexos do novo Código de processo civil no direito do consumidor”, disponível em ([www.conjur.com.br/2016-mar-16/garantias-consumo-reflexos-codigo-processo-civil-direito-consumidor](http://www.conjur.com.br/2016-mar-16/garantias-consumo-reflexos-codigo-processo-civil-direito-consumidor)).

<sup>171</sup> BRASIL, “Conselho Nacional de Justiça: Relatório Justiça em Números 2016 (ano base 2015)”, (vide p. 126), disponível em (<http://www.cnj.jus.br/programas-e-acoas/pj-justica-em-numeros>).



O Novo Código, como vimos, trouxe mudanças na parte processual do ordenamento jurídico brasileiro. Não obstante tais mudanças, tema que se desenvolve aqui com especial atenção é acerca dos Limites ao ressarcimento dos danos morais no Novo CPC que será analisado à luz do direito do Consumo.

O assunto, entretanto, não foi escolhido ao acaso. Ao debruçarmo-nos na prática jurídica forense e nos números que relevam a carga processual em andamento no judiciário brasileiro notamos que a matéria a respeito do Dano Moral no Direito do Consumidor figura como recorrente na análise das demandas ingressadas no Poder Judiciário.

Para tanto, nos afixamos no Relatório Justiça em Números<sup>172</sup> para chegar à conclusão de que o Dano Moral, relacionando-se com o Direito do Consumo, é de profundo interesse social. Assim, aquilo que venha alterar o direito processual sobre a matéria causará reflexos diretamente no seio da sociedade, provocando a manifestação do seu interesse em se adequar à nova realidade.

Neste sentido, os números da pesquisa<sup>173</sup> confirmam e explicam o sentimento de atenção para com a prática, uma vez que o estudo nos aponta as matérias que são mais discutidas nas ações protocoladas. A título de exemplificação, no âmbito do Juizado Especial que envolve pequenas causas, o Direito do Consumo foi o direito com maior representação nas ações protocoladas no ano de 2015, representando 18,79% das demandas, sendo a “Responsabilidade do Fornecedor/Indenização por Dano Moral” o assunto mais discutido no bojo do processo.

Neste mesmo caminho, o duo Direito do Consumidor/Dano Moral figurou dentre os três temas mais recorrentes na Justiça Comum Estadual no ano de 2015, com a expressiva representatividade de 6,19% ou 1.622.414 (um milhão seiscentos e vinte e dois mil quatrocentos e quatorze) de processos.

---

<sup>172</sup> O Relatório Justiça em Números é a principal fonte das estatísticas oficiais do Poder Judiciário, pois divulga a realidade dos tribunais brasileiros, com detalhamento da estrutura e da litigiosidade, além de indicadores e das análises essenciais para subsidiar a Gestão Judiciária brasileira. Os relatórios podem ser encontrados, anualmente, desde 2004, no sítio do Conselho Nacional de Justiça, disponível em (<http://www.cnj.jus.br/programas-e-acoaes/pj-justica-em-numeros>).

<sup>173</sup> Os números de Pesquisa do Relatório Justiça em Números que aqui são utilizados são referentes à sua edição de 2016 e tem o como base as ações ingressadas ao longo do ano de 2015, sendo essa a edição mais atual do relatório que é feita a cada novo ano com base no anterior.

No âmbito das turmas recursais, o Direito do Consumidor/Dano Moral também foi o tema com maior representação dentre os assuntos mais frequentes nas ações, somando 18,44% dos processos existentes.

Essa relevância da matéria força-nos a ter especial atenção ao assunto no seio da sociedade, pois a prática nos revela sua imersão na cultura jurídica local. O fato de termos em vários órgãos e tribunais o tema corriqueiramente como o mais frequente nos aponta na direção de que as mudanças que serão estudadas têm reflexos no sistema jurídico e na quantidade de processos.

Detonando essa importância, Carlos Eduardo Rios do Amaral analisa que o ajuizamento de ação de indenização por dano moral no Novo Código no que tange suas alterações *“exigirá cautela e prudência ainda maiores das partes e de seus procuradores”*<sup>174</sup>.

Luiz Dellore<sup>175</sup> completa este pensamento ao dizer que o advogado não buscará *“enriquecimento da parte via ação de indenização por dano moral”*. Para o autor, o patrono da ação terá que estar atento à jurisprudência para que se faça o pedido de ressarcimento pelo dano moral em valores frequentemente utilizados pelos tribunais o que ocasionará o fim dos pedidos irresponsáveis e o interesse no enriquecimento por via desta ação.

Para a juíza de direito Flávia Cristina Zuza<sup>176</sup> as normas estabelecidas no Novo Código de Processo Civil visam conscientizar a parte de que o pedido do dano moral deve ser *“racional, adequado e proporcional ao sofrimento”*, o que levará a acontecer mudanças na forma da parte fazer o pedido da ação, pondo fim aos valores exorbitantes solicitados anteriormente a nova legislação.

Mas quais foram às mudanças criadas pelo Novo CPC acerca do Dano Moral? Outrora, ao estudarmos o Novo Código de Processo Civil notamos que suas mudanças baseiam-se em tornar o judiciário célere e eficiente na resposta às questões demandadas. Selecionamos ainda outras matérias que,

---

<sup>174</sup> CARLOS EDUARDO RIOS DO AMARAL, *“Com novo CPC, ação de dano moral deixa de ser porta de esperança”*, disponível em ([www.conjur.com.br/2015-abr-29/carlos-amaral-ncpc-dano-moral-deixa-porta-esperanca](http://www.conjur.com.br/2015-abr-29/carlos-amaral-ncpc-dano-moral-deixa-porta-esperanca)).

<sup>175</sup> LUIZ DELLORE, *“Novo CPC e o pedido de indenização: fim da indústria do dano moral”*, disponível em (<https://jornalggn.com.br/noticia/novo-codigo-de-processo-civil-e-os-pedidos-de-indenizacao-por-dano-moral-por-luiz-dellore>).

<sup>176</sup> FLÁVIA CRISTINA ZUZA, *“O novo CPC e você: Danos Morais. Escola Nacional da Magistratura de Goiás (vídeo)”*. Publicado em 31 de maio de 2016, disponível em (<https://www.youtube.com/watch?v=VdOBYU9Ca7Y>).

desenvolvidas à luz do Direito do Consumidor, mostram os reflexos do Novo Código.

No entanto, agora passamos a estudar as modificações que afetam o ressarcimento do Dano Moral no Novo Código e como estas mudanças serão absorvidas pela prática e, apesar de o novo regime se aplicar de forma geral, o texto a seguir se desenvolverá com foco nas relações de consumo, objeto deste estudo.

Indo além, ainda nos debruçaremos sobre a necessidade de se impor esse novo ordenamento e, ainda, sobre os benefícios ou prejuízos que serão enfrentados pelos consumidores com a nova ordenação. Para, por fim, chegarmos à conclusão acerca do tema que recai em dizer se esses limites causam uma diminuição a garantia do direito dos consumidores ou visam beneficiá-los proporcionando celeridade e presteza ao judiciário que tem esse assunto como frequente dentre os temas das suas ações.

### **5.1. O Novo CPC e os Limites ao ressarcimento dos Danos Morais**

Diz Carlos Eduardo Rios do Amaral<sup>177</sup> que a partir da vigência do Novo Código o processo se tornará diferente para as partes que demandam o ressarcimento do Dano Moral na ação. Neste mesmo sentido, outros doutrinadores<sup>178</sup> trataram da matéria.

No entanto, qual serão estas mudanças? A principal modificação destacada por essa doutrina refere-se ao Valor da Causa no Novo Código de Processo Civil. Explico. A partir da vigência do Novo Código, na petição inicial, inclusive nas ações fundadas em dano moral, constará o valor *expresso* pretendido pelo autor.

---

<sup>177</sup> CARLOS EDUARDO RIOS DO AMARAL, “Com novo CPC, ação de dano moral deixa de ser porta de esperança”, disponível em ([www.conjur.com.br/2015-abr-29/carlos-amaral-ncpc-dano-moral-deixa-porta-esperanca](http://www.conjur.com.br/2015-abr-29/carlos-amaral-ncpc-dano-moral-deixa-porta-esperanca)).

<sup>178</sup> Sobre as mudanças do Novo CPC acerca do Dano Moral entendem da mesma forma LUIZ DELLORE, “Novo CPC e o pedido de indenização: fim da indústria do dano moral”, disponível em (<https://jornalggn.com.br/noticia/novo-codigo-de-processo-civil-e-os-pedidos-de-indenizacao-por-dano-moral-por-luiz-dellore>); EDUARDO LEMOS BARBOSA, “O novo CPC e as indenizações”, disponível em ([www.justicaemfoco.com.br/descnoticia.php?id=113995](http://www.justicaemfoco.com.br/descnoticia.php?id=113995)); PEDRO VELLASCO AZEVEDO DE AMORIM, “Do valor da causa em ação de reparação por danos morais no novo CPC”, disponível em ([www.vvs.adv.br/artigosjuridicos/do-valor-da-causa-em-ao-de-reparao-por-danos-morais-no-novo-cpc](http://www.vvs.adv.br/artigosjuridicos/do-valor-da-causa-em-ao-de-reparao-por-danos-morais-no-novo-cpc)) e FLÁVIA CRISTINA ZUZA, “O novo CPC e você: Danos Morais. Escola Nacional da Magistratura de Goiás (vídeo)”. Publicado em 31 de maio de 2016, disponível em (<https://www.youtube.com/watch?v=VdOBYU9Ca7Y>).

O Código de processo atual, em seu art. 292, inciso V, ponto de partida para a questão, difere da prática consolidada pelos tribunais e jurisprudência que tinham como fonte processual o Código de Processo de 1973 onde o autor da ação de indenização por dano moral formulava pedido genérico de condenação, atribuindo ao valor da causa um *quantum* simbólico<sup>179</sup>.

A priori, essa mudança parece-nos ser sutil e poder-se-ia imaginar que os seus efeitos alcançados seriam escassos. Grande equívoco que se pretende corrigir no seguimento destas linhas.

Ora, Luiz Dellore diz que apenas com essa modificação será “*o fim dos pedidos irresponsáveis de dano moral*”<sup>180</sup>. Noutro turno, porém de igual modo, Carlos Eduardo Rios do Amaral diz que a “*ação de dano moral deixa de ser porta da esperança*”<sup>181</sup> para o enriquecimento através do judiciário. Completa Ricardo Maffeis Martins, ao dizer que “*diante das mudanças trazidas pelo novo CPC passou a ser mais difícil ingressar com aquelas aventuras jurídicas tão comuns em nosso Judiciário*”<sup>182</sup>.

Por que então tal mudança é significativa? À luz do Código de Processo de 1973, vigente antes da edição atual, não havia qualquer limitação ao pedido de ressarcimento em matéria de Dano Moral e isso estimulava o pedido de dano moral ser formulado de forma irresponsável<sup>183</sup>, criando a chamada “Indústria do Dano Moral”<sup>184</sup>.

Ocorria este fato, pois o *quantum* indenizatório nas ações de Dano Moral anteriormente era trazido à petição de forma genérica pelas partes que deveriam ser arbitrados através dos critérios de fixação do Dano Moral conforme estudamos no item 2.2.3 deste estudo.

---

<sup>179</sup> CARLOS EDUARDO RIOS DO AMARAL, “*Com novo CPC, ação de dano moral deixa de ser porta de esperança*”, disponível em ([www.conjur.com.br/2015-abr-29/carlos-amaral-ncpc-dano-moral-deixa-porta-esperanca](http://www.conjur.com.br/2015-abr-29/carlos-amaral-ncpc-dano-moral-deixa-porta-esperanca)).

<sup>180</sup> LUIZ DELLORE, “*Novo CPC e o pedido de indenização: fim da indústria do dano moral*”, disponível em (<https://jornalggm.com.br/noticia/novo-codigo-de-processo-civil-e-os-pedidos-de-indenizacao-por-dano-moral-por-luiz-dellore>).

<sup>181</sup> CARLOS EDUARDO RIOS DO AMARAL, “*Com novo CPC, ação de dano moral deixa de ser porta de esperança*”, disponível em ([www.conjur.com.br/2015-abr-29/carlos-amaral-ncpc-dano-moral-deixa-porta-esperanca](http://www.conjur.com.br/2015-abr-29/carlos-amaral-ncpc-dano-moral-deixa-porta-esperanca)).

<sup>182</sup> RICARDO MAFFEIS MARTINS, “*O novo CPC e a indústria do dano moral*”, disponível em (<http://alfonsin.com.br/o-novo-cpc-e-a-industria-do-dano-moral>).

<sup>183</sup> LUIZ DELLORE, “*Novo CPC e o pedido de indenização: fim da indústria do dano moral*”, disponível em (<https://jornalggm.com.br/noticia/novo-codigo-de-processo-civil-e-os-pedidos-de-indenizacao-por-dano-moral-por-luiz-dellore>).

<sup>184</sup> Sobre “Indústria do Dano Moral” ver nota de Rodapé nº 3 desta Tese.

Logo, sem especificar o valor que se pretendia receber, de acordo com Luiz Dellore, tínhamos alguns reflexos:

- (i) cabia pedido de dano moral de forma genérica (ou seja, sem especificar o valor que se pretendia receber);
- (ii) se o pedido fosse genérico, ainda assim haveria interesse recursal (portanto, se a parte não indicou o valor que queria, e o juiz fixou em R\$ 1 mil, cabia recurso para majorar o valor);
- (iii) no caso de parcial procedência (fixação em valor abaixo do pleiteado), não haveria sucumbência do autor (logo, se o autor pediu R\$ 50 mil de dano moral e a sentença condenou em R\$ 5 mil, apenas o réu arcaria com a sucumbência)<sup>185</sup>.

De acordo com essa mesma doutrina, isso facilitava que ao proferir a sentença com base em valor formulado de maneira genérica a parte, não satisfeita com o resultado obtido, interpusesse recurso contra a decisão do magistrado, causando sobrecarga ao aparelho judiciário.

Não obstante, estimulava que os pedidos em matéria de Dano Moral fossem feitos de maneira elevada, ou seja, a parte de livre-arbítrio assinava a peça processual com um valor irresponsável, permitindo que se criasse a “indústria do dano moral” ao pedir um valor máximo para tentar o maior ganho possível através da justiça de forma reiterada<sup>186</sup>.

Ou ainda, como destaca Ricardo Maffeis Martins, de modo contrário, propiciava a parte atribuir apenas um valor mínimo à causa para se beneficiar dos seus efeitos fiscais e custas processuais<sup>187</sup>.

Carlos Eduardo Rios do Amaral observou que essa falta de regramento existente no Código de Processo de 1973 fez com que “*cenas do cotidiano forense fossem memoráveis*”<sup>188</sup>. E explica que “*em razão de meros aborrecimentos ou contratempos da vida diária nas grandes cidades alguns*

<sup>185</sup> LUIZ DELLORE, “*Novo CPC e o pedido de indenização: fim da indústria do dano moral*”, disponível em (<https://jornalggn.com.br/noticia/novo-codigo-de-processo-civil-e-os-pedidos-de-indenizacao-por-dano-moral-por-luiz-dellore>).

<sup>186</sup> LUIZ DELLORE, “*Novo CPC e o pedido de indenização: fim da indústria do dano moral*”, disponível em (<https://jornalggn.com.br/noticia/novo-codigo-de-processo-civil-e-os-pedidos-de-indenizacao-por-dano-moral-por-luiz-dellore>).

<sup>187</sup> RICARDO MAFFEIS MARTINS, “*O novo CPC e a indústria do dano moral*”, disponível em (<http://alfonsin.com.br/o-novo-cpc-e-a-industria-do-dano-moral>).

<sup>188</sup> CARLOS EDUARDO RIOS DO AMARAL, “*Com novo CPC, ação de dano moral deixa de ser porta de esperança*”, disponível em ([www.conjur.com.br/2015-abr-29/carlos-amaral-ncpc-dano-moral-deixa-porta-esperanca](http://www.conjur.com.br/2015-abr-29/carlos-amaral-ncpc-dano-moral-deixa-porta-esperanca)).

*autores formulavam pedidos de indenização por danos morais na casa de milhões ou bilhões de reais*<sup>189</sup>.

Certo era que frases como: *“requer condenação em valor não inferior correspondente a X salários mínimos”* ou *“pede-se a condenação do reclamado no pagamento de indenização por dano moral, em valor a ser arbitrado pelo magistrado”*, dentre outras expressões genéricas, eram comuns sob a vigência do Código de Processo Civil de 1973.

O Novo Código, no entanto, vem por fim a essa generalidade ao estabelecer que:

Art. 292. O valor da causa constará da petição inicial ou da reconvenção e será:

(...) V - na ação indenizatória, inclusive a fundada em dano moral, o valor pretendido<sup>190</sup>;

Desta forma, o artigo deve nos levar ao entendimento de que o Dano Moral deverá ser apresentado na petição inicial da ação em valor *expresso*.

Para Eduardo Barbosa, no entanto é *“impossível e incoerente”*<sup>191</sup>, que o advogado quantifique o dano de caráter subjetivo já no início do processo. Segundo o autor, é somente ao *“ao longo do processo, percorrendo a fase probatória”*<sup>192</sup> que poderemos medir a extensão do Dano. Devendo, portanto, invocar o art. 324, § 1º, inciso II, do novo CPC, e que faz gerar controvérsia que cabe tratarmos.

O art. 324, do Novo CPC, aduz que o pedido deve ser determinado (até esse ponto, corroborando com o novo entendimento). No entanto, ressalva, no §1º, inciso II deste artigo, ao dizer que *“quando não for possível determinar,*

---

<sup>189</sup> CARLOS EDUARDO RIOS DO AMARAL, *“Com novo CPC, ação de dano moral deixa de ser porta de esperança”*, disponível em ([www.conjur.com.br/2015-abr-29/carlos-amaral-ncpc-dano-moral-deixa-porta-esperanca](http://www.conjur.com.br/2015-abr-29/carlos-amaral-ncpc-dano-moral-deixa-porta-esperanca)).

<sup>190</sup> BRASIL, *“Novo Código de Processo Civil, Lei nº 13.105 de 16 de março de 2015”*, disponível em ([http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm)).

<sup>191</sup> EDUARDO LEMOS BARBOSA, *“Advogado pode fazer pedido genérico de indenização quando não puder fixar valor”*, disponível em ([www.conjur.com.br/2016-abr-09/eduardo-barbosa-advogado-pedido-generico-indenizacao](http://www.conjur.com.br/2016-abr-09/eduardo-barbosa-advogado-pedido-generico-indenizacao)).

<sup>192</sup> EDUARDO LEMOS BARBOSA, *“Advogado pode fazer pedido genérico de indenização quando não puder fixar valor”*, disponível em ([www.conjur.com.br/2016-abr-09/eduardo-barbosa-advogado-pedido-generico-indenizacao](http://www.conjur.com.br/2016-abr-09/eduardo-barbosa-advogado-pedido-generico-indenizacao)).

desde logo, as consequências do ato ou do fato”<sup>193</sup> o pedido poderá ser genérico<sup>194</sup>.

Isso, de fato, confronta o que estudamos até então. Todavia, Alexandre Câmara<sup>195</sup> segue opinião de que aceitação de pedido genérico poderia causar uma quebra nas regras processuais, pois o Código estabelece a necessidade do valor expresso na causa. De outro modo, Mariângela Guerreiro Milhoranza<sup>196</sup> diz que o pedido feito na sua forma genérica poderia ser utilizado apenas quando se tratar de hipótese em que o dano continue a repercutir, ocorrendo dessa forma outros danos por consequência. Por sua vez, Antônio do Passo Cabral e Ronaldo Cramer ao tratarem sobre a questão diz que “o valor da causa será fixado por estimativa da parte”<sup>197</sup> ainda que a lei ofereça a oportunidade de pedido genérico.

O STJ em julgado recente entendeu que seria possível a formulação de pedido genérico de dano moral, atribuindo-se um valor simbólico a causa quando não se possa especificar o valor total da indenização. Contudo, devendo a inicial conter a pretensão do autor claramente com vistas a possibilitar o direito de defesa do réu<sup>198</sup>.

Entretanto, acreditamos que pela hermenêutica processual e conforme o estudo das doutrinas supracitadas, a melhor posição para impor limitações ao ressarcimento do Dano Moral e, assim, abraçarmos os benefícios que advieram com o posicionamento que defendemos, é a posição adotada por Antônio do Passo Cabral e Ronaldo Cramer que possibilita a fixação do *quantum* por estimativa da parte, ainda que caiba o pedido genérico, com o fito de não

<sup>193</sup> BRASIL, “*Novo Código de Processo Civil, Lei n° 13.105 de 16 de março de 2015*”, disponível em ([http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm)).

<sup>194</sup> Em Portugal, temos no art. 556.º, 1, b), do Código de Processo Civil, regra semelhante que possibilita a utilização de pedido genérico em determinados casos, dentre eles, quando não for possível determinar as consequências do caso ilícito. No entanto, parece-nos que a jurisprudência, neste sentido *Ac. do TRL, de 08/10/2009*, restringe à aplicação desta prerrogativa somente quando tratar-se de danos patrimoniais, uma vez que, segundo a própria jurisprudência, ninguém mais capacitado do que a vítima do dano não patrimonial para quantificá-lo (ainda que de maneira excessiva ou inexata), o que vai à contramão da ideia do art. 324, §1º, inciso II, do CPC brasileiro.

<sup>195</sup> ALEXANDRE FREITAS CÂMARA, “*O Novo Processo Civil Brasileiro*”, 1ª ed., 2015, p. 192.

<sup>196</sup> MARIÂNGELA GUERREIRO MILHORANZA, “*Novo Código de Processo Civil Anotado: Anotações ao artigo 324*”, 2015, p. 263.

<sup>197</sup> ANTÔNIO DO PASSO CABRAL; e RONALDO CRAMER, “*Comentários ao Novo Código de Processo Civil*”, 2ª ed. 2016, p. 454.

<sup>198</sup> Neste sentido, *REsp. 1.534.559, STJ, de 22/11/2016*.

voltarmos a incorrer em demandas absurdas que sempre se socorrem na não possibilidade de determinação do Dano para requerer valores absurdos.

Portanto, termina-se aqui a formulação do Dano com valor genérico. Agora, segundo Campelo Filho, na ação que houver interesse em indenização por Dano Moral, “*deve o postulante estipular o valor da indenização que entende fazer jus, fazendo constar o montante dessa pretensão no valor a ser dado à causa*”<sup>199</sup>. Com efeito, outras limitações ao ressarcimento do dano moral surgem através dessa alteração mencionada.

Podemos destacar assim, os efeitos relativos à sucumbência que limitam o autor na vigência do Código atual em matéria de ressarcimento ao Dano Moral. Isso porque, como visto anteriormente com Luiz Dellore<sup>200</sup>, um dos efeitos ao pedido feito de forma genérica é relativo à questão da sucumbência.

Explica Eduardo Yoshikawa que essa alteração favorece que os autores sejam moderados ao dimensionar o pedido da indenização, uma vez que “*estimativa exagerada pode se refletir no montante dos honorários de sucumbência a serem pagos*”<sup>201</sup>.

Sobre a estimativa do autor, Zulmar Duarte, diz que esta limitará o provimento jurisdicional, cabendo no tocante ao seu deferimento parcial também a sucumbência parcial e consequente divisão de encargos processuais resultado das perdas sofridas<sup>202</sup>.

Explica-se: no Código Anterior por entendimento da jurisprudência<sup>203</sup>, caso houvesse parcial procedência do pedido do autor referente ao Dano Moral não haveria sucumbência da sua parte. Em outras palavras, se o autor da ação pediu um valor além daquele proferido em sentença que, por sua vez, o indenizou em montante abaixo do requerido, apenas o réu arcaria com a sucumbência da ação.

---

<sup>199</sup> FRANCISCO SOARES CAMPELO FILHO, “*Exigência de valor da causa em ação de dano moral é inconstitucional*”, disponível em ([www.conjur.com.br/2016-set-23/exigencia-valor-causa-acao-dano-moral-inconstitucional#\\_edn3](http://www.conjur.com.br/2016-set-23/exigencia-valor-causa-acao-dano-moral-inconstitucional#_edn3)).

<sup>200</sup> LUIZ DELLORE, “*Novo CPC e o pedido de indenização: fim da indústria do dano moral*”, disponível em (<https://jornalggn.com.br/noticia/novo-codigo-de-processo-civil-e-os-pedidos-de-indenizacao-por-dano-moral-por-luiz-dellore>).

<sup>201</sup> EDUARDO HENRIQUE DE OLIVEIRA YOSHIKAWA, “*Valor da Causa no Novo CPC*”, disponível em ([www.cartaforense.com.br/conteudo/artigos/valor-da-causa-no-novo-cpc/16312](http://www.cartaforense.com.br/conteudo/artigos/valor-da-causa-no-novo-cpc/16312)).

<sup>202</sup> ZULMAR DUARTE, “*Comentários ao CPC de 2015: Parte Geral*”, 2015, p. 844.

<sup>203</sup> STJ: Súmula 326 - “Na ação de indenização por dano moral, a condenação em montante inferior ao postulado na inicial não implica sucumbência recíproca”.



Ricardo Maffeis Martins traz um exemplo que ajuda-nos a atender essa questão:

Se o ofendido, alegando grande sofrimento moral, pleiteou receber R\$ 50 mil, mas somente foi contemplado na sentença com R\$ 5 mil, seu advogado receberá uma porcentagem (entre 10% e 20%) unicamente sobre o êxito, ao passo que o autor deverá pagar ao advogado do réu o mesmo percentual sobre os restantes R\$ 45 mil, que é o proveito econômico de seu adversário na causa, já que ele deixou de ser condenado nesse montante<sup>204</sup>.

Passemos então as contas seguindo o exemplo. Supondo que a porcentagem devida seja de 10% e o ofendido tenha sido contemplado com o valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) ao final da ação, o seu advogado receberia o valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) da parte adversa a título de honorários advocatícios sucumbenciais. Sobrando-lhe R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), o que ocorria à época do Código de 1973.

No entanto, ao autor, na vigência atual do Código de Processo, caberá pagar a título de sucumbência, ou seja, os mesmo 10% sobre a diferença entre o que foi pedido e o valor da sentença ( $50.000,00 - 5.000,00 = \text{R\$ } 45.000,00$  reais), em razão do proveito econômico que teve seu adversário na ação. Ou seja, o autor da ação receberá R\$ 5.000,00 (cinco mil e reais), entretanto terá que pagar R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais) ao advogado da outra parte, restando-lhe apenas R\$ 500,00 (quinhentos reais) a título de indenização pelo dano moral.

Veja, o legislador se utiliza de um subterfúgio (valor expresso da ação) para impor limitação ao ressarcimento do Dano Moral quando estabelece na nova norma processual a sucumbência recíproca em caso semelhante ao que foi trazido.

Isso porque as partes, sabendo que poderão não receber qualquer quantia financeira ao final do processo e antes utilizando a justiça para auferir vantagem financeira, deverá estar atenta ao valor expresso na inicial como explicou Eduardo Yoshikawa<sup>205</sup>.

---

<sup>204</sup> RICARDO MAFFEIS MARTINS, “*O novo CPC e a indústria do dano moral*”, disponível em (<http://alfonsin.com.br/o-novo-cpc-e-a-industria-do-dano-moral>).

<sup>205</sup> EDUARDO HENRIQUE DE OLIVEIRA YOSHIKAWA, “*Valor da Causa no Novo CPC*”, disponível em ([www.cartaforense.com.br/conteudo/artigos/valor-da-causa-no-novo-cpc/16312](http://www.cartaforense.com.br/conteudo/artigos/valor-da-causa-no-novo-cpc/16312)).

Ademais, causará reflexão sobre a necessidade de se buscar na justiça ganhos volumosos como ocorria anteriormente, o que agora poderá não ocorrer. Isso, *per se*, causará efeitos ao processo relativo ao Dano Moral, colocando um óbice que só será superado por aqueles que efetivamente possuem lesão na esfera moral.

Acreditamos ainda que, com essa alteração, a súmula 326 do STJ deve ser extinta. Isso porque a súmula traz que *“na ação de indenização por dano moral, a condenação em montante inferior ao postulado na inicial não implica sucumbência recíproca”*<sup>206</sup>.

Tem igual posicionamento Lúcio Delfino e Diego Crevelin de Sousa que falam na *“derrocada do enunciado”*<sup>207</sup>. Isso porque, com as novas alterações, parece claro que a súmula perde sua efetividade e deve deixar de existir no plano jurisdicional. O art. 85, § 6º e o art. 86, ambos do Novo Código<sup>208</sup>, servem também como fonte desta interpretação ao dizer que caberá honorários sucumbenciais, com base no valor expresso encontrado na ação, ainda que nos casos de improcedência da ação ou sentença sem resolução de mérito, distribuindo-se a cada litigante, em parte vencedor e vencido, as despesas do processo.

Nesse diapasão, cabe-nos dizer que à época a Súmula 326 do STJ teve como pressuposto garantir a proteção da parte enquanto indicava um valor meramente genérico para o caso, pois a resguardava dos efeitos das decisões tomadas ao prudente critério subjetivo do juízo em relação aos valores do dano. Em outras linhas, a parte como não teria como saber qual o valor a ser fixado pelo magistrado no que tange a indenização era protegida de arcar com os ônus sucumbenciais da ação.

Embora os autores reconheçam que a Súmula 326 tenha sido produzida para proteger o autor, seu efeito produz ações temerárias com base na prerrogativa de não ser sucumbente em caso de indeferimento da ação.

Parece-nos que é justamente esse ponto que o Novo CPC vem corrigir ao

---

<sup>206</sup> STJ: Súmula 326 - “Na ação de indenização por dano moral, a condenação em montante inferior ao postulado na inicial não implica sucumbência recíproca”.

<sup>207</sup> LÚCIO DEFILNO; e DIEGO CREVELIN DE SOUSA, “A derrocada do enunciado sumular 326 do Superior Tribunal de Justiça”, disponível em ([www.conjur.com.br/2016-set-05/derrocada-enunciado-sumular-326-superior-tribunal-justica](http://www.conjur.com.br/2016-set-05/derrocada-enunciado-sumular-326-superior-tribunal-justica)).

<sup>208</sup> BRASIL, “Novo Código de Processo Civil, Lei nº 13.105 de 16 de março de 2015”, disponível em ([http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm)).

estabelecer um valor determinado para a ação. Nesse caso, como já dissemos, a parte buscará valores reiterados acerca do Dano Moral em ações similares e jurisprudências dos tribunais. Passará a utilizar um valor adequado ou próximo a razão, o que não ocorria à época da Súmula 326 que buscava resguardar o abismo entre o valor pedido e as decisões judiciais.

Há, no entanto, quem defenda ideia contrária ao fim da Súmula 326 do STJ<sup>209</sup>. Neste sentido, Rafael Machado diz que não existe conflito entre a Súmula em comento e o art. 292, inciso V, do Novo CPC, ao afirmar que o valor da causa orientado pelo artigo tem caráter “*somente pedagógico e organizacional*”<sup>210</sup>. De outro modo, Paulo Roberto Vecchiatti diz que o valor da causa influencia apenas na definição das custas do processo e não no caso de sucumbência recíproca. Argumenta ainda o autor que a lei não fez menção a aplicação da sucumbência recíproca no caso do Dano Moral, mantendo-se assim genérica<sup>211</sup>.

Acreditamos, no entanto, que tais argumentos não prosperam. Por força do nosso pensamento é também o Enunciado n° 14 da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados que torna clara a existência da sucumbência recíproca ao dizer:

Em caso de sucumbência recíproca, deverá ser considerado o proveito econômico do réu, para fins do art. 85, § 2º, do CPC/2015, a diferença entre o que foi pleiteado pelo autor e o que foi concedido, inclusive no que se refere às condenações por danos morais<sup>212</sup>.

Ora, a linguagem do Código Processual é clara e vem pôr fim a morosidade da justiça, tornar o processo mais ágil e eficiente. Se

<sup>209</sup> PAULO ROBERTO IOTTI VECCHIATTI, “*Inexistência de sucumbência recíproca no pedido de danos morais à luz do CPC/2015, que não superou a Súmula 326 do STJ*”, disponível em ([emporiadodireito.com.br/tag/sumula-326-do-stj/#\\_ftn2](http://emporiadodireito.com.br/tag/sumula-326-do-stj/#_ftn2)) e RAFAEL MACHADO, “*Sucumbência e danos morais: existe conflito entre a súmula 326 do STJ e o art. 292, V, do Novo CPC?*”, disponível em (<https://rms1986.jusbrasil.com.br/artigos/337991000/sucumbencia-e-danos-morais-existe-conflito-entre-a-sumula-326-do-stj-e-o-art-292-v-do-novo-cpc>) defendem que o art. 292, inciso V, do Novo CPC não retira a eficácia da súmula 326 do STJ.

<sup>210</sup> RAFAEL MACHADO, “*Sucumbência e danos morais: existe conflito entre a súmula 326 do STJ e o art. 292, V, do Novo CPC?*”, disponível em (<https://rms1986.jusbrasil.com.br/artigos/337991000/sucumbencia-e-danos-morais-existe-conflito-entre-a-sumula-326-do-stj-e-o-art-292-v-do-novo-cpc>).

<sup>211</sup> PAULO ROBERTO IOTTI VECCHIATTI, “*Inexistência de sucumbência recíproca no pedido de danos morais à luz do CPC/2015, que não superou a Súmula 326 do STJ*”, disponível em ([emporiadodireito.com.br/tag/sumula-326-do-stj/#\\_ftn2](http://emporiadodireito.com.br/tag/sumula-326-do-stj/#_ftn2)).

<sup>212</sup> ESCOLA NACIONAL DE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE MAGISTRADOS, “*Enunciado n° 14*”, disponível em (<http://www.enfam.jus.br/wp-content/uploads/2015/09/ENUNCIADOS-VERS%C3%83O-DEFINITIVA-.pdf>).

entendêssemos que o instituto da sucumbência recíproca não surgiria na ação de ressarcimento pelo Dano Moral com as mudanças do Código estaríamos fadados a acreditar que o fim das ações temerárias, antes protegidas pela súmula, não aconteceria. Do contrário, entendemos aqui que o Código ao formular nova regra no tocante ao valor, cria outro impositivo para a ação de indenização referente ao Dano Moral, cujo seu ressarcimento encontrará limites para que não cause morosidade e dificulte o trabalho do judiciário.

Superado este ponto, outro que cinge a este assunto é relativo à compensação dos honorários de sucumbência. Com a alteração prevista na Lei processual, no seu art. 85, § 14, diz que os honorários constituem direito do advogado sendo impossibilitada sua compensação.

Difere, neste tocante, ao que estabelecia o Código de 1973, no art. 21, que estabelecia: *“se cada litigante for em parte vencedor e vencido, serão (...) compensados entre eles os honorários e as despesas”*<sup>213</sup>.

Entendemos, assim, que é o fim da súmula 306 do STJ *in verbis*: *“os honorários advocatícios devem ser compensados quando houver sucumbência recíproca, assegurado o direito autônomo do advogado à execução do saldo sem excluir a legitimidade da própria parte”*.

Neste sentido, Cláudio Lamachia, entende que a súmula *“encontra-se em expressa contradição com a norma legal”*<sup>214</sup>. Problema resolvido à luz do art. 85, § 14, do Novo Código que estabelece a natureza alimentar dos honorários e, em sendo assim, veda sua compensação.

Uma vez tratando-se sobre a sucumbência recíproca e já temos tratado sobre o valor da causa como fontes de limitação ao ressarcimento do Dano Moral, levantemos a hipótese de que a parte não satisfeita com o resultado obtido através da ação de indenização queira interpor recurso em face dessa decisão que não atingiu o resultado esperado pela parte.

De acordo com o Código Anterior, ao termos um valor genérico da causa e sem o receio de recairmos em sucumbência recíproca, originado pela súmula do STJ, o cenário em vigor passa a ser novo com a vigência do Código Atual.

---

<sup>213</sup> BRASIL, “Código de Processo Civil, Lei nº 5.869, de 11 de Janeiro de 1973, revogada pela Lei nº 13.015 de 2015”, disponível em ([http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L5869.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5869.htm)).

<sup>214</sup> CLAUDIO PACHECO PRATES LAMACHIA, “Novo Código de Processo Civil Anotado: Anotações aos artigos 82 a 97”, 2015, p. 112.

Isso porque ao conceder indenização no montante solicitado inicialmente, adequado em razão do estudo peremptório, respaldado na jurisprudência e não mais no livre-arbítrio do requerente, dificilmente a parte recairá no interesse recursal.

Entendemos que o novo modelo processual estabelece limites ao ressarcimento do dano moral ao fundamentar o valor da causa e a sucumbência recíproca, possibilitando a menor incidência de recursos. Os limites, no entanto, dizem respeito a forma livre e arbitrária como era pedido o Dano Moral.

Luiz Dellore, ainda sobre a perda de interesse recursal, diz que a parte evitará recursos estapafúrdios. Em que, segundo o autor, a parte dizia “*deixei a critério do juiz o valor do dano, mas não gostei do critério dele*”<sup>215</sup>.

Ademais, fazemos uma última consideração àqueles que por ventura possam questionar a existência de interesse recursal, uma vez que, em caso de sucumbência recíproca, a parte poderia interpor recurso para não se encontrar em uma situação onde o resultado da indenização se torne inexpressivo.

Esse pensamento pode ser refutado, pelo que já dissemos no início do capítulo, aquando do ajuizamento da ação que se “*exigirá cautela e prudência das partes e procuradores*”<sup>216</sup> e que a parte venha a estabelecer um pedido “*racional, adequado e proporcional ao sofrimento*”<sup>217</sup>.

Seguindo em frente no âmbito desta Tese, estudamos que uma das principais dificuldades que o legislador pretendeu resolver com o Novo CPC é acerca da morosidade do judiciário brasileiro. Assim, entendemos aqui que, uma vez o Código de Processo Civil tenha estabelecido o valor da causa expresso nas ações, à parte encontrará limites ao ressarcimento do Dano Moral no tocante a sua livre escolha sobre o órgão julgador competente, isso porque, de acordo com Eduardo Yoshikawa, o valor da causa se mostra “*relevante em razão de sua repercussão*”<sup>218</sup> sobre a competência.

---

<sup>215</sup> LUIZ DELLORE, “*Novo CPC e o pedido de indenização: fim da indústria do dano moral*”, disponível em (<https://jornalggn.com.br/noticia/novo-codigo-de-processo-civil-e-os-pedidos-de-indenizacao-por-dano-moral-por-luiz-dellore>).

<sup>216</sup> CARLOS EDUARDO RIOS DO AMARAL, “*Com novo CPC, ação de dano moral deixa de ser porta de esperança*”, disponível em ([www.conjur.com.br/2015-abr-29/carlos-amaral-ncpc-dano-moral-deixa-porta-esperanca](http://www.conjur.com.br/2015-abr-29/carlos-amaral-ncpc-dano-moral-deixa-porta-esperanca)).

<sup>217</sup> FLÁVIA CRISTINA ZUZA, “*O novo CPC e você: Danos Morais. Escola Nacional da Magistratura de Goiás* (vídeo)”. Publicado em 31 de maio de 2016, disponível em (<https://www.youtube.com/watch?v=VdOBYU9Ca7Y>).

<sup>218</sup> EDUARDO HENRIQUE DE OLIVEIRA YOSHIKAWA, “*Valor da Causa no Novo CPC*”, disponível em ([www.cartaforense.com.br/conteudo/artigos/valor-da-causa-no-novo-cpc/16312](http://www.cartaforense.com.br/conteudo/artigos/valor-da-causa-no-novo-cpc/16312)).

No entanto, ao falarmos sobre a delimitação de competência que o novo Código cria ao estabelecer o valor da causa *expresso* temos que analisar os números do Judiciário brasileiro.

Através do Relatório Justiça em Números<sup>219</sup> podemos destacar o tempo que o processo leva – em média – até ser processado e julgado. Mais importante, podemos fazer através do relatório uma análise complementar ao tema, comparando a Justiça Comum Estadual com o Juizado Especial Cível.

Antes de iniciarmos, cabe a nós dizer que a Lei 9.099 de 1995, que dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis, explica no seu art. 3º as regras de competência para causas de menor complexidade, e elenca no inciso I do próprio artigo que o Juizado Especial tem competência em causa que “*não exceda a quarenta vezes o salário mínimo*”<sup>220</sup>.

Em contrário *sensu*, causas que demandem maior complexidade (como produção elaborada de prova, p. ex. perícia) ou que ultrapassem esse *quantum* fixado na Lei do Juizado Especial, serão de competência da Justiça Estadual Comum<sup>221</sup>.

Feita esta consideração, na figura 4.7., denominada “*diagrama do tempo médio de tramitação processual*”<sup>222</sup> do relatório citado, temos em conta o tempo do processo desde o seu início até a prolação da sentença.

No Juizado Especial o tempo médio, no processo de conhecimento (aqui, incluindo-se o Dano Moral), é de onze meses. Já para a Justiça Comum Estadual o tempo para a sentença é mais que o dobro, sendo de um ano e onzes meses.

Essa salutar diferença de tempo nos remonta a questão inicial trazida a respeito dos limites à escolha da competência acerca do órgão julgador. Isso porque, ao determinar que a parte estabeleça na ação de indenização de cunho Moral o valor *expresso*, o Novo Código faz com que a parte tenha sua escolha condicionada também aos outros limites que tratamos.

<sup>219</sup> Sobre o Relatório Justiça em Números consultar Nota de Rodapé nº 219.

<sup>220</sup> BRASIL, “*Lei dos Juizados Especiais, Lei nº 9.099 de 26 de setembro de 1995*”, disponível em ([www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9099.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9099.htm)).

<sup>221</sup> Em matéria de competência fincamos este posicionamento à luz do Direito do Consumidor e em consonância a prática forense local.

<sup>222</sup> BRASIL, “*Conselho Nacional de Justiça: Relatório Justiça em Números 2016 (ano base 2015)*”, (vide p. 126), disponível em (<http://www.cnj.jus.br/programas-e-acoas/pj-justica-em-numeros>).

Logo, se a parte ingressar com valor elevado e não adequado a realidade referente à indenização pelo dano moral poderá recair nos ônus da sucumbência recíproca ou ainda se submeter ao maior prazo para julgamento e processamento da ação que ocorre na Justiça Estadual Comum.

Para fechar esse pensamento, Carlos do Amaral destaca em seu posicionamento que a *“pseudo-vítima do sempre esperado dano moral estará fadada à sua extinção natural”*<sup>223</sup> sobrevivendo talvez nos Juizados Especial, por mitigação dos riscos.

Com efeito, o fato de ter que optar por um valor do dano resultará na seara jurisdicional que poderá levar a vítima do dano moral a não ingressar com ações que tenham montantes volumosos. Primeiro, como explicamos, por conta dos riscos da sucumbência recíproca. Segundo, porque ao determinar o valor expresso da causa sofremos *implicitamente*<sup>224</sup> à limitação na escolha do órgão julgador e, em face deste problema, o cidadão poderá deixar de escolher a Justiça Comum Estadual tendo em conta à sua morosidade ou diminuirá o valor do Dano Moral para enquadrar-se na competência do Juizado Especial, um pouco mais célere.

Assim, temos como principal limite ao ressarcimento do Dano Moral a atribuição do Valor da Causa no início do Processo, o resultado da nova legislação implica efeito relativo à sucumbência recíproca outra forma de se impor condições que buscam reprimir a busca (desenfreada e caracterizada pela indústria do Dano Moral) pelo ressarcimento do Dano. Deste modo, em outra frente, o legislador impõe reflexos aos interesses recursais e de escolha de competência relativamente ao órgão julgador o que influencia diretamente na persecução da parte pelo ressarcimento do Dano Moral.

---

<sup>223</sup> CARLOS EDUARDO RIOS DO AMARAL, “Com novo CPC, ação de dano moral deixa de ser porta de esperança”, disponível em ([www.conjur.com.br/2015-abr-29/carlos-amaral-ncpc-dano-moral-deixa-porta-esperanca](http://www.conjur.com.br/2015-abr-29/carlos-amaral-ncpc-dano-moral-deixa-porta-esperanca)).

<sup>224</sup> Dizemos implicitamente, pois o Novo CPC não muda formalmente as regras de competência em razão do valor da causa, mas entendemos que ao determinar a regra de escolha peremptória do valor da causa estará subjacente limitação à escolha do órgão julgador, já que as partes recairiam nos riscos da sucumbência recíproca caso demandem ações com valores absurdos. Além disso, como explicamos, existe o fato de que, tradicionalmente como os números nos apontam, o juizado especial ser mais célere. Logo, da conjectura entre sucumbência recíproca e morosidade da Justiça Comum Estadual, certamente acredita-se que a pseudo-vítima do dano moral subsistirá somente nos Juizados Especiais, ideia também defendida por CARLOS EDUARDO RIOS DO AMARAL, “Com novo CPC, ação de dano moral deixa de ser porta de esperança”, disponível em ([www.conjur.com.br/2015-abr-29/carlos-amaral-ncpc-dano-moral-deixa-porta-esperanca](http://www.conjur.com.br/2015-abr-29/carlos-amaral-ncpc-dano-moral-deixa-porta-esperanca)), como citamos na nota anterior.

Não obstante as modificações, procuramos através da jurisprudência e reportagens as motivações que levaram a atenção do legislador em relação a este tema. Dessa forma, surge trazermos no âmbito desta Tese a necessidade de imposição dos limites ao ressarcimento do Dano Moral por via de Excesso de Ações referentes ao assunto. É assim que passo a tratar.

## **5.2. Necessidade de Imposição dos Limites ao Ressarcimento do Dano Moral por via de Excesso de Ações**

São inúmeros casos que demandam a resposta e sobrecarregam o judiciário brasileiro. Alguns destes casos envolvendo o Dano Moral são excessivos e merecem ser trazidos como exemplo à luz desta Tese como forma de demonstrar a necessidade de imposição de limites ao ressarcimento do Dano Moral. Neste item, de forma breve, traremos ações que comprovam o excesso na prática do Dano Moral no direito brasileiro.

Sem nos estendermos, começamos com um caso que ocorreu em São Paulo onde o cidadão foi impedido de ingressar na agência bancária do Banco do Brasil por conta do travamento da porta giratória de segurança com detector de metais. Em sua ação, fundou-se no direito ao ressarcimento pelos danos morais decorrentes unicamente deste evento cotidiano<sup>225</sup>.

Em outra situação, no Rio de Janeiro, uma consumidora ao andar na pista de patinação com gelo caiu, sem qualquer causa aparente e apenas por imperícia, solicitou à empresa responsável pela pista à reparação face ao dano moral sofrido<sup>226</sup>.

Adriana Guiar, em seu texto, conta que uma paciente com documento de exame vencido processou o laboratório médico pela recusa da documentação. Diz ainda à autora que um casal processou uma pizzaria, pasmem, por conta de uma bisnaga de ketchup ter sujado a camisa do próprio cliente que a abriu<sup>227</sup>. Em outro processo, no Rio de Janeiro, um consumidor de cigarro requereu

---

<sup>225</sup> MIGALHAS, “Juiz dá bronca em homem que pretendia indenização por ser impedido de entrar em agência bancária”, disponível em (<http://www.migalhas.com.br/Quentes/17,MI131124,41046-Juiz+da+bronca+em+homem+que+pretendia+indenizacao+por+ser+impedido+de>).

<sup>226</sup> CARLOS ZAMITH JÚNIOR, “Justiça aumenta rigor contra pedidos abusivos de dano moral”, disponível em ([www.diariodeumjuiz.com.br/?p=2537](http://www.diariodeumjuiz.com.br/?p=2537)).

<sup>227</sup> ADRIANA AGUIAR, “Justiça nega pedidos de danos morais considerados absurdos”, disponível em ([alfonsin.com.br/justia-nega-pedidos-de-danos-morais-considerados-absurdos](http://alfonsin.com.br/justia-nega-pedidos-de-danos-morais-considerados-absurdos)).



ressarcimento com base em suposto dano material e dano moral à empresa tabagista na vultosa quantia de R\$ 1,2 milhão de reais<sup>228</sup>.

Em comum a todas estas ações é o fato dos pedidos excessivos terem sido negados. E, para os magistrados, o desabafo vem em forma de sentença. Em um dos casos citados, o magistrado que proferiu o resultado da ação em relação ao homem que foi impedido de entrar no banco por conta do detector de metais foi enfático ao dizer o que “*o autor quer dinheiro fácil*”<sup>229</sup>.

Assim, como podemos observar, o Código de Processo Civil na sua atual vigência tem o importante papel de resguardar o judiciário de casos semelhantes e que ponham risco à sua efetividade estabelecendo limites ao ressarcimento do Dano Moral que surgem no momento anterior de se materializar a ação. Agora, na atual vigência do Código, de acordo com Ricardo Maffeis Martins torna-se “*difícil ingressar com aquelas aventuras jurídicas tão comuns em nosso judiciário*”<sup>230</sup>. Com efeito, os novos limites estabelecidos pelo Novo Código possibilitarão benefícios aos consumidores, passamos a seguir argumentá-los juntamente com eventuais prejuízos.

### **5.3. Benefícios e Outras Questões: O Direito do Consumo em face dos Limites ao Ressarcimento do Dano Moral**

Na análise supra, vimos que o NCPC traz o que aqui denominamos de “limites ao ressarcimento do Dano moral”. No entanto, cabe agora trazer os benefícios e eventuais prejuízos que podem desdobrar o tema. Assim, iniciaremos com os benefícios trazidos com o advento da nova legislação e a influencia no Direito do Consumidor e, posteriormente, façamos algumas considerações em que pesem possam existir eventuais prejuízos ao direito das partes.

<sup>228</sup>MIGALHAS, “Juiz nega indenização a ex-fumante e diz que há livre-arbítrio para o vício”, disponível em [www.migalhas.com.br/Quentes/17,MI140593,91041-Juiz+nega+indenizacao+a+exfumante+e+diz+que+ha+livrearbitrio+para+o](http://www.migalhas.com.br/Quentes/17,MI140593,91041-Juiz+nega+indenizacao+a+exfumante+e+diz+que+ha+livrearbitrio+para+o)

<sup>229</sup> Ac. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, de 08/04/2011.

<sup>230</sup> RICARDO MAFFEIS MARTINS, “O novo CPC e a indústria do dano moral”, disponível em <http://alfonsin.com.br/o-novo-cpc-e-a-industria-do-dano-moral>.

O código ao estabelecer regras próprias ao Dano Moral cria uma forma de combater litígios irresponsáveis e, como diz Luiz Dellore, “*no varejo*”<sup>231</sup>. Explica o autor, que esse fato surge pelo reiterado número de ações que se perpetuam na justiça brasileira. Diz ainda que com o acesso à justiça facilitado através de Juizados Especiais, por tratar de causas de menor porte, e a massificação das relações de consumo, além de um quantitativo expressivo de advogados ávidos para ingressar com ações, o Dano Moral explodiu no Brasil<sup>232</sup>.

Com efeito, a malha judiciária se viu sobrecarregada com o alto número de ações que eclodiram a respeito deste tema. O código, ao primar pela celeridade e eficiência coloca a princípio óbice às ações aventureiras fruto da indústria do Dano Moral.

Bem assevera Ricardo Maffeis Martins ao dizer o seguinte:

No médio e longo prazo, tais medidas beneficiarão não apenas as empresas, que deverão enfrentar um número bem menor de ações movidas por aventureiros, mas os próprios autores de pedidos sérios de danos morais. Ao separar o joio do trigo, os juízes poderão dar a devida atenção a cada processo e arbitrar, quando o caso, a justa indenização devida<sup>233</sup>.

Nesse sentido, entendemos como ponto positivo aos limites ao ressarcimento do Dano Moral o ganho de eficiência e celeridade que serão obtidos com a diminuição do número de ações temerárias, ingressadas unicamente com o objetivo de se auferir lucro através do judiciário.

Assim, em conjunto com a celeridade e eficiência, dizemos que há também o benefício no sentido de obstar os pedidos irresponsáveis de dano moral<sup>234</sup>. O que, segundo a lição anterior de Ricardo Maffeis Martins, acaba por

---

<sup>231</sup> LUIZ DELLORE, “*Novo CPC e o pedido de indenização: fim da indústria do dano moral*”, disponível em (<https://jornalggn.com.br/noticia/novo-codigo-de-processo-civil-e-os-pedidos-de-indenizacao-por-dano-moral-por-luiz-dellore>).

<sup>232</sup> LUIZ DELLORE, “*Novo CPC e o pedido de indenização: fim da indústria do dano moral*”, disponível em (<https://jornalggn.com.br/noticia/novo-codigo-de-processo-civil-e-os-pedidos-de-indenizacao-por-dano-moral-por-luiz-dellore>).

<sup>233</sup> RICARDO MAFFEIS MARTINS, “*O novo CPC e a indústria do dano moral*”, disponível em (<http://alfonsin.com.br/o-novo-cpc-e-a-industria-do-dano-moral>).

<sup>234</sup> LUIZ DELLORE, “*Novo CPC e o pedido de indenização: fim da indústria do dano moral*”, disponível em (<https://jornalggn.com.br/noticia/novo-codigo-de-processo-civil-e-os-pedidos-de-indenizacao-por-dano-moral-por-luiz-dellore>).

possibilitar a atenção do magistrado em cada processo e, conseqüentemente, atribuir uma indenização mais adequada e justa<sup>235</sup>.

No seguimento dos benefícios, Luiz Dellore, diz que o fato de termos um valor expresso na ação e que se adequa a realidade jurisdicional praticada, levará as partes a perderem o interesse recursal quando se atinja o objetivo pretendido inicialmente ou quando se alcance algo muito próximo. Evitando, segundo o autor “*recursos esdrúxulos*”<sup>236</sup> em que a parte deixava a critério do juízo estabelecer o valor do dano<sup>237</sup>.

Atribuímos também a esse ponto, a sucumbência recíproca como forma de limitação ao ressarcimento do Dano Moral porquanto as partes deixarão de ingressar com ações com valores vultosos, logo, não se utilizando de recursos para se chegar à soma pedida.

Explico. A parte que antes ingressava em uma ação de indenização por Dano Moral quantificava genericamente o valor do dano, no entanto, atribuindo somas elevadíssimas a este. Ao passo que entendemos existir a sucumbência recíproca no processo de Dano Moral, as partes em virtude de terem que pagar em parte aquilo que foi vencida e no que venceu, sobreponderará o ônus da sucumbência.

Com efeito, ao não ingressar com ações requerendo uma reparação assustadora, tão somente agora com base na realidade jurisdicional, as chances de não se utilizar do recurso serão maiores. Pois aquando das ações com altos volumes financeiros, comum era o magistrado arbitrar em valores indenizatórios num *quantum* menor.

Superada essa questão, Alexandre Freitas Câmara ainda afirma que os limites ao ressarcimento do dano moral no tocante ao valor da causa traz como benefício a maior proteção acerca do contraditório. Isso porque, segundo o autor, “*a formulação de pedido genérico nas demandas de compensação por danos morais gera uma inadmissível limitação ao princípio do contraditório*”<sup>238</sup>.

<sup>235</sup> RICARDO MAFFEIS MARTINS, “O novo CPC e a indústria do dano moral”, disponível em (<http://alfonsin.com.br/o-novo-cpc-e-a-industria-do-dano-moral>).

<sup>236</sup> LUIZ DELLORE, “Novo CPC e o pedido de indenização: fim da indústria do dano moral”, disponível em (<https://jornalggn.com.br/noticia/novo-codigo-de-processo-civil-e-os-pedidos-de-indenizacao-por-dano-moral-por-luiz-dellore>).

<sup>237</sup> LUIZ DELLORE, “Novo CPC e o pedido de indenização: fim da indústria do dano moral”, disponível em (<https://jornalggn.com.br/noticia/novo-codigo-de-processo-civil-e-os-pedidos-de-indenizacao-por-dano-moral-por-luiz-dellore>).

<sup>238</sup> ALEXANDRE FREITAS CÂMARA, “O Novo Processo Civil Brasileiro”, 1ª ed., 2015, p. 192.

Explica ainda que ao permitirmos que o dano seja formulado com valor genérico somente estaríamos, em sede de contestação, discutindo se o dano é indenizável. Do contrário, se o valor indenizatório vier expresso na peça inicial oferece a oportunidade do réu contestar com base na inexistência do dano a ser compensado e também “*na eventualidade de se reconhecer tal dano, ser exagerado o valor pretendido pelo demandante*”<sup>239</sup>.

A defesa, caso o valor fosse genérico, só aconteceria no segundo grau de jurisdição através de recurso por parte do réu para minorar o valor que só ficou conhecido com a prolação da sentença<sup>240</sup>.

Assim, ao instituir o valor expresso na ação, o novo código traz como benefício à parte-ré a ampla garantia ao contraditório, destacando-se este benefício aos limites ao ressarcimento do Dano Moral.

Não obstante tenhamos colacionado benefícios que os limites ao ressarcimento do dano moral trouxe, cabe a nós terceiros algumas considerações que podem implicar em eventuais prejuízos às garantias do direito do consumidor. Assim, continuo.

Ao dizer que o Novo Código oferece uma forma de impor limites ao ressarcimento do dano moral, queremos dizer que o *Códex* coloca impeditivos para obstar o elevado número de ações que, como dissemos, são esdrúxulas ou tem apenas o interesse à reparação moral subsidiário ao interesse financeiro. Entretanto, ao criar mecanismos de defesa para o tema podemos concluir que seu efeito contrário pode ser a banalização da violação moral<sup>241</sup>. Isso porque, antevendo maior dificuldade para se ingressar com todo e qualquer tipo de ação de cunho indenizatório moral, as empresas e fornecedores podem ser estimuladas a praticar o dano sem receio de serem penalizadas na via jurisdicional.

De outro modo, a vítima de lesão decorrente do abalo moral também é desestimulada a ingressar com ação em detrimento do risco de perder até mais do que se ganharia numa causa de reparação por dano moral.

---

<sup>239</sup> ALEXANDRE FREITAS CÂMARA, “O Novo Processo Civil Brasileiro”, 1ª ed., 2015, p. 192.

<sup>240</sup> ALEXANDRE FREITAS CÂMARA, “O Novo Processo Civil Brasileiro”, 1ª ed., 2015, p. 192.

<sup>241</sup> Neste sentido, LUCAS CORREIA DE LIMA, “O enunciado 14 do ENFAM e suas controvérsias”, disponível em (<https://jus.com.br/artigos/48133/o-enunciado-14-do-enfam-e-suas-controversia>) defende em seu texto existir controvérsias acerca do Enunciado 14 do ENFAM.

Agarrando-se no exemplo citado outrora, imaginemos que o requerente solicitou os mesmos R\$ 50.000,00 reais a título de reparação pelo dano moral e ao arbitrar a indenização o magistrado proferiu sentença no valor de R\$ 5.000,00 mil reais. Aumentando-se a porcentagem dos honorários advocatícios para 15%, uma vez que os honorários serão fixados entre o mínimo de dez e o máximo de vinte por cento (art. 85 § 2º, NCPC), o valor a ser pago ao advogado da parte adversa seria de R\$ 6.750,00 reais (15% de R\$ 45.000,00 reais, em razão do proveito econômico da outra parte), sendo maior que sua própria indenização.

Note, através desse contexto, que a parte agora pensará inúmeras vezes antes de se socorrer através do sistema judiciário. Em consequência, poderemos ter algumas ações com um bom direito que deixarão de ser interposta pelo receio da parte em recair em prejuízo.

No caso da parte entender ser devida a ação, outro prejuízo que poderá sofrer é demandar um *quantum* indenizatório cada vez menor em razão do prejuízo que poderá sofrer ou para tentar se encaixar no âmbito do Juizado Especial, comumente mais ágil se comparado a Justiça Comum Estadual.

Assim, embora o Novo Código de Processo traga benefícios à questão, devemos estar atentos para os eventuais prejuízos que os consumidores poderão sofrer com o advento das limitações ao ressarcimento do Dano Moral. Em que pese tenha sido feito esse estudo e levantada hipóteses de benefícios e eventuais prejuízos, além de tudo que foi dito anteriormente na construção deste tema, passamos então as conclusões finais para firmarmos, principalmente, o posicionamento sobre se essas mudanças serão uma mais valia para as relações de consumo ou será um retrocesso para às garantias dos consumidores.

## **6. CONCLUSÃO**

Passamos agora, de forma objetiva, a tratar das conclusões que o tema nos propõe.

De início tratamos das características do Dano Moral em seus aspectos mais relevantes. Neste capítulo podemos aprender o funcionamento do Dano Moral e conhecer a incidência do abalo moral no direito brasileiro. Em relação a prova do dano e os critérios de quantificação foi fundamental seu estudo para

desenvolvermos o capítulo final, que vem estabelecer um valor *expresso* para o Dano Moral, em caminho contrário ao Código de Processo de 1973.

Assim, vimos ainda à natureza jurídica da indenização do dano moral. Tal momento é importante para conhecermos os critérios que o magistrado pode adotar ao atribuir a responsabilização civil do agressor. Com isso, abrimos margem ao pensamento sobre a necessidade de se impor uma pena ao ofensor para que não recaia em novas condutas. Acreditando, dessa forma, que a natureza jurídica do dano moral deve observar o caráter compensatório, punitivo e pedagógico para o bem da sociedade e, principalmente do consumidor.

No capítulo seguinte dessa construção, reafirmamos o conjunto introdutório ao passo que estudamos a título de comparação o Direito Português. Entendemos que é válida essa imersão no direito de Portugal, pois temos o gene jurídico português. Alguns conceitos podem ser desenvolvidos no Direito Brasileiro, tal qual a gravidade do dano que pode servir de fonte para obstar algumas ações que seriam consideradas mero aborrecimentos.

Em suma, nessa parte geral da tese fizemos o alicerce do estudo do Dano Moral para entendermos a imersão do assunto na doutrina e na jurisprudência, não recaiando apenas na limitação ao seu ressarcimento. É, portanto, como qualquer estudo que parte do âmbito geral para o específico.

Passando-se adiante, alcançamos algumas conclusões. Assim, relativamente ao que tratamos do Novo Código de Processo Civil entendemos que seu espírito traz mudanças que aduzem, principalmente, a celeridade e eficiência dos novos mecanismos processuais.

Temos que considerar seus vários pontos positivos, dessa forma é que acerta ao proteger os princípios constitucionais fonte primária de todos os direitos *infraconstitucionais*, ao dar autonomias ao magistrado para que possa reger o processo de forma mais objetiva, ao criar uma nova sistematização no âmbito dos recursos, fomentar as formas alternativas de resolução de conflitos e criar um mecanismo para facilitar a resposta dos processos de massa e mesmo direito material.

Entende-se por essa razão, que o código buscou dinamizar o processo enrijecido e que não se encontrava em consonância com a realidade fático-jurídica brasileira.

Em alternativa, o Código também impõe limites que colaboram para desenvolver esse sonhado processo ágil e eficaz. Nesse sentido, desenvolvemos com especial atenção acerca dos limites ao ressarcimento do Dano Moral. Para nós, restou claro que o objetivo do legislador foi, novamente, estimular o processo aquando das ações que sobrecarregaram o judiciário com pedidos bizarros e resultam em sua morosidade.

Ao entendemos que o Código de Processo Civil na sua atualidade vem corrigir esse problema, dizemos que a principal inovação do código nesse aspecto é estabelecer o valor *expresso* da causa nas ações de Dano, incluindo-se a respectiva ao Dano Moral.

Assim, ao atribuir o valor expresso da causa obriga a parte a conhecer a realidade jurídica e quantificar adequadamente a ação de reparação pelo Dano Moral. A doutrina nos chamou atenção inúmeras vezes para “o fim dos pedidos irresponsáveis” ou “fim da indústria do dano moral”. Aqui, também entendemos dessa forma, pois, como reflexo, as ações tenderão a buscar adequação com a realidade jurídica encontrada. Isso faz com que o processo envolvendo a reparação e, consequente, indenização pelos danos morais não seja baseado em previsões como ocorria anteriormente ao Novo Código.

Com efeito, a determinação do art. 292, V, somada ao art. 85, § 6º e o art. 86, ambos do Novo Código, faz com que o objetivo da súmula 326 do STJ não mais se mostre viável na realidade brasileira.

Entendemos desta forma, pois ao analisarmos a súmula na época do seu surgimento o contexto do Código de Processo Civil possibilitava as partes estabelecerem valores genéricos para a causa do Dano Moral. Não obstante, as partes eram protegidas porquanto não podiam contar com a sorte de suas estimativas em relação ao *quantum* indenizatório serem abraçadas pelo magistrado que decidia o processo através dos seus critérios subjetivos. Assim, para a defesa das partes a súmula dizia não ser cabível a sucumbência recíproca nas ações de indenização de cunho moral.

Ocorre que, por existência dessa súmula, o número de casos absurdos e de ações com altos valores com a intenção de auferir lucro através do judiciário resultou no que ficou conhecido como Indústria do Dano Moral. Em que pese o Dano moral era visto como fonte de Lucro para as partes.

Por isso, ao firmar que as partes devem conhecer previamente o valor indenizatório que se quer alcançar, fugimos da realidade que era encontrada na antiga súmula 326 do STJ. Agora, diferente do contexto sumular, as partes devem buscar na jurisprudência e através dos critérios de quantificação do Dano Moral a resposta para o exato valor que se quer atingir.

Com efeito, a súmula deverá deixar de existir uma vez que não mais é a realidade de previsões antes existente. No mais, se defendêssemos sua continuação, o prejuízo para o consumidor e aqueles com o bom direito seriam tamanho a ter que enfrentar a morosidade do judiciário pelo alto volume de casos de Dano Moral.

Consequentemente a intenção do legislador ao estabelecer o valor expresso na ação é modificar o cenário que exista na vigência da súmula e não se podendo assim acreditar que sua continuação não esbarraria no desejo de se obter celeridade às ações.

Continuamos a defender esse assunto, pois os efeitos que decorrem do valor expresso e da derrocada da súmula impõe limite ao ressarcimento do dano moral do ponto de vista da sucumbência recíproca. Agora, as partes terão cuidado ao estabelecer o valor da causa e não mais adentrarão ao judiciário com altas quantias e sem qualquer limite em caso de perda. O processo nos leva a crer que essa imposição, aduz para uma nova realidade onde a parte poderá sofrer prejuízos decorrentes do processo, caso venha a querer se beneficiar de forma torpe.

Em outras palavras, aqueles que antes visavam o judiciário como fonte de lucro agora terá na sucumbência recíproca um fator determinante para obstar estimativas exageradas, uma vez que poderá sofrer com o pagamento do proveito econômico obtido pela outra parte caso não atinja o valor pedido na ação.

Ainda relativamente a sucumbência dizemos que o código modifica e acerta ao dizer que, sendo os honorários devidos ao advogado e constituindo natureza alimentar, não podem ser mais compensados. O que, de certa forma, auxilia a aumentar os riscos das partes aventureiras no processo.

Seguindo em frente, ao analisarmos o valor expresso do dano com a sucumbência recíproca, entendemos que ambos causam uma limitação no interesse recursal das partes. Explicamos em razão de dois pensamentos:



primeiro, a parte deverá se adequar a realidade jurídica e aos valores constantes nas jurisprudências. Segundo, porque com a sucumbência recíproca a parte que demanda valores vultosos poderá recair em prejuízo caso não seja atendida. Desses dois pensamentos depreende-se que os valores das causas serão factíveis e com um montante menor em razão da mitigação de riscos, assim, se temos valores que traduzem a prática forense e risco de prejuízo no processo com a sucumbência recíproca, entendemos que as partes estão condicionadas a demandar ações justas, razoáveis e precisas, logo, dificilmente se utilizarão de recursos para combater o que anteriormente já foi analisado ao ingressar com a ação e se encontra consoante a jurisprudência.

De outro modo, o efeito do valor expresso da causa estudado em relação a sucumbência traz *implicitamente* limites ao ressarcimento do dano moral em razão da competência do órgão julgador. Novamente, dizemos que dificilmente teremos ações com grandes volumes monetários (excetuado alguns casos, no entanto, na relação do consumo do dia-a-dia dificilmente). Isso porque, além dos efeitos negativos da sucumbência recíproca, as partes condicionarão o processo a competência do órgão julgador.

Como vimos, o Juizado Especial Cível sofre limitação em relação ao valor da causa que será de sua alçada. Assim, as partes com os riscos da sucumbência e com a elevada morosidade da Justiça Estadual Comum deixará de demandar somas volumosas em razão dos riscos e da morosidade.

Portanto, entendemos que há benefícios ao judiciário quando menos ações incabíveis serão protocoladas. Por essa razão, encontraremos um judiciário com uma sobrecarga menor e que estará apto a analisar de forma acurada as demandas. Recaindo-se, neste sentido, uma melhor análise sobre o direito das partes, o que por sua vez levará a respostas ágeis e em harmonia com a realidade jurídica e dos fatos.

Como vimos – e agora ratificamos – ao estabelecer o valor expresso na ação o legislador possibilita o completo exercício do contraditório do suposto réu. Isso se explica em virtude de que na ação a parte poderá fazer sua defesa em matéria do Dano Moral e também em relação ao valor do *quantum* indenizatório. Isso possibilitará, por exemplo, concordar em dizer que efetivamente lesou a outra parte, no entanto, não concorda com o valor expresso do pedido.

Possibilitando o acréscimo ao contraditório e a ampla defesa já no primeiro grau e não somente em fase de apelação.

Entendemos dessa forma que os limites ao ressarcimento do Dano Moral traz efeitos aos consumidores, pois, como vimos, são os seus principais utentes. Contudo, fazemos aqui duas ressalvas para que esses limites não sejam um prejuízo as garantias ao longo do tempo conquistadas no Direito do Consumo.

Sendo assim, dizemos que devemos ter atenção para que não estejamos diante da situação em que passemos de ser a Indústria do Dano Moral para teorizar a banalização do dano moral. Em outras palavras, tornar comum a lesão do dano moral por existir limitações que impedem o uso desenfreado desse instituto<sup>242</sup>.

Noutro sentido, devemos ter cuidado com o menor número de demandas, pois dentre estas poderão se perder direitos garantidos pelo ordenamento jurídico. Assim, uma vez que o consumidor tenha sofrido efetivo prejuízo moral não deverá temer o poder judiciário em razão das limitações impostas com o Novo Código.

Como dissemos, o atual processo visa justamente garantir benefícios ao consumidor em virtude de promover a celeridade e eficiência no processo. O valor da ação, a sucumbência recíproca, a perda do interesse recursal, os limites em razão da competência, só serão um prejuízo para aqueles que por tanto tempo se utilizaram do judiciário para obter vantagens pecuniárias.

Neste mesmo sentido, não se pode temer a lentidão e morosidade da Justiça Estadual Comum ou mesmo creditar um valor menor para o dano com receio dos seus efeitos. Novamente, entendemos que o magistrado estará atento aos critérios de quantificação do dano e, se devido, será alcançável.

Entende-se também que o consumidor que vier a sofrer efetivamente a lesão ao bem juridicamente tutelado na esfera moral não deixará de ser amparado pelo Código de Defesa do Consumidor. Assim, os limites ao ressarcimento do dano moral não introduzirá mitigação aos seus direitos, pois o Poder Judiciário na análise casuística dos fatos e/ou através do acervo

---

<sup>242</sup> Acredito, no entanto, que as relações de consumo são diversificadas e pesam sobre esta a concorrência de tantas outras empresas na mesma área. Assim, o bom exemplo e cuidado relativo aos consumidores sempre serão o norte para que as empresas cresçam e continuem existindo no mercado. Dessa forma, uma vez tornando comum a agressão moral, as empresas que assim o fizer logo deixarão de serem aceitas no mercado.

probatório juntando ao processo poderá garantir a tutela jurisdicional relativa ao Dano Moral, somente afastando pretensões descabidas ou absurdas.

Por serem estas as considerações, entendemos aqui que o Novo Código de Processo Civil traz em seu espírito de celeridade e eficiência uma ferramenta que oportuniza os limites ao ressarcimento do Dano Moral. Por essa razão, podemos entender que as limitações hoje existentes não são uma forma de mitigação às garantias conquistadas pelo consumidor. Somente se traduzirá em efetivo prejuízo ao Direito do Consumo se passarmos a acreditar que aqueles que possuem direito material sólido não devem ingressar com a ação de reparação de cunho indenizatório moral por temer os seus efeitos negativos ou criarmos a Banalização da violação moral.

Do contrário, acreditamos que as mudanças podem beneficiar o consumidor ao ter seu processo mais acurado pelo magistrado, evitando-se também a lentidão e sobrecarga do judiciário com inúmeras ações sem propósito.

Por fim, como entendemos, o Código Processual fornece uma importante ferramenta para pôr fim a cultura desenfreada em relação ao pedido de ressarcimento em relação aos Danos Morais. Não obstante, os pensamentos que aqui foram expostos podem ser utilizados pela doutrina e jurisprudência de forma a materializarmos na prática jurídico-forense os limites ao ressarcimento dos danos morais como forma de se obter as vantagens reconhecidas no corpo desta tese.

## REFERÊNCIA

ABREU, ELIZABETH DE ALMEIDA, “*A arbitragem de consumo no direito brasileiro*”, Lisboa: Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa, julho de 2014, p. 90; 92.

AGUIAR, Adriana, “*Justiça nega pedidos de danos morais considerados absurdos*”, Revista Valor, novembro de 2014. disponível em ([alfonsin.com.br/justia-nega-pedidos-de-danos-morais-considerados-absurdos/](http://alfonsin.com.br/justia-nega-pedidos-de-danos-morais-considerados-absurdos/))

ALBERTO BITTAR, CARLOS, “*Pode a Coletividade sofrer dano moral?*”. Disponível em (<http://www.buscalegis.ufsc.br/revistas/files/anexos/6922-6921-1-PB.html>).

ALVIM, Agostinho, “*Da inexecução das obrigações e suas consequências*”. São Paulo: Saraiva, 1980, p. 220-221.

ALVIM, José Eduardo Carreira, “*Código de Processo Civil Reformado*”, Belo Horizonte: Editora Del Rey, 1995, p. 145.

AMARAL, Carlos Eduardo Rios do, “*Com novo CPC, ação de dano moral deixa de ser porta de esperança*”, Revista Consultor Jurídico, 29 de abril de 2015. disponível em ([www.conjur.com.br/2015-abr-29/carlos-amaral-ncpc-dano-moral-deixa-porta-esperanca](http://www.conjur.com.br/2015-abr-29/carlos-amaral-ncpc-dano-moral-deixa-porta-esperanca)).

AMORIM, Pedro Vellasco Azevedo de, “*Do valor da causa em ação de reparação por danos morais no novo CPC*”, Escritório Vellasco, Velasco & Simonini Advogados: agosto de 2016, disponível em ([www.vvs.adv.br/artigos-juridicos/do-valor-da-causa-em-ao-de-reparao-por-danos-morais-no-novo-cpc](http://www.vvs.adv.br/artigos-juridicos/do-valor-da-causa-em-ao-de-reparao-por-danos-morais-no-novo-cpc)).

ANDRADE, André Gustavo Corrêa, “*Dano moral e indenização punitiva*”, 1ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2006. p. 171.

ARAÚJO FILHO, Raúl, “*Punitive damages e sua aplicabilidade no Brasil*”, Superior Tribunal de Justiça: doutrina, edição comemorativa, 25 anos, Brasília: Superior Tribunal de Justiça, 2014, p. 327-345.

BARBOSA, Eduardo Lemos, “*Advogado pode fazer pedido genérico de indenização quando não puder fixar valor*”, Revista Consultor Jurídico, abril de 2016. disponível em ([www.conjur.com.br/2016-abr-09/eduardo-barbosa-advogado-pedido-generico-indenizacao](http://www.conjur.com.br/2016-abr-09/eduardo-barbosa-advogado-pedido-generico-indenizacao)).

BARBOSA, Eduardo Lemos, “*O novo CPC e as indenizações*”, Revista Justiça em Foco, Brasília, abril de 2016, disponível em ([justicaemfoco.com.br/desc-noticia.php?id=113995](http://justicaemfoco.com.br/desc-noticia.php?id=113995)).

BASSAN, Marcela Alcazas, “*As funções da indenização por danos morais e a prevenção de danos futuros*”, São Paulo: USP, 2009, pág. 72.

BASTOS, Celso Ribeiro; MARTINS, Ives Gandra, “*Comentários à Constituição do Brasil*”, vol. 1, São Paulo: Saraiva, 1988, p. 349-350.

BERNARDO, Wesley de Oliveira Louzada, “*Dano Moral: critérios de fixação de valor*”, Rio de Janeiro: Renovar. 2005, p. 162.

BITTAR, Carlos Alberto, “*Reparação civil por danos morais*”, 3ª ed. São Paulo: RT, 1999, p. 233-235.

BITTAR, Carlos Alberto, “*Reparação Civil por danos morais*”, 3ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1998, p. 265.

BRANDÃO, Gorette, “*Recursos são extintos e multas sobem para quem recorrer apenas para adiar decisões*”, Agência Senado, dezembro de 2014, disponível em (<http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2014/12/17/recursos-sao-extintos-e-multas-sobem-para-quem-recorrer-apenas-para-adiar-decisoes>).

BRASIL, “*Conselho Nacional de Justiça: Relatório Justiça em Números 2016 (ano base 2015)*”, disponível em (<http://www.cnj.jus.br/programas-e-acoess/pj-justica-em-numeros>).

BUENO, Cássio Scarpinella, “*Manual de direito processual civil: Baseado no Novo Código de Processo Civil*”, 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2016, pág. 304.

CABRAL, Antônio do Passo; e CRAMER, Ronaldo, “*Comentários ao Novo Código de Processo Civil*”, 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016, p. 454.

CABRAL, Marcelo Malizia, “*Os meios alternativos de resolução de conflitos: instrumentos de ampliação do acesso à justiça*”, Porto Alegre: Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, Departamento de Artes Gráficas, 2013, p. 58.

CABRAL, Trícia Navarro Xavier, “*Poderes do juiz no novo CPC*”, Revista de Processo, nº 208, Editora Revista dos Tribunais: 2012, p. 288-289.

CAHALI, Yussef Said, “*Dano moral*”, 3ª ed., São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005, p. 256.

CÂMARA, Alexandre Freitas, “*O Novo Processo Civil Brasileiro*”, 1ª ed. São Paulo: Atlas, 2015, p. 192.

CAMPELO FILHO, Francisco Soares, “*Exigência de valor da causa em ação de dano moral é inconstitucional*”, Revista Consultor Jurídico, setembro de 2016, disponível em ([www.conjur.com.br/2016-set-23/exigencia-valor-causa-acao-dano-moral-inconstitucional#\\_edn3](http://www.conjur.com.br/2016-set-23/exigencia-valor-causa-acao-dano-moral-inconstitucional#_edn3)).

CARVALHO, Jorge Morais, “*Manual de Direito do Consumo*”, 3ª ed. Lisboa: Almedina: 2016, p. 13-14.

CASILLO, João, “*Dano à pessoa e sua indenização*”, 2ª ed. São Paulo: RT, 1994, p. 83.

CAVALIERI FILHO, Sérgio, “*Programa de responsabilidade civil*”, São Paulo: Atlas, 2008, p. 71.

CAVALIERI FILHO, Sérgio, “*Programa de responsabilidade civil*”, 8ª ed., São Paulo: Atlas, 2009, p. 80.

CAVALIERI FILHO, Sérgio, “*Programa de responsabilidade civil*”, 6ª ed. São Paulo: Malheiros, 2005, p. 24 e p. 103

COELHO, Fábio Ulhøa, “*Curso de Direito Civil*”, 2ª ed., São Paulo: Saraiva, 2005, p. 432.

CORDEIRO, António Menezes, “*Tratado de Direito Civil Português - Parte Geral*”, Tomo I, ed. 3ª. Almedina: 2005, p. 389.

COSTA, Lara Lobo, “Os efeitos do novo cpc no código de defesa do consumidor”, Revista Digital Jota, 24 de março de 2016, disponível em ([jota.info/artigos/os-efeitos-do-novo-cpc-no-codigo-de-defesa-do-consumidor-24032016](http://jota.info/artigos/os-efeitos-do-novo-cpc-no-codigo-de-defesa-do-consumidor-24032016)).

COSTA, Mário Júlio de Almeida, “*Direito das Obrigações*”, 7ª ed. Coimbra: Almedina, 1998, p. 521.

DEFILNO, Lúcio; e Diego Crevelin de Sousa, “A derrocada do enunciado sumular 326 do Superior Tribunal de Justiça”, Revista Consultor Jurídico, setembro de 2016, disponível em ([www.conjur.com.br/2016-set-05/derrocada-enunciado-sumular-326-superior-tribunal-justica](http://www.conjur.com.br/2016-set-05/derrocada-enunciado-sumular-326-superior-tribunal-justica)).

DELLORE, Luiz, “Novo CPC e o pedido de indenização: fim da indústria do dano moral”, Jornal GGN, 23 de fevereiro de 2016, disponível em (<https://jornalggn.com.br/noticia/novo-codigo-de-processo-civil-e-os-pedidos-de-indenizacao-por-dano-moral-por-luiz-dellore>).

DINIZ, Maria Helena, “*Curso de Direito Civil Brasileiro: Responsabilidade Civil*”, vol. 7, São Paulo: Saraiva, 1999, p. 55.

DINIZ, Maria Helena, “*Curso de Direito Civil Brasileiro: Responsabilidade Civil*”, Vol. 7, São Paulo: Saraiva, 2006, p. 94-96.

DUARTE, Zulmar, “*Comentários ao CPC de 2015: Parte Geral*”, São Paulo: Método, 2015, p. 844.

ESCOLA NACIONAL DE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE MAGISTRADOS, “*Enunciado nº 14*”, disponível em (<http://www.enfam.jus.br/wp-content/uploads/2015/09/ENUNCIADOS-VERS%C3%83O-DEFINITIVA-.pdf>).

FARIA, Jorge Leite Areias Ribeiro de, “*Direito das Obrigações*”, vol. 1. Coimbra: Almedina, 2003, p. 486; 490.

FIGUEIREDO, Lucy, “*Curso de Direito*”, Universidade Estácio de Sá: 2012, p. 01.

FILOMENO, José Geraldo Brito, “*Atualidade do direito do consumidor no Brasil: 20 anos do código de defesa do consumidor, conquistas e novos desafios*”, *Cognitio Juris*, João Pessoa, Ano I, Número 1, abril 2011. Disponível em (<http://www.cognitiojuris.com/artigos/01/01.html>).

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodrigo, “*Novo Curso de Direito Civil*”, 2ª ed., vol. 3, São Paulo: Saraiva, 2004, p. 55; 62-63; 87.

GASTALDI, Suzana, “*Direitos difusos, coletivos em sentido estrito e individuais homogêneos: conceito e diferenciação*”, Rio Grande do Sul: Âmbito Jurídico, XVII, nº 120, janeiro de 2014, disponível em ([http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=14164](http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=14164)).

GONÇALVES, Carlos Roberto, “*Direito Civil Brasileiro: Responsabilidade Civil*”, vol. 4. São Paulo: Saraiva, 2011, p. 397-406; 677-678

GONÇALVES, Carlos Roberto, “*Direito Civil Brasileiro: Responsabilidade Civil*”, 5ª ed., São Paulo: Saraiva, 2010, p. 377.

GRINOVER, Ada Pellegrini, “*Código Brasileiro de Defesa do Consumidor comentado pelos autores do anteprojeto*”, 8ª ed., São Paulo: Forense Universitária, 2004, p. 521.

GRINOVER, Ada Pellegrini, “*Os métodos consensuais de solução de conflitos no Novo Código de Processo Civil*” *Redação Jornal Estado de Direito*, 2015, disponível em (<http://estadodedireito.com.br/conflitosnonovo>).

JONES, Glower, “*Punitive Damages as an arbitration remedy*”, vol. 4, Geneve: *Journal of international arbitration*, 1987, p. 38.

KLEE, Antônia Espíndola Longoni, “*A unificação do direito privado e as relações entre o código de defesa do consumidor e o código civil*”, *Revista CEJ*, ano XI, nº 39, Brasília, 2007, disponível em (<http://www.cjf.gov.br/revista/numero39/artigo08.pdf>).

LAMACHIA, Claudio Pacheco Prates, “*Novo Código de Processo Civil Anotado: Anotações aos artigos 82 a 97*”, Porto Alegre: OAB-RS, 2015, p. p. 112.

LIMA, Lucas Correia de, “*O enunciado 14 do ENFAM e suas controvérsias*”, *Revista Jus Navigandi*, ano 21, nº 4781, agosto de 2016, disponível em (<https://jus.com.br/artigos/48133/o-enunciado-14-do-enfam-e-suas-controversias>)

LIMA, Stephane, “*Agravo Interno e Agravo em Recurso Especial e Extraordinário: Meios de Impugnações das decisões proferidas pelos relatores no Novo CPC/15*”, *Revista Eletrônica Direito Diário*, 21 de janeiro de 2016, disponível em (<http://direitodiario.com.br/>).

LIPPERT, Marcia Mallmann, “*A empresa no Código Civil: elemento de unificação do direito privado*”, São Paulo: *Revista dos Tribunais*, 2003, p. 154.

LONGO, Luís Antônio, “*Novo Código de Processo Civil Anotado: Anotações aos artigos 369 a 380*”, Porto Alegre: OAB-RS, 2015, p. 309.

MACHADO, Rafael, “*Sumbência e danos morais: existe conflito entre a súmula 326 do STJ e o art. 292, V, do Novo CPC?*”, Jusbrasil, maio de 2016, disponível em (<https://rms1986.jusbrasil.com.br/artigos/337991000/sucumbencia-e-danos-morais-existe-conflito-entre-a-sumula-326-do-stj-e-o-art-292-v-do-novo-cpc>)

MARINONI, Luiz Guilherme e ARENHART, Sergio Cruz, “*Curso de Processo Civil: Processo de Conhecimento*”, vol. 2. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2007 p. 243.

MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel, “*O Projeto do CPC – Críticas e propostas*”, São Paulo: RT, 2010, p. 15.

MARIOTTI, Eduardo, “*Novo Código de Processo Civil Anotado: Anotações aos artigos 994 a 1008*”, Porto Alegre: OAB-RS, 2015, p. 764-767.

MARTINS, Ives Gandra; MACHADO, Antônio Cláudio da Costa, “*Novo CPC retira direitos de advogados e partes*”, disponível em (<http://www.conjur.com.br/2012-set-13/cpc-poder-juizes-retira-direitos-advogados>).

MARTINS, Ricardo Maffei, “*O novo CPC e a indústria do dano moral*”, Jornal Valor Econômico, setembro de 2016, disponível em (<http://alfonsin.com.br/o-novo-cpc-e-a-industria-do-dano-moral/>).

MELLO, Celso Antônio Bandeira de, “*Curso de Direito Administrativo*”, 27<sup>a</sup> ed., São Paulo: Malheiros, 2010, p. 958-959.

MELLO, Rafael Corte, “*Novo Código de Processo Civil Anotado: Anotações aos artigos 806 a 810*”, Porto Alegre: OAB-RS, 2015, p. 557.

MELO, Nehemias Domingos de, “*Dano moral nas relações de consumo*”, 2<sup>a</sup> ed., São Paulo: Saraiva, 2012, p. 365.

MIGALHAS, “*Juiz dá bronca em homem que pretendia indenização por ser impedido de entrar em agência bancária*”, Abril de 2011, disponível em (<http://www.migalhas.com.br/Quentes/17,MI131124,41046-Juiz+da+bronca+em+homem+que+pretendia+indenizacao+por+ser+impedido+de>).

MIGALHAS, “*Juiz nega indenização a ex-fumante e diz que há livre-arbítrio para o vício*”, Setembro de 2011, disponível em ([www.migalhas.com.br/Quentes/17,MI140593,91041-Juiz+nega+indenizacao+a+exfumante+e+diz+que+ha+livrearbitrio+para+o](http://www.migalhas.com.br/Quentes/17,MI140593,91041-Juiz+nega+indenizacao+a+exfumante+e+diz+que+ha+livrearbitrio+para+o)).



MIGALHAS. “STJ define em quais situações o dano moral pode ser presumido”, disponível em (<http://www.migalhas.com.br/Quentes/17,MI158699,31047-STJ+define+em+quais+situacoes+o+dano+moral+pode+ser+presumido>).

MILHORANZA, Mariângela Guerreiro, “Novo Código de Processo Civil Anotado: Anotações ao artigo 324”, Porto Alegre: OAB-RS, 2015, p. 263.

MIRAGEM, Bruno, “Reflexos do novo Código de processo civil no direito do consumidor”, Revista Consultor Jurídico: 16 de março de 2016, disponível em ([www.conjur.com.br/2016-mar-16/garantias-consumo-reflexos-codigo-processo-civil-direito-consumidor](http://www.conjur.com.br/2016-mar-16/garantias-consumo-reflexos-codigo-processo-civil-direito-consumidor)).

MIRAGEM, Bruno. “Reflexos do novo Código de Processo Civil no Direito do Consumidor (2ª parte)”, Revista Consultor Jurídico: 13 de abril de 2016, disponível em ([www.conjur.com.br/2016-abr-13/garantias-consumo-reflexos-cpc-direito-consumidor-parte](http://www.conjur.com.br/2016-abr-13/garantias-consumo-reflexos-cpc-direito-consumidor-parte)).

MONTEIRO, PINTO, “Sobre a reparação dos danos morais”, Coimbra: Revista Portuguesa do Dano Corporal, ano 1, nº 1, 1992, p. 19.

MORAES, Maria Celina Bodin de, “Danos à pessoa humana: uma leitura civil-constitucional dos danos morais”, Rio de Janeiro: Renovar, 2009, p. 132-133; 260.

MORAES, Maria Celina Bodin de, “Danos à pessoa humana: uma leitura civil-constitucional dos danos morais”, Rio de Janeiro: Renovar, 2007. p. 145.

NORONHA, Fernando, “Direito das Obrigações: Fundamento do direito das obrigações”, vol. 1, São Paulo: Saraiva, 2003, p. 437.

PASSONI, Marcos Paulo; SILVEIRA, Fábio Guedes Garcia da, “Breve Abordagem sobre alguns princípios constantes no Projeto do novo Código de Processo Civil”, Revista de Processo, vol. 37, nº 211, 2012, p. 239.

PRIBERAM, “Dicionário Priberam da Língua Portuguesa: Dano”, disponível em (<https://www.priberam.pt/dlpo/dano>).

RAMOS, André de Carvalho, “A ação civil pública e o dano moral coletivo”, São Paulo: Revista dos Tribunais, nº 25, 1998, p. 82.

RANZOLIN, Ricardo, “Novo Código de Processo Civil Anotado: Anotações aos artigos 165 a 175”, Porto Alegre: OAB-RS, p. 166-167.

ROBERTO, Giordano Bruno Soares, “Introdução à história do Direito Privado e da codificação: uma análise do novo Código Civil”, Belo Horizonte: Del Rey, 2003, p. 5.

RODRIGUES, Sílvio, “Direito Civil: Responsabilidade civil”, 14ª ed., São Paulo: Saraiva, 1995, p. 191.

ROSA, João Pires da, “*Dano não patrimonial: quantificação*”, 24ª ed., Revista Portuguesa do Dano Corporal. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2013, p. 25-40.

SANTOS, Antônio Jeová, “*Dano Moral Indenizável*”, 4ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003, p. 44.

SANTOS, Paulo Junior Trindade dos, “*Novo Código de Processo Civil Anotado: Anotações ao artigo 311*”, Porto Alegre: OAB-RS, 2015, p. 251-252.

SERRA, Adriano Vaz, “*Reparação do dano não patrimonial*”, Portugal: Boletim do Ministério da Justiça, nº 83, 1959, p. 69-70.

SILVA, Caio Mário Pereira da, “*Responsabilidade civil*”, 9ª ed., Rio de Janeiro: Forense, 2002, p. 55

STOCO, Rui, “*Tratado de responsabilidade civil: doutrina e jurisprudência*”, 7ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007, p. 1714.

TALAMINI, Eduardo, “*Incidente de Resolução de demandas repetitivas (IRDR): Pressupostos*”, Revista Eletrônica Migalhas. Março de 2016, disponível em ([www.migalhas.com.br/dePeso/16,MI236580,31047-Incidente+de+resolucao+de+demandas+repetitivas+IRDR+pressupostos](http://www.migalhas.com.br/dePeso/16,MI236580,31047-Incidente+de+resolucao+de+demandas+repetitivas+IRDR+pressupostos)).

TARTUCE, Flávio; NEVES, Daniel Amorim Assumpção, “*Manual de direito do consumidor: direito material e processual*”, 2ª ed., São Paulo: Método, 2013, p. 34.

TELLES, Inocência Galvão, “*Direito das Obrigações*”, 6ª ed. Coimbra: Coimbra Editora, 2010, p. 375.

TEPEDINO, Gustavo, “*Código de Defesa do Consumidor, Código Civil e complexidade do ordenamento*”, Revista de Direito do Consumidor, vol. 14, nº 56. São Paulo: 2005, p. 9-11.

TESHEINER, José Maria Rosa, “*Sobre o Ônus da Prova: Estudos de direito processual civil*”, Luiz Guilherme Marinoni, coordenador, São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005, p. 3650.

THEODORO JÚNIOR, Humberto, “*Dano Moral*”, 7ª ed, Belo Horizonte: Editora Del Rey, 2010, p. 39.

THEODORO JUNIOR, Humberto, “*Novo Código de Processo Civil Anotado*”, 20ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016, p. 379.

TORRES, Artur, “*Novo Código de Processo Civil Anotado: Anotações ao artigo 1º ao 12º*”, Porto Alegre: OAB-RS, 2015, p. 22-30.

TORRES, Fábio, “O Novo CPC e a proteção do consumidor”, Editora MyLex, março de 2016, disponível em ([www.atualizacaoCDC.com/2016/03/o-novo-cpc-e-protecao-do-consumidor.html](http://www.atualizacaoCDC.com/2016/03/o-novo-cpc-e-protecao-do-consumidor.html)).

VARELA, João de Matos Antunes, “*Das obrigações em geral*”, 6ª ed. (reimp. da 10ª edição), vol. I, Coimbra: Almedina, 2000, p. 488; 525-526; 571; 617.

VECCHIATTI, Paulo Roberto Iotti, “*Inexistência de sucumbência recíproca no pedido de danos morais à luz do CPC/2015, que não superou a Súmula 326 do STJ*”, Empório do Direito, dezembro de 2016, disponível em ([emporiiododireito.com.br/tag/sumula-326-do-stj/#\\_ftn2](http://emporiiododireito.com.br/tag/sumula-326-do-stj/#_ftn2)).

VIAFORE, Daniele, “*Novo Código de Processo Civil Anotado: Anotações aos artigos 976 a 987*”, Porto Alegre: OAB-RS, 2015, p. 738.

WALD, Arnoldo, “*Curso de Direito Civil Brasileiro*”, São Paulo: Revista dos Tribunais, 1989, p. 407.

WEINGÄRTNER, Lis, “*Mediação é escolha alternativa para resolução de conflitos*”, Revista Justilex, ano VII, nº 76, abr. 2009, p. 13.

YOSHIKAWA, Eduardo Henrique de Oliveira, “*Valor da Causa no Novo CPC*”, Jornal Carta Forense, março de 2016, disponível em ([www.cartaforense.com.br/conteudo/artigos/valor-da-caoa-no-novo-cpc/16312](http://www.cartaforense.com.br/conteudo/artigos/valor-da-caoa-no-novo-cpc/16312)).

ZAMITH JÚNIOR, Carlos, “*Justiça aumenta rigor contra pedidos abusivos de dano moral*”, Diário de um juiz, agosto de 2011, disponível em ([www.diariodeumjuiz.com.br/?p=2537](http://www.diariodeumjuiz.com.br/?p=2537)).

ZUZA, Flávia Cristina, “*O novo CPC e você: Danos Morais. Escola Nacional da Magistratura de Goiás (vídeo)*”, Publicado em 31 de maio de 2016, disponível em (<https://www.youtube.com/watch?v=VdOBYU9Ca7Y>).

## **JURISPRUDÊNCIA**

### **SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

Agravo Interno no Recurso Especial nº 863.644, Julgado em 17 novembro de 2016, disponível em (<http://www.stj.jus.br>)

Agravo Regimental nº 301.765, de 16 de abril de 2013, disponível em ([https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=ITA&sequencial=1225466&num\\_registro=201300478110&data=20130503&formato=PDF](https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=ITA&sequencial=1225466&num_registro=201300478110&data=20130503&formato=PDF)).

REsp nº 1089993, de 18 de março de 2010, disponível em (<http://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/8576335/recurso-especial-resp-1089993-sp-2008-0197493-1-stj>).

REsp. *n*° 1.221.756, de 02 de fevereiro de 2012, disponível em ([http://www.mppe.mp.br/siteantigo/192.168.1.13/uploads/II6Lm36zdrblXMuYe2QNhw/EDzCvkE22-NRKWspRBBX0g/ACP-\\_banco\\_Ita-\\_Dano\\_Moral\\_coletivo.pdf](http://www.mppe.mp.br/siteantigo/192.168.1.13/uploads/II6Lm36zdrblXMuYe2QNhw/EDzCvkE22-NRKWspRBBX0g/ACP-_banco_Ita-_Dano_Moral_coletivo.pdf))

REsp. *n*° 1.189.050, 01 de março de 2016, disponível em ([https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=ITA&sequencial=1491127&num\\_registro=201000622004&data=20160314&formato=PDF](https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=ITA&sequencial=1491127&num_registro=201000622004&data=20160314&formato=PDF)).

REsp. *n*° 1.296.944, de 07 de maio de 2013, disponível em (<http://www.stj.jus.br>)

REsp. *n*° 1.534.559, de 22 de novembro de 2016, disponível em (<http://s.conjur.com.br/dl/recurso-especial-1534559.pdf>)

REsp. *n*° 494.867, de 26 de junho de 2003, disponível no Diário da Justiça de 29 de setembro de 2003, p. 247, em (<https://ww2.stj.jus.br/processo/pesquisa/?aplicacao=processos.ea>).

REsp. *n*° 969.097, de 20 de novembro de 2008, disponível em (<https://ww2.stj.jus.br/processo/pesquisa/?aplicacao=processos.ea>)

## **SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL**

RE *n*° 11786, de 07 de novembro de 1950, disponível em (<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=116970>).

RE *n*° 12.039, de 06 de agosto de 1948, disponível em (<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=586751>).

## **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

Ac. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo *n*° 434.01.2011.000327-2, de 08 abril de 2011, disponível em ([http://www.migalhas.com.br/arquivo\\_artigo/art20110415-01.pdf](http://www.migalhas.com.br/arquivo_artigo/art20110415-01.pdf)).

## **PORTUGAL<sup>243</sup>**

### **SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

Ac. do Supremo Tribunal de Justiça *n*° 078085, de 26 de junho de 1991.

Ac. do Supremo Tribunal de Justiça *n*° 381-2002.S1, 05 de novembro de 2009.

Ac. do Supremo Tribunal de Justiça *n*° 693/2002.C1.S1, de 24 d junho de 2010.

Ac. do Supremo Tribunal de Justiça *n*° 693/2002.C1.S1, de 24 de junho de 2010.

---

<sup>243</sup> Todas as decisões das jurisprudências de Portugal aqui referidas foram obtidas e podem ser encontradas em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt).

### **TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE COIMBRA**

Ac. do TRC *nº 1670/04*, de 11 de maio de 2004.

Ac. do TRC *nº 282/12.5*, de 18 de dezembro de 2013.

### **TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE LISBOA**

Ac. do TRL *nº 132.1996*, de 08 de outubro de 2009.

Ac. do TRL *nº 1667/10*, de 22 de novembro de 2012.

Ac. do TRL *nº 28/08.2*, de 01 de dezembro de 2015.

### **TRIBUNAL DE RELAÇÃO DO PORTO**

Ac. do TRP *nº 0530653*, de 10 de março de 2015.

### **LEGISLAÇÃO**

BRASIL, “*Código Civil, Lei 10.406 de 10 de Janeiro de 2002*”, disponível em ([https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/L10406.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm)).

BRASIL, “*Código de Defesa do Consumidor, Lei nº 8.078 de 11 de setembro de 1990*”, disponível em ([http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8078.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8078.htm)).

BRASIL, “*Código de Processo Civil, Lei nº 5.869, de 11 de Janeiro de 1973, revogada pela Lei nº 13.015 de 2015*”, disponível em ([http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L5869.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5869.htm)).

BRASIL, “*Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*”, disponível em: ([https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)).

BRASIL, “*Lei 8.952 de dezembro de 1994*”, disponível em ([http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8952.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8952.htm)).

BRASIL, “*Lei nº 7.244/84 de 07 de Novembro de 1984*”, disponível em: ([http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1980-1988/L7244.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1980-1988/L7244.htm)).

BRASIL, “*Novo Código de Processo Civil*”, Lei nº 13.105 de 16 de março de 2015”, disponível em ([http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm)).

BRASIL, “*Projeto de Lei nº 1.900 de 26 de novembro de 1968: Regulamenta a reparação do Dano Moral, em ação cível, e da outras providências*”, Apresentado por Feu Rosa (ARENA), disponível em (<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=197467>).

BRASIL, “*Projeto de Lei nº 3.829 de 10 de Agosto de 1966: Dispõe sobre o Dano Moral, de efeitos não patrimoniais, praticado através de meios de divulgação*”, Apresentado por Armando Falcão (ARENA), disponível em (<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=216320>).

BRASIL, “*Projeto de Lei nº 4.486 de 12 de maio de 1981: Dispõe sobre a reparação do Dano Moral*”, Apresentado por Valter Garcia (PMDB), disponível em ([camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=221922](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=221922)).

BRASIL, Senado Federal, “*Anteprojeto do Novo Código de Processo Civil*”, disponível em (<https://www.senado.gov.br/senado/novocpc/pdf/Anteprojeto.pdf>).

BRASIL, “*Lei da Arbitragem: Lei nº 9.307 de 23 de setembro 1996*”, disponível em ([de www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9307.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9307.htm)).

BRASIL, “*Lei dos Juizados Especiais: Lei nº 9.099 de 26 de setembro de 1995*”, disponível em ([www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9099.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9099.htm)).

BRASIL, “*Súmula 227 do STJ*”, disponível em ([http://www.stj.jus.br/docs\\_internet/VerbetesSTJ\\_asc.txt](http://www.stj.jus.br/docs_internet/VerbetesSTJ_asc.txt)).

BRASIL, “*Súmula 326 do STJ*”, disponível em ([https://ww2.stj.jus.br/docs\\_internet/revista/electronica/stj-revista-sumulas-2012\\_27\\_capSumula326.pdf](https://ww2.stj.jus.br/docs_internet/revista/electronica/stj-revista-sumulas-2012_27_capSumula326.pdf)).

BRASIL, “*Súmula 37 do STJ*”, disponível em ([http://www.stj.jus.br/docs\\_internet/VerbetesSTJ\\_asc.txt](http://www.stj.jus.br/docs_internet/VerbetesSTJ_asc.txt)).

BRASIL, “*Súmula 387 do STJ*”, disponível em (<http://www.stj.jus.br/SCON/sumulas/doc.jsp?livre=@num=%27387%27>).

PORTUGAL, “*Código de Processo Civil*”, disponível em ([http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei\\_mostra\\_articulado.php?nid=1959&tabela=leis](http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=1959&tabela=leis)).

PORTUGAL, “*Código Civil: Atualizado de acordo com a lei nº 150/2015 de 10/09*”, disponível em ([http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei\\_mostra\\_articulado.php?nid=775&tabela=leis](http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=775&tabela=leis)).